

**A COMUNIDADE FLUTUANTE
LAGO CATALÃO – IRANDUBA AM**



**UM TECIDO URBANO
SOBRE AS ÁGUAS**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Luana Campos Pinheiro

A comunidade flutuante Lago Catalão – Iranduba AM:

Um tecido urbano sobre as águas

Belém, PA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

- C198c Campos Pinheiro, Luana
A comunidade flutuante Lago Catalão – Iranduba AM:
Um tecido urbano sobre as águas / Luana Campos Pinheiro.
— 2019.
100 f. : il. color.
- Orientador(a): Profª. Dra. Ana Cláudia Duarte Cardoso
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia,
Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
1. Amazônia brasileira. 2. Morfologia. 3.
Assentamento flutuante. 4. Comunidade ribeirinha. 5.
Lago Catalão (Iranduba, AM). I. Título.

CDD 711

LUANA CAMPOS PINHEIRO

Comunidade flutuante Lago Catalão, Iranduba (AM):

Um assentamento ribeirinho sobre as águas

Trabalho de Defesa de Mestrado como quesito de nota no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, na Universidade Federal do Pará, sob orientação do Prof. PhD. Ana Cláudia Duarte Cardoso.

Área de concentração: Análise e Concepção do Espaço Construído

Linha de Pesquisa: Arquitetura, Desenho da Cidade e Desempenho Ambiental.

Banca examinadora

Prof. Ana Cláudia Duarte Cardoso, PhD

Orientadora

Prof. José Júlio Ferreira Lima, PhD

Membro interno

Prof. Dr. Harley Silva

Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus, pelo dom da vida e pela permissão em realizar este trabalho.

Aos povos da floresta por “(r)existirem” e ensinarem a ver a vida de outra forma, visão esta que me transformou enquanto ser humano, dentro de uma perspectiva de que precisamos ser um só em defesa da Amazônia (bioma, floresta, recursos hídricos e populações locais).

Aos meus pais Maria Emília Vieira e José Auri Pinheiro, pela vida e educação que sempre proporcionaram, por acreditarem em mim, e pelas conversas que me estimulavam sempre a focar e seguir em frente nesse desafio.

À minha orientadora Ana Cardoso, pelas conversas, puxões de orelha, ensinamentos, paciência e dedicação a minha pessoa, esta “pedra” em lapidação, para melhoria enquanto pesquisadora e ser humano. O exercício deste trabalho me fez perceber meu lugar de fala dentro de um movimento que objetiva um mundo melhor e mais justo, principalmente para as populações tradicionais da Amazônia.

À Letícia, por ter me auxiliado na revisão deste trabalho, e por ser essa menina prodígio, sempre a postos para auxiliar o próximo.

Aos professores do PPGAU e do NUMA, pelas disciplinas e ensinamentos proporcionados que formaram tijolos dentro dessa construção que é esse trabalho.

Ao Roberto Monte-Mór pelos ensinamentos através de sua obra (pedra fundamental deste trabalho) e das poucas, porém, produtivas conversas que tivemos pessoalmente.

Ao Melgar, professor da UFAM, pela conversa e orientação a respeito da produção socioespacial da Região Metropolitana de Manaus.

Aos habitantes do Lago Catalão, especialmente a Raimunda Viana, Alexandre Viana e Mauro Coelho, pela receptividade e vivências proporcionadas no seio desta comunidade, vivências que me fizeram perceber a existência de lugares onde a colaboração e sentimento de pertença prevalecem.

À Elizabeth Vale e ao professor Dorli Marques da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), por terem me acompanhado e me apoiado para a viabilização das primeiras pesquisas exploratórias de campo, e pelas conversas que serviram para os primeiros passos da pesquisa.

Aos meus gestores Marco Antônio, Adriana Calvinho, Roberto Wagner Parente, Marcus Vinicius Viana, Licion Santiago, Julio Salvati, pelo apoio,

permitindo a conciliação entre os desafios da carreira profissional no Banco do Brasil e da dedicação ao mestrado.

Ao meu amigo e colega de trabalho Luciano Santana, pelas diversas conversas e apoio nesse desafio, e a sua família linda, que muito me fizeram companhia nesse período.

À minha terapeuta Cibelle Oliveira, por me proporcionar instrumentos no caminho do equilíbrio mental e na melhora enquanto ser humano.

Às minhas amigas (distantes fisicamente, mas presentes em coração) Ana Karla Gonçalves, Graciele Lima, Keyla Andrade, Daia Sana, por serem exemplos de mulheres fortes, e pela confiança em mim, fazendo-me lembrar, mesmo nos momentos mais difíceis, da partícula divina que cada um guarda em si.

À minha mãezinha do coração dona Raimunda Gonçalves pelas orações em mim depositadas.

Aos meus amigos de Belém, Shirlane Borges, Bianca Borges, Bárbara Borges, Darlan Castro, Adriana Castro, Day Ferreira, Karla Marques, Farley Cardoso, Alessandra Ramalho, Rosilei Monteiro e Rodrigo Tavares pela amizade e companhia, pelos momentos de felicidade e de apoio!

A todos vocês, deixo minha gratidão!

RESUMO

Este trabalho objetiva compreender a produção socioambiental de um tecido urbano sobre as águas, da comunidade Lago Catalão, Iranduba AM, evidenciando sua natureza híbrida (urbana e natural), na simbiose estabelecida entre habitantes ribeirinhos e o meio, na capacidade de autogestão e de adaptação dos habitantes para garantir sua subsistência e sociabilidade, aspectos valiosos para o contexto atual do planeta. A comunidade se localiza na ilha de Xiborena, na confluência dos Rios Negros e Solimões, em área de várzea convertida em periferia da Região Metropolitana de Manaus. Esse assentamento é autoconstruído e autogerido sobre as águas, com morfologia espacial adaptativa para atender as necessidades cotidianas dos seus habitantes, e permitir a adaptação às lentas mudanças da paisagem, e aos regimes dos rios, que apresentam cheias e estiagens cada vez mais intensas no atual contexto de mudanças climáticas. Processos globais e interesses econômicos impactam no espaço urbano, com a negação e a desestruturação de territórios, que possuem potencial reconciliação entre urbano e natureza. Os arranjos espaciais, que se adaptam ao regime de cheias e vazantes dos rios, e dependem dos serviços estendidos da terra firme, são sazonais e não reconhecidos por cadastros oficiais, apesar desse tipo de comunidade flutuante ser histórica na região, com registros de erradicação desde os anos 1960. Prevalece na comunidade uma consciência espontânea e uma consciência socioespacial de pertencimento por meio das quais são (re)produzidos arranjos espaciais flutuantes, responsáveis pela configuração do lugar e da identidade territorial ribeirinha desta comunidade, e que divergem das matrizes urbano-industriais, por estarem livres do contexto da propriedade privada ou posse da terra, dissolvendo-se os conceitos de lote, quadra e rua. O assentamento é compreendido a partir da perspectiva do urbano extensivo para apreensão das contradições nas espacialidades e temporalidades inerentes à dinâmica interna do espaço urbano amazônico, mais especificamente Região Metropolitana de

Manaus (RMM) e a partir da relação do assentamento com o sítio, dinâmicas ambientais e econômicas existentes. O recurso às técnicas de análise morfológica associada aos levantamentos a partir de imagens de satélites, permitiu a codificação de como essa comunidade se relaciona com o ecossistema, e se estruturou ao longo dos anos. Evidenciou-se a simbiose estabelecida entre a população ribeirinha e seu meio construído, e a relevância dessa capacidade de adaptação para sua subsistência e sociabilidade. A apropriação das águas no Lago Catalão está relacionada à construção de um tipo de habitat ribeirinho negligenciado sob a perspectiva da Zona Franca, mas de grande relevância para a compreensão da condição de vida de comunidades mantidas fora da concepção de cidade formal brasileira, e tão comum no contexto amazônico. A produção socioambiental do espaço desta comunidade ilustra a utopia de equilíbrio entre urbano e natureza, denominada por Monte-Mór (1994, 2006, 2015) como urbano-natural.

Palavras-chave: Amazônia brasileira, morfologia, assentamento flutuante, comunidade ribeirinha, Lago Catalão (Iranduba-AM).

ABSTRACT

This work aims to understand the socio-environmental production of an urban fabric on the waters, of the community Lago Catalão, Iranduba AM/ Brazil, evidencing its hybrid nature (urban and natural), the symbiosis established between the riverine inhabitants and the environment, the inhabitants' ability to self-manage and adapt to ensure their livelihood and sociability, valuable aspects to the current context of the planet. The community is placed on the island of Xiborena, at the confluence of the Negro and Solimões rivers, in a floodplain converted in a periphery of the Metropolitan Region of Manaus. This settlement is self-built and self-managed on the waters, with adaptive spatial morphology to meet the daily needs of its inhabitants, and allow adaptation to the slow changes of the landscape, and to the regimes of the rivers, which present floods and increasingly intense estimates in the current climate change context. Global processes and economic interests impact the urban space, with the denial and the disruption of territories, which have potential to promote reconciliation between urban and nature. The spatial arrangements, which adapt to the regime of floods and flows of rivers, and depend on the extended services from the firm land, are seasonal and not recognized by official data basis, although this kind of floating community is historical in the region, with records of eradication since the years 1960. A spontaneous consciousness prevails in the community plus a socio-spatial consciousness of belonging through which floating spatial arrangements are (re) produced, responsible for the configuration of the place and the riverine territorial identity of this community, which diverge from urban-industrial matrices, because they are free from the context of private property or land tenure, dissolving the concepts of lot, block and street. The settlement is understood from the perspective of the extensive urban to apprehend the

contradictions in the spatialities and temporalities inherent to the internal dynamics of the Amazonian urban space, more specifically of the Metropolitan Region of Manaus (RMM) and from the relationship of the settlement with the site and existing environmental and economic dynamics. The use of morphological analysis techniques associated with the surveys based on satellite images allowed the codification of how this community relates to the ecosystem and has been structured over the years. It highlights the symbiosis established between the riverine population and its built environment, and the relevance of this ability to adapt for their livelihood and sociability. The appropriation of the waters in the Lago Catalão is related to the construction of a type of riverine habitat neglected from the perspective of the Zona Franca, but of great relevance to the understanding of the living condition of communities maintained outside the conception of Brazilian formal city, and so common in the Amazonian context. The socio-environmental production of the space of this community illustrates the utopia of equilibrium between urban and nature, denominated by Monte-Mór (1994, 2006, 2015) as urban-natural.

Key words: Brazilian Amazon, morphology, floating settlement, riverine community, Lago Catalão (Iranduba-AM).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da comunidade Lago Catalão – Iranduba AM.....	14
Figura 2: Linha do tempo lefebvriana: da ausência de urbanização para a urbanização completa da sociedade.....	21
Figura 3: Manaus e sua localização: cruzamento de bacias hidrográficas importantes que atravessam todo o território sul-americano.	26
Figura 4: Mancha de ocupação dos flutuantes de Manaus.....	29
Figura 5: Postal de Manaus Cidade Flutuante no Rio Negro, (circa 1964).	29
Figura 6: Imagem da Notícia do jornal A Crítica anunciando o desmonte da Cidade Flutuante.	29
Figura 7: Esquema dos tipos de leitos e planície de inundação de um rio.	34
Figura 8: Modificações morfológicas na região de confluência do rio Negro com o sistema fluvial Solimões-Amazonas entre 1991 (A) e 2009 (B), demonstrado pelas áreas de deposição (linha pontilhada vermelha) e erosão (linha pontilhada branca) (C).	35
Figura 9.1 e 2: Embarcação a motor transportando madeira "pescada" no rio Solimões para o Rio Negro. Fonte: TV Amazon (2017). 9.3: madeiras "pescadas" organizadas pelas embarcações a motor.....	37
Figura 10: Macrorregião e a rodovia BR 319.	37
Figura 11.1: Vista panorâmica do cais do Porto da Ceasa. 11. 2: Navio estaleiro para transporte de containers. 11.3 – Posto de combustível em plataforma flutuante. 11.4: Queren-Victoria-2ª.	38
Figura 12: Pontos turísticos principais na rota do rio Negro.	40
Figura 13: Localização Lago Catalão, Iranduba AM.	50
Figura 14: Foto da comunidade Lago Catalão, Iranduba AM (período da cheia), localizada na ilha de Xiborena, na confluência dos rios Negros e Solimões. Perspectiva da hidrovía principal do lago, denominada popularmente de "Avenida".	50
Figura 15.1 e 12.2: Comunitários com o pirarucu extraído de viveiro local. 15.3: Criadouro de pirarucu. 15.4: Criação de animais em arranjo.....	53
Figura 16.1: Moradores locais locomovem-se com canoas em aberturas em meio as restingas. 16.2: Voadeira Solinegro. 16.3: Transporte escolar, denominado pelos moradores como Escolanचा. 16.4: Voadeira particular de morador da comunidade.....	54
Figura 17: Exemplares de meios de transporte utilizados na cidade formal e na comunidade Lago do Catalão.	55
Figura 18: Escola flutuante inaugurada em 1987.....	57
Figura 19: Energia elétrica na comunidade.	58
Figura 20.1: Escola Municipal .20.2: Casa de farinha. 20.3 a 20.8: Templos religiosos. 20.9: Peixaria El Shaday (pesca do pirarucu). 20.10 e 20.11: Flutuante coberta para uso comum dos moradores.	63
Figura 21: Fachada de tipos edifícios encontrados na comunidade.	64
Figura 22: Planta baixa de tipos edifícios da comunidade.....	64
Figura 23: Habitações flutuantes e relações com o sítio.....	65
Figura 24: Tipos edifícios de habitações flutuantes observados em campo. Sem varanda, com varanda (em "L" e em "U").....	66
Figura 25: 1: Base flutuante em construção. 25.2: Elevação fachada lateral habitação flutuante com detalhe de amarração da base na "poita" (leito do lago) e no tronco da vegetação de varzea. 25.3: Elevação fachada frontal habitação flutuante. 25.4: Modelo 3D habitação flutuante.....	68
Figura 26: 1 - Pousada flutuante; 2 – Base do INPA.	68
Figura 27: 3D de residência flutuante de usuário/morador do Tarumã, Manaus AM.	69
Figura 29: Período de transição Estiagem-Cheia. 29.1: Paraná principal, sentido norte-sul. 29.2: Paraná principal, sentido sul-norte. 29.3: Panorâmica dos flutuantes no espaço residual do Paraná principal e campo de futebol na ilha do meio.....	72

Figura 28: Período da Cheia. 28.1: Paraná principal. “Avenida”. Largura do paraná e distanciamento entre as faixas de pertencimento. 28. 2 – Grupo familiar no paraná principal. “Avenida” à margem oeste.28. 3: Grupo familiar no paraná a oeste da ilha do meio, à margem leste.28. 4: Grupo familiar no paraná a oeste da ilha do meio, à margem oeste.	73
Figura 30: Imagem de satélite da comunidades nos meses de janeiro e junho. ..	74
Figura 31: Comparação entre espelhos d’água nos períodos da cheia e estiagem. Fonte: Elaborado pela autora (2019).	75
Figura 32.1: Esquema corte transversal lago catalão nos distintos períodos do ciclo hidrológico. 32.2:Imagem da comunidade no período da cheia. 32.3:Imagem da Comunidade no período da estiagem. Imagens registradas do mesmo ângulo, em períodos distintos do ciclo. É possível verificar a diferença de paisagem entre os dois períodos.	76
Figura 33.1: Quadra flutuante. 33.2: Campo de futebol na ilha do meio (período da estiagem).....	78
Figura 34: Cartografia Gradiente público-privado, rotas e espaços comuns. Fonte: Elaborado pela autora (2019).	79
Figura 35: Cartografia dos movimentos dos flutuantes. Fonte: Elaborado pela autora (2019).	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de flutuantes entre 06/2002 e 06/2015, baseado em imagens de satélite do Google Earth. 58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Elaboração de renda, subsistência e benefícios.....	52
Quadro 2: Conceitos da Escola Italiana. Tipos edifícios básico e especializado..	62
Quadro 3: Sistema estrutural dos flutuantes.....	67

LISTA DE SIGLAS

INPA – Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia

RMM – Região Metropolitana de Manaus

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

ZFM – Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. DO URBANO-INDUSTRIAL AO URBANO-NATURAL	18
2.1 Pensamento lefebvriano: contribuições para pensar o urbano	18
2.2 O urbano extensivo e seus rebatimentos no território nacional.....	21
2.3 Amazônia: <i>locus</i> para pensar o urbano-natural	22
2.4 Manaus e a chegada da fronteira urbano-industrial	25
2.5 Considerações finais do capítulo	31
3. O ESPAÇO DA VÁRZEA DA ILHA DE XIBOREMA COMO <i>LÓCUS</i> PARA O <i>HABITAT</i> RIBEIRINHO	33
3.1 A bacia hidrográfica e a ilha de Xiborena	33
3.2 A rede de fluxos globais e locais na região do encontro das águas...	37
3.3 O modo de vida ribeirinho e a relação simbiótica com o meio ambiente	41
3.4 O rio como espaço de múltiplas vivências	42
3.5 Considerações finais do capítulo	46
4. A COMUNIDADE LAGO CATALÃO, IRANDUBA (AM) E A PRODUÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO ESPAÇO.....	49
4.1 O lago Catalão e a comunidade flutuante	49
4.2 A construção do direito ao urbano em ambiente natural	56
4.3 O assentamento flutuante	61
4.4 Considerações finais do capítulo	83

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO TRABALHO	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da formulação lefebvriana a respeito da transição da sociedade agrária para a sociedade urbana, que assume que a urbanização não é consequência da industrialização, mas de um processo anterior aquele fenômeno. O ponto de inflexão que marcou a passagem da sociedade rural para a sociedade urbana independe da materialidade da urbanização que é manifestada na cidade (LEFEBVRE, 1999). Os lugares do poder político se constituíam como estruturas monumentais, como o caso da cidade antiga, símbolos utilizados pela elite para representar seu poder sobre os espaços de produção (campo) (SOJA, 2000). Na medida em que o espaço de produção e o espaço de poder se tornaram equivalentes, os símbolos restringiram-se aos espaços de poder, sendo o espaço restante considerado periferia, marcada pela carência de serviços e de recursos (GOMES; CARDOSO, 2019).

A situação supracitada evidencia-se até hoje, em que pese as adaptações ao contexto atual. Está na forma como as cidades apresentam diferenciações em seus espaços, contando com áreas onde existem serviços e equipamentos públicos, em detrimento de outras, em situação de carência. Desta forma, as periferias se subordinam aos seus respectivos centros. Na região amazônica também há evidências dessa subordinação

ao modo de produção hegemônico (GOMES; CARDOSO, 2019), e é a partir dessa lógica, que a comunidade estudada neste trabalho se subordina à Manaus, que se subordina à Amazônia, que se subordina ao sistema mundo, com rebatimentos na produção social do espaço.

Na paisagem, emergem novas tipologias espaciais ressignificadas como periferia, no contexto do urbano extensivo contemporâneo. Este território de permanências e resistências apresenta potenciais de uma fase futura (do urbano-utopia), em que o urbano (ou a sociedade plenamente urbana) se manifestará na universalização do acesso a serviços e equipamentos, pelo compartilhamento do poder entre cidadãos e pela correlação equilibrada entre urbano e natural, possibilitando a existência da diversidade (LEFEBVRE, 1999). Monte-Mór (2015) parte do conceito de urbanização extensiva, como um urbano que transcende a cidade e se estende pelo território por meio de estruturas logísticas e formas e uso de ocupação urbanos, para reivindicar a necessidade de uma contramedida a esse processo que torne a naturalização também extensiva entremeadada à urbanização, e define essa utopia de equilíbrio como urbano-natural (MONTE-MÓR, 2015, GOMES; CARDOSO, 2019).

Apoiado nesse debate, este trabalho tem como objetivo entender a manifestação do urbano extensivo na cidade e adjacências de Manaus,

assumindo que as resistências que se manifestam através da produção socioespacial dos assentamentos tradicionais guardam lições importantes para pensar a produção do espaço nos mais diversos contextos. A diversidade, de matrizes urbana e periurbanas, foram assumidas como inspiração importante para o debate de um urbano-utopia, pela possibilidade de resgate da simbiose secular entre pessoas, biodiversidade, floresta e recursos hídricos por meio das manifestações socioespaciais.

A partir de 1960, a Amazônia foi atingida pela fronteira urbano-industrial, reposicionando-se na divisão nacional e internacional do trabalho. Este processo foi marcado por forte migração de população para as cidades da região, sustentada por atividades de caráter agrário e extrativo, voltadas para exportação ou atendimento de demandas nacionais. Em Manaus, a implantação da Zona Franca conectou a cidade com uma dinâmica industrial global, que subitamente suplantou as práticas de base extrativista que predominavam na região (BECKER, 2013). Analisando esse intenso processo de transformação socioespacial, Becker (2013) denominou a região de *floresta urbanizada*.

A visão de mundo baseada em regras e leis inerentes ao processo de industrialização contrapõe-se à realidade local. O urbano-industrial sobrepôs-se a uma realidade em que predominava a estreita relação com a

natureza. Esse processo aconteceu de forma violenta e excludente, ignorando o modo de vida de segmentos populares, tais como os ribeirinhos que viviam em habitações flutuantes, na frente da cidade, e constituíam a chamada “cidade flutuante” entre os anos de 1920 e 1967 (SOUZA, 2016). A extinção desse assentamento tornou-se a expressão máxima da exclusão socioespacial praticada na época.

Este assentamento estabeleceu-se sobre as águas do Rio Negro, adjacente à área central da cidade de Manaus, produzindo arranjos socioespaciais baseado no modo de saber e fazer locais, contrastando-se com a ordem urbana da metrópole em formação. Tal solução permitiu a aproximação desses moradores à capital, tornando possível o estabelecimento de locais de habitar e trabalhar, em áreas até então pouco supervisionadas pelo controle público (HEIMBECKER, 2015). No contexto da instituição de uma política nacional de habitação e da incorporação da cidade à lógica produtiva industrial em andamento no país e no Amazonas, essa população foi remanejada para loteamentos e conjuntos habitacionais construídos em áreas periféricas de Manaus continental, segundo a lógica estabelecida pela política nacional de habitação, que assumia que os moradores seriam trabalhadores com moradia e locais de trabalho fixos,

não mais vinculados às práticas informais, não supervisionadas pelo controle público (SOUZA, 2016; HEIMBECKER, 2015).

Após décadas, o século XXI testemunha a “reedição” desse tipo de habitat ribeirinho em uma comunidade denominada Lago Catalão (Iranduba AM), localizada na ilha de Xiborena, na região de confluência dos rios Negro e Solimões, na Região Metropolitana de Manaus (fig 1). A comunidade guarda relações de proximidade e interação com a capital a partir do rio Negro. É isolada e marcada por uma autogestão territorial, que responde às necessidades cotidianas da comunidade, e é muito bem adaptada ao sítio e às dinâmicas ambientais, com destaque para a sazonalidade dos ciclos hidrológicos.

Figura 1: Localização da comunidade Lago Catalão – Iranduba AM.



Fonte: My maps. Elaboração: Leticia Vicente (2019).

O Lago Catalão existe sob reconstrução coletiva constante, determinada pela necessidade de adaptação às dinâmicas ambientais. Apresenta formas de apropriação coletiva dos espaços de assentamento, o que configura um locus de experimentação, vivência e sociabilidade tipicamente ribeirinha, que, se for melhor compreendida por políticas urbanas e metropolitanas, poderá incorporar séculos de capacidade de resiliência desses grupos sociais, invisibilizados e fadados ao desaparecimento por não se enquadrarem nas concepções de trabalho e

moradia convencionais (hegemônicas). Os conhecimentos acumulados por esses grupos sociais expressam um modo de vida relacionado diretamente ao ambiente de várzea e suas dinâmicas ambientais. Para os habitantes desse assentamento, o ambiente aquático é apropriado como o espaço da produção (pesca), da mobilidade de pessoas e mercadorias, e do lazer. A comunidade estudada (re)produz o tecido urbano sobre as águas, e suas (re)configurações espaciais são respostas adaptativas da identidade ribeirinha às dinâmicas sociais e ambientais da Amazônia do século XXI.

O estudo de caso partiu de uma pesquisa exploratória, seguido por viagens de campo e vivências, registradas através de croquis, fotos, vídeos, levantamentos espaciais e mapeamentos de usos, associados à imagens de satélite, que viabilizaram as análises morfológicas, assumidas como técnica de descrição e explicação, capaz de destacar as diferenças da comunidade flutuante em relação aos assentamentos urbanos típicos, bem como a maneira como a sazonalidade dos períodos de cheia e estiagem é gerida pelos moradores.

A emergência de assentamentos semelhantes voltados para um público de alta renda na cidade de Manaus e a disseminação de estruturas de moradia sobre águas em países europeus que procuram soluções adaptativas ao contexto de mudanças climáticas (BAGGLEY, 2019;

BRAÑA, 2011; WATERSTUDIO, 2016; WITSEN, 2017), serviram de estímulo à codificação dos arranjos espaciais de uma comunidade flutuante, que apesar de atenderam tão bem a população nativa, nunca foram seriamente considerados como uma forma de produzir cidade.

Foram realizadas, cinco pesquisas de campo no total, realizadas em julho e novembro de 2017, fevereiro e março de 2018 e abril de 2019, com o objetivo de entender o relacionamento entre a comunidade e a cidade de Manaus (que tipo de apoio se buscava na cidade, e que tipo de atividade os moradores realizavam que era de interesse de pessoas externas, etc) e as relações socioespaciais dentro da comunidade. As visitas ocorreram em fases diferentes do ciclo hidrológico, permitindo a observação da capacidade de adaptação da comunidade aos regimes de cheia e estiagem. As atividades de campo foram acompanhadas por revisão de literatura sobre a comunidade e o sítio¹, de modo a subsidiar

¹ Outros estudos já foram realizados sobre o lago do Catalão. Correspondem a um projeto institucional do INPA voltado a conhecer a composição e a dinâmica da ictiofauna do Catalão, e a uma pesquisa etnográfica de Santos (2013) sobre a comunidade em questão, que elabora as seguintes contribuições de base etnográfica: a análise da dinâmica das relações sociais da Comunidade, destacando a reconstituição da história de formação da comunidade, a relação estabelecida entre a comunidade e a região metropolitana, a caracterização socioeconômica, a moldagem da identidade catalãense, dentro de um contexto de pertencimento e comprometimento marcaram a conquista a serviços do universo urbano (como a escola e a infraestrutura de energia elétrica).

análises, em busca da compreensão do modo de vida ribeirinho e suas práticas de (re)produção social do espaço.

A partir desse panorama, o Objetivo Geral deste trabalho é compreender a produção socioambiental de um tecido urbano sobre as águas, da comunidade Lago Catalão, Iranduba AM.

Este objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos:

- (1) compreender o contexto em que a comunidade estudada se desenvolve a partir da perspectiva do urbano extensivo e da utopia de equilíbrio do urbano-natural;
- (2) compreender o espaço de várzeas da ilha de Xiborena, a partir do sítio e das dinâmicas sociais e ambientais, que subsidiam a produção socioambiental do espaço do assentamento flutuante Lago Catalão, sua uma identidade territorial ribeirinha e sua condição de periferia da metrópole, dentro do urbano extensivo da RMM;
- (3) compreender a dimensão do espaço vivido da comunidade Lago Catalão, Iranduba (AM), sob a perspectiva do urbano extensivo, e das relações estabelecidas entre o modo de vida ribeirinho, o sítio e as

dinâmicas ambientais, e sua capacidade de adaptação aos períodos de cheia e estiagem dos ciclos hidrológicos dos rios amazônicos.

O texto estrutura-se em três partes. O capítulo 2 responde ao objetivo específico 1. Para tanto, apresenta contribuições de Lefebvre (1974, 1980, 1991, 1999, 2001) para pensar o urbano pela ótica da teoria do espaço social, a fim de apreender contradições nas suas espacialidades e temporalidades. Esta perspectiva de análise é comprometida com a democratização da sociedade, com a universalização de acesso às facilidades do meio urbano e ao compartilhamento de poder, de modo que a (re)produção do espaço social atenda desejos, anseios e práticas cotidianas: o urbano-utopia. Monte-Mór (1994, 2006, 2015), por sua vez, defende a necessidade de promoção de uma integração da natureza ao ambiente urbano, cada vez mais extensivo, na medida em que usos e tipologias urbanas extrapolam as cidades, consumindo espaço rural ou natural, e cresce dentro das cidades a alienação em relação à natureza, devido ao processo de artificialização e adensamento. Monte-Mór (2015) defende que para a vida de urbanização extensiva, faz-se necessário buscar formas de contrabalançar esse fenômeno como uma naturalização extensiva, em direção a uma utopia de equilíbrio que ele chama de urbano-natural.

O capítulo 3, por sua vez, objetiva responder ao objetivo específico 2. A permanente mudança do sítio, em função das variações sazonais dos ciclos hidrológicos (cheias e vazantes), bem como das mutações lentas que ocorrem na paisagem física, causadas por alterações nos relevos de várzea, marcam o cotidiano dos assentamentos ribeirinhos amazônicos, organismos adaptativos que evidenciam que as dinâmicas ambientais norteiam a organização socioespacial destes (ALENCAR, 2002; SANTOS, 2018).

Já no capítulo 4, objetiva-se refletir a respeito do objetivo específico 3. Conceitos da Escola de Morfologia Italiana foram adaptados para o contexto estudado, adotados como chave de análise para revelar como a consciência espontânea² opera em contexto livre das imposições do lote e da propriedade privada da terra, com destaque ao gradiente entre dimensões pública e privada, às formas de proteção do espaço e rotas comuns, além da capacidade de adaptação dos flutuantes à dinâmica do ambiente aquático. Este capítulo é uma versão estendida de um artigo apresentado na conferência PNUM 2019 (Portuguese Network of Urban

Morphology), publicado nos anais do evento e selecionado para publicação no volume 7, número 2, de 2019, da Revista de Morfologia Urbana.

² Conceito elaborado pela Escola de morfologia italiana. Relaciona-se às formas de apropriação do território e de construir edificações, baseadas em um modelo que se manifesta em cada momento e em cada cultura, intrínseco a determinado povo. Esse fazer é inerente às pessoas, transmitido de uma geração à outra, como um protótipo na mente de alguém que se propõe a construir uma casa (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

2. DO URBANO-INDUSTRIAL AO URBANO-NATURAL

Este capítulo apresenta as contribuições de Lefebvre (1974, 1980, 1991, 1999, 2001), um teórico contra-hegemônico, para se pensar o urbano através da teoria da produção social do espaço. Na sequência apresentamos a contribuição teórica de Monte-Mór (1994, 2006, 2015), sobre a necessidade de uma integração entre natureza e urbano, este último cada vez mais extensivo, na medida em que serviços, equipamentos, usos e tipologias urbanas extrapolam as cidades, enquanto em paralelo, presencia-se nas cidades um processo crescente de alienação em relação à natureza. A partir das contribuições teóricas de Lefebvre (1974, 1980, 1991, 1999, 2001), Harvey (2014) e Monte-Mór (1994, 2006, 2015), objetiva-se entender a produção social do espaço na RMM a partir da chegada da fronteira urbano-industrial na região a partir da década de 1960, que trouxe e vem trazendo impactos e alterações no *modus vivendis* nos assentamentos tradicionais da região. Essa abordagem sustenta-se no reconhecimento de que as comunidades tradicionais são portadoras de lições valiosas sobre a interação com os processos naturais, e protagonistas na construção do urbano-natural, proposto por Monte-Mór (1994, 2006, 2015) em contexto amazônico. Tais contribuições teóricas são utilizadas neste trabalho para compreender a produção social do espaço da

comunidade flutuante do Lago Catalão, Iranduba AM, vista da perspectiva urbana, devido à sua subordinação ao urbano extensivo da RMM, devido à relação de proximidade estabelecida com a cidade de Manaus.

2.1 Pensamento lefebvriano: contribuições para pensar o urbano

Lefebvre (1991) resgata o fundamento da teoria marxista, colocando o homem como sujeito de sua história e utilizando-se do método dialético para analisar a produção social do espaço, dialeticamente definido dentro de uma economia política: o capitalismo. A teoria do espaço social de Lefebvre (1974, 1980, 1991, 1999, 2001) permite a apreensão das contradições nas espacialidades e temporalidades inerentes à dinâmica interna do espaço urbano, para vislumbrar a democratização da sociedade em contextos diferenciados. Ao retomar a dialética, Lefebvre (1991) atenta-se justamente para o núcleo explicativo do método, no qual a percepção da realidade depende da práxis. O movimento do pensamento evidencia o objeto empírico a partir do concreto, do real. Neste, as representações mentais são tomadas como virtualidades, direcionando-se o pensamento para o possível, aproximando-se da utopia (SOUZA, 2009, LIMONAD; LIMA, 2003).

Lefebvre (1980, p. 47) afirma que os espaços construídos dentro da lógica capitalista, cuja racionalidade é a padronização e o individualismo,

são abstratos, e permeados pela força das imagens. Contudo há contradições presentes no espaço-mercadoria, que se tornam substrato para diversas vivências de acordo com as condições naturais e históricas de cada contexto. O valor de troca, atributo do espaço mercadoria, repercute de maneiras distintas em espaços distintos. O espaço e o tempo são produtos sociais e devem ser analisados no contexto de uma sociedade específica. Lefebvre (1974, 1991, 1980, 1999, 2001) objetiva desvendar a realidade atual, e tendo como parâmetro a vida cotidiana na sociedade moderna. Tal realidade é historicamente construída a partir da representação mental do urbano, sendo a cidade expressão material desta racionalidade. O espaço é o lócus de coexistência de maneiras de viver a vida urbana. Ao mesmo tempo é o lugar da subordinação das classes sociais aos interesses do capital (SOUZA, 2009, LIMONAD; LIMA, 2003).

Lefebvre (1974) define três momentos na produção social do espaço: o espaço concebido; o espaço vivido; e o espaço percebido. O espaço concebido é da representação abstrata. Predomina neste o pensamento hierarquizado, permeado por saber técnico, ideologia dominante, e supremacia do valor de troca na racionalidade geral, capitalista. O espaço percebido se apresenta como uma intermediação entre as ordens distante (concebido) e próxima (vivido). O espaço vivido é o

espaço da reprodução da vida, que se diferencia do modo de vida programado, sendo o espaço social sua expressão mais concreta. Refere-se às formas de apropriação do sujeito (ou grupo social) sobre o espaço, evidenciando-se a produção do espaço enquanto processo de reprodução social. A partir desse raciocínio, o espaço se torna um campo de possibilidades para a construção de um espaço diferencial, em contraposição ao espaço homogêneo. A dialética entre o espaço concebido e o espaço vivido é mais bem percebida nos espaços urbanos onde há formas de reação ao urbano-industrial. Nestes lugares, o cotidiano é marcado por ações individuais e coletivas que reproduzem o espaço social (SOUZA, 2009, LIMONAD; LIMA, 2003).

Lefebvre (2001) cunha o termo “direito à cidade”, que representa a reivindicação de uma vida urbana tendo como base uma democracia renovada. Com o processo de globalização, Harvey (2014) amadurece o conceito de “direito à cidade” para “direito ao urbano”. A partir da obra de Lefebvre, Harvey (2014) contribui com novas formas de pensar a vida social nas cidades, para a superação do modelo capitalista imposto, a partir da reivindicação da cidadania e do poder decisório sobre as formas de uso, apropriação e produção do espaço em que vivem. Como veremos mais

adiante, esta prática evidencia-se na comunidade estudada, através da busca constante pelo direito ao urbano em meio ambiente natural.

Lefebvre (1974, 1980, 1991, 1999, 2001) defende que a urbanização industrial pode ser compreendida como preâmbulo da sociedade urbana, uma realidade que supera e ao mesmo tempo mantém características do período industrial. O urbano mantém a potência da produção científica e econômica baseada na industrialização, porém ultrapassa a hegemonia capitalista. Para Lefebvre (1999), o nascimento da sociedade urbana resulta de uma dupla revolução: a industrial e a urbana, no sentido de urbanidade e cidadania plena. A sociedade urbana como reconstrução a partir de raízes sociais demanda reconstrução da vida urbana (SILVA, 2017).

Para Harvey (2014), a superação da ordem espacial *isotópica* do capitalismo e do Estado se dá através de um movimento anticapitalista, que transforme radicalmente a vida urbana através de práticas cotidianas, baseados nos espaços sociais *heterotópicos*. Nestes espaços sociais ocorre algo diferente, que “não decorre necessariamente de um projeto consciente, mas simplesmente daquilo que as pessoas fazem, sentem, percebem e terminam por articular à medida que procuram significado para sua vida cotidiana” (HARVEY, 2014, p.22). Neste trabalho, reconhecemos a

comunidade estudada como uma heterotopia e protagonista de um movimento social mais amplo, contextualizado por Harvey (2014) na escala global. A superação do processo de produção-circulação e consumo extrapola o mundo do trabalho. Relacionam-se às condições e práticas cotidianas da vida urbana. Os espaços comunitários são substratos para o desenvolvimento de práticas políticas e sociais de grandes dimensões, ou seja, para a prática do direito ao urbano como direito coletivo, para a reprodução da vida cotidiana. A apropriação e produção social do espaço a partir das práticas cotidianas eleva o espaço público à condição de comuns políticos, onde se reivindica o poder democrático sobre as decisões que produzem e reproduzem tais espaços (HARVEY, 2014).

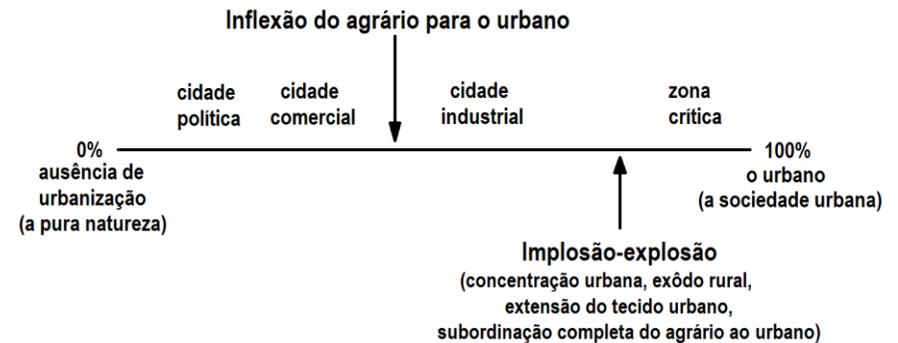
O contexto amazônico apresenta diversos exemplos de assentamentos humanos nos quais a dimensão do espaço vivido é marcada pela vida em comum, pelos espaços comunitários, permeados por laços de solidariedade e pela busca de acesso à cidadania de acordo com os desejos e anseios das populações locais. Este referencial teórico dá suporte à análise da produção social do espaço da comunidade estudada. Reconhecemos que através das práticas cotidianas e da forma como os habitantes se apropriam e se utilizam do espaço natural, a comunidade

estudada torna-se protagonista na busca do bem comum e na luta anticapitalista apresentada por Harvey (2014) para a escala global.

2.2 O urbano extensivo e seus rebatimentos no território nacional

Lefebvre (1999) propõe pensar as transformações expressas na cidade a partir de um *continuum*, que se origina na cidade política à “zona crítica” (o urbano), havendo a extensão do tecido urbano para além dos limites físicos da cidade, atingindo o campo (MONTE-MÓR, 2006). No estágio da sociedade agrária, o campo era o espaço da produção, e subordinava-se à cidade política. Nesse estágio inicial, a cidade era considerada o lugar do poder político e ideológico, detentor do poder decisório que definia o uso do excedente produzido no campo. A linha do tempo (fig. 2) apresenta a conversão da sociedade agrária em sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999). A sociedade agrária teria sido suplantada, com o movimento de população rural para à cidade, esta última tida como lugar de civilização, urbanidade, e com potencial articulador para o mercado. A população rural é convertida em mão-de-obra barata a ser utilizada nas estruturas produtivas industriais nas áreas periféricas das cidades do norte. Viabiliza-se então o ponto de inflexão no qual a cidade (lugar da polis e da festa) se transforma em espaço da produção (LEFEBVRE, 1999).

Figura 2: Linha do tempo lefebvriana: da ausência de urbanização para a urbanização completa da sociedade.



Fonte: Lefebvre (1999, p. 27).

Lefebvre (1999) descreve um duplo processo sofrido pela cidade industrial: o de implosão e o de explosão. A implosão se dá sobre a centralidade do excedente, do poder e da festa, marcada pelo adensamento e pelo retorno dos símbolos de poder da cidade. A explosão refere-se à extensão do tecido urbano e representa a expansão do fenômeno urbano para o espaço regional como um todo (MONTE-MÓR, 2006).

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o

campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. (LEFEBVRE, 1999, p.17).

A teoria de Lefebvre (1999) sobre a trajetória das sociedades industriais ajuda a compreender a produção social do espaço em territórios amazônicos (GOMES; CARDOSO, 2019), região subalterna na divisão internacional do trabalho, fornecedora de matéria-prima para sociedades industriais. Os sucessivos processos de colonização, desde a colonização portuguesa até a fase da integração nacional implantada pelo governo militar na segunda metade do séc. XX, mantiveram a Amazônia como fonte de matérias-primas para os mercados consumidores centrais (BECKER, 2013; REIS, 1997). O processo da globalização econômica perpetuou tal condição de periferia. O tecido urbano global absorveu os territórios amazônicos, subordinando-os aos centros globais de poder e aos de produção industrial (CARDOSO; MELO; GOMES, 2017).

Monte-Mór (2006) defende que para compreender o espaço social contemporâneo brasileiro, é preciso reconhecer a urbanização extensiva³ que alcança todo o território. Na segunda metade do século XX,

³ O termo “urbanização extensiva” foi cunhado por Monte-Mór (1994) a partir do pensamento de Lefebvre sobre o fenômeno urbano, aliando o elemento político da práxis urbana à dimensão socioespacial.

intensificou-se o processo da urbanização brasileira a partir do capitalismo industrial, que dinamizou a economia tendo como base as grandes cidades industriais. São Paulo se destacava como o grande polo industrial do Brasil. Naquele momento a economia agroexportadora se transformou em uma economia baseada na substituição de importações para o mercado interno. A cidade industrial se configurou então como polo gerador de dinamização capitalista e transformações socioespaciais. Ocorreu então a associação entre capitais internacionais e as elites econômicas nacionais e regionais dos setores da construção civil, latifúndio subsidiado e agroempresa. Nos anos setenta, investiu-se em infraestruturas, tais como rodovias, hidrelétricas, comunicações, serviços financeiros, dentre outros. No final do século XX, o *urbano extensivo* se apresentava em todo o território nacional, incluindo as fronteiras amazônicas e do centro-oeste, regiões até então eminentemente agrárias, que foram impactadas e transformadas pela racionalidade urbano-industrial (MONTE-MÓR, 2006).

2.3 Amazônia: *lócus* para pensar o urbano-natural

O atual estágio da urbanização global corresponde ao que Lefebvre (1999) denominou de zona crítica, que antecede a fase urbana, a ser alcançada quando a Era Industrial for superada. Apesar do urbano pleno ainda não ser realidade, é possível vislumbrar novos paradigmas em

sociedades pós-industriais, que reivindicam a universalização de direitos e inter-relação com a natureza, a humanização de escala territorial na cidade, a desaceleração do ritmo de trabalho, priorizam a valor de uso em detrimento do valor de troca, dentre outros (HARVEY, 2011, HARDT; NEGRI, 2016). Os desejos e anseios das sociedades pós-industriais em busca de melhor qualidade de vida assemelham-se a valores pré-industriais presentes em assentamentos tradicionais da região amazônica. Até então, o paradigma urbano-industrial vigente tem sido incapaz de atender aos mais diversos grupos sociais, tornando-se obsoleto por se basear prioritariamente na exploração capitalista globalizada. Ao contrário, o que se presencia é a destruição da etnodiversidade e a pasteurização cultural (SOUZA, 1996).

O mosaico amazônico (povos indígenas, populações ribeirinhas, pescadores, extrativistas, quilombolas, migrantes, entre outros) apresenta *modus vivendis* que se baseiam na relação de reciprocidade com a natureza, dependendo desta para sua subsistência (LIRA; CHAVES, 2016). São, portanto, as mais vulneráveis e os que mais resistem à completa destruição de identidades e de saberes e a alteração da base biofísica. Estas populações permanecem à margem do sistema capitalista, sendo violentadas, excluídas e subjugadas dentro do paradigma urbano-industrial

vigente (à exemplo das disputas por posse de terras para exploração dos recursos existentes, os impactos ambientais, dentre outros), prejudicando intensamente a simbiose estabelecida entre essas populações e o meio ambiente (DIEGUES, 2008, ACSELRAD, 2010).

Ao mesmo tempo, a urbanização extensiva abre possibilidades para novas lógicas de povoamento, permeadas pelas condições trazidas pelo urbano-industrial, como serviços urbanos e sociais variados, sistemas de transportes e comunicações, legislação e segurança pública. As populações amazônicas, plurais e diversas, são portadoras de lições que apontam para uma alternativa à atual crise urbana (MONTE-MÓR, 1994, 2006, 2015)⁴. Apresenta-se a possibilidade de produção de um novo urbano, permeado pela articulação entre os processos urbanos e naturais, e que sirva de base para as práticas cotidianas das mais diversas populações⁵. O maior desafio colocado para as populações urbanas é o de

⁴ Reconhecemos a comunidade estudada neste trabalho como uma protagonista na construção do paradigma pós-industrial e *lócus* para pensar a utopia de equilíbrio do urbano-natural.

⁵ A força de criação da natureza, ou da integração entre ciclos da natureza e ciclos sociais, a produção e reprodução desses ciclos foram a grande força produtiva das sociedades pré-industriais. Populações tradicionais amazônicas são responsáveis pela conservação dessa relação desalienada entre processos sociais e naturais. Em um contexto de perda do protagonismo da relação criadora sociedade/natureza para a industrialização, essas comunidades são responsáveis por uma criação econômica relacionada à produção e

“(re)aprender a conviver com a natureza no espaço da vida quotidiana e apropriar-se do espaço urbano-regional através de relações urbano-naturais compatíveis com o tecido urbano-industrial que domina e condiciona nossa vida urbana” (MONTE-MÓR, 2015, p.11). Vislumbra-se então a reinvenção da vida coletiva a partir da superação do paradigma vigente (LEFEBVRE, 1999, 2001; HARVEY, 2014) e abertura do horizonte de uma utopia de equilíbrio: o urbano-natural proposto por Monte-Mór (2006).

A urbanização contemporânea tem no urbano virtualmente estendido, em formas intensivas e extensivas a todo o território, o espaço para a emancipação social. Trata-se da dialética urbana de Lefebvre, desde o urbano-industrial ao urbano-utopia, na qual a diversidade de produções socioespaciais são reconhecidas e aceitas. Para tanto, as populações tradicionais guardam lições valiosas para o (re)encontro do urbano com a natureza, capazes de contribuir para o resgate e a ampliação da utopia lefebvriana. O fortalecimento da cidadania e (re)produção de novas formas socioespaciais torna-se mais compatível com a utopia contemporânea da emancipação social, vista a partir do urbano lefebvriano e da relação com a natureza (MONTE-MÓR, 2015).

reprodução da própria natureza, tendo como mediação privilegiada a base urbana (SILVA, 2017).

Nas sociedades periféricas, embora o cotidiano seja cada vez mais subjugado à lógica do mercado, existe campo para atuação dos agentes locais para a resolução de problemas cotidianos, construindo-se soluções a partir de recursos naturais, humanos e tecnológicos locais (SILVA, 2017).

A homogeneização do espaço físico e social se impõe contra a diversidade, contra os agentes locais que são identificados com o atraso e obstáculos ao desenvolvimento. A lógica atual separa os agentes locais das práticas e conhecimentos que davam sentido social aos recursos por eles detidos, focalizando em um ou em poucos recursos, passíveis de se tornarem *commodities* exportáveis. Os mecanismos sociais que davam sentido aos demais recursos, às formas de conhecimento e ação coletiva se dissipam. Formas de trabalho social que mantiveram a comunidade ativa e dinâmica durante gerações se perdem. Abre-se espaço para a atuação de instituições e práticas dependentes. Em contraposição ao paradigma vigente, é preciso permitir o desenvolvimento de alternativas de base endógena, de um paradigma urbano pós-industrial, que recupera o sentido da cidade como polo dinâmico da vida social e econômica, e como mediação entre homem e natureza (SILVA, 2017).

A supressão acelerada da floresta tropical - e do ambiente altamente complexo de rios, espécies animais, floresta e clima – não é a

única opção para incorporação dos recursos naturais da Amazônia. A natureza não deve ser encarada mais como fonte de matéria prima genérica, que alimenta um mecanismo que lhe é indiferente. Na perspectiva adotada neste trabalho, a natureza é força produtiva viva, valor que se valoriza ao se reproduzir e se ampliar (COSTA, 2012a). O que Becker (2013) chama de “articulação do complexo verde e urbano” é necessariamente um artifício de convivência com o bioma. As bases urbanas, associadas atualmente à produção industrial, devem se tornar centros de diversificação social e econômica baseados numa vivência associada à biodiversidade como tal, onde recursos de alto potencial econômico possam se enraizar em mecanismos de desenvolvimento endógeno. O caráter verdadeiramente endógeno compreende a capacidade de produzir reproduzindo o bioma como força viva, como conjunto ambiental complexo que fornece valor de troca único, e fazê-lo de forma contínua (COSTA, 2012). O verdadeiro processo criativo se dá na diversificação de artigos daí derivados, o que por sua vez criará espaço para continuidade da “exploração” criadora do patrimônio natural, que se contrapõe ao “extrativismo de aniquilamento” (COSTA, 2012). A partir de uma relação desalienada entre o urbano e o natural, a vida cotidiana e os mercados locais terão seus anseios e necessidades atendidos, superando-

se as diversas formas de precariedade e buscando-se qualidade de vida para os mais diversos grupos sociais.

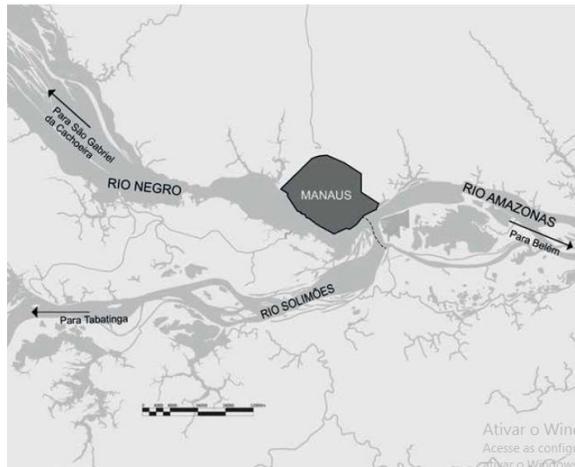
2.4 Manaus e a chegada da fronteira urbano-industrial

Manaus já nasceu global, face à decisão de controle territorial político para garantir o controle da coroa portuguesa na região. Apresenta uma posição estratégica (fig. 3) para a observação de possíveis invasores - o cruzamento de bacias hidrográficas que atravessam todo o território sul-americano, às margens do Rio Negro (CARNEIRO FILHO, 1998). A organização do território baseou-se em aldeias missionárias e fortins (proteção militar) nas margens dos rios, o que levou à consolidação do padrão de assentamento ribeirinho, presente na ocupação indígena (CORRÊA, 1987).

Entre 1840 e 1920, a Amazônia entrou numa fase de expansão gomífera, atraindo contingentes de imigrantes nordestinos e estrangeiros (OLIVEIRA, 1983). O desenvolvimento da indústria de pneumáticos, ampliou o consumo da borracha pelos países industrializados da Europa e os Estados Unidos, e transformou a Amazônia em principal fornecedor de látex em nível mundial, detentora do monopólio das espécies produtoras de borracha (DIAS, 1999). Nesse período, os preceitos da Paris dos Trópicos se tornavam realidade, com as Posturas Municipais, privilegiando os

interesses das elites, orientadas por um caráter disciplinador e higienista. Villaça (2004) destaca que o período de 1875 a 1930, primeiro período da história do planejamento urbano no Brasil, representou a época na qual a classe dominante tinha uma proposta urbana, referindo-se aos planos de melhoramentos e embelezamento, herdeiros da forma urbana monumental, que exaltava a burguesia e que destruiu a forma urbana originada no período colonial. A expressão *embelezamento urbano* sintetizou no Brasil o planejamento de origem renascentista que nos chegou principalmente através da França, enfatizando a beleza monumental.

Figura 3: Manaus e sua localização: cruzamento de bacias hidrográficas importantes que atravessam todo o território sul-americano.



Fonte: Melgar (2017).

As obras realizadas alteraram a concepção de espaço urbano e a relação com a natureza. Excluíam da vista pública tudo o que remetesse ao natural e local, a exemplo dos igarapés e das populações tradicionais. Desenvolveu-se um urbanismo fragmentado, que promoveu uma reprodução social diferenciada, evidenciando-se os conflitos urbanos e as tensões sociais, que se apresentavam sob a forma de segregação socioespacial (OLIVEIRA, 2003). Esse padrão se perpetuou por toda a evolução urbana de Manaus.

A borracha praticamente absorvia toda a atividade econômica da região. No início do século XX, ocorreu o declínio das exportações, após o contrabando de mudas de seringueiras do Brasil, e a produção gomífera em larga escala nas colônias inglesas no sudeste asiático (OLIVEIRA, 2003). Entre 1920 e 1967, período de decadência do desenvolvimento econômico local, a cidade de Manaus se desenvolveu marcada por contradições socioespaciais. A partir de 1960, deixou sua condição de feudo oligárquico, para integrar um projeto de ocupação e desenvolvimento alinhado com o paradigma urbano-industrial. Na década de 1970, o Estado implantou o Plano de Integração Nacional, uma estratégia geopolítica do governo militar, que evidenciou a ação do Estado em prol do capital industrial. Para tanto, o governo favoreceu a expansão da fronteira agropecuária iniciada

no Sudeste e com a implantação de núcleos urbanos (BECKER, 2013). Marcos desse período são a construção da estrada Belém-Brasília em 1960 e a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) em 1967. A ZFM visou promover a fronteira urbano-industrial numa cidade localizada no extremo norte do país, em meio à economia extrativista. Becker (2013) passa a denominá-la de *floresta urbanizada*, onde a formação da fronteira urbana dá-se antes mesmo da própria fronteira agrícola alcançar a região, por meio de concessão de incentivos fiscais e créditos a juros baixos para atrair empresas, implantação de redes de infraestrutura e de cidades, e indução de imigração para formar um mercado de mão-de-obra local. Inicia-se o processo de implantação de um fordismo periférico nos países da periferia semi-industrializada, onde as condições de produção se estenderam a todo o espaço nacional, produzindo um espaço urbano-industrial que atinge a floresta amazônica (BECKER, 2013; MONTE-MÓR, 2006).

O plano de desenvolvimento da Amazônia pautava-se no projeto de integração nacional das Forças Armadas (“integrar para não entregar”). O Estado, por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ofereceu a infraestrutura indispensável para a ocorrência do desenvolvimento por meio da iniciativa privada, nacional ou estrangeira, com o estímulo dos incentivos fiscais. Impactos como alta concentração

fundiária, ocupação desordenada de terras públicas, expropriação de populações tradicionais invasão de terras indígenas, desmatamento, enorme desigualdade social, entre outras realidades que perduram até os dias atuais (CAPELATO; CARDOSO, 2018).

O projeto desenvolvimentista do Brasil apresentou a Amazônia como uma periferia primitiva e atrasada, inóspita, de vazio demográfico, com uma hidrografia de potencial energético. Um território que serviu de exploração e exportação da economia primária, e como sumidouro para os excedentes populacionais, que migraram de outras regiões do Brasil (a exemplo do Nordeste). O “progresso” brasileiro foi pautado pela ideia de industrialização neste período. Ao mesmo tempo continua-se com a exploração dos recursos naturais e minerais, desconsiderando as questões ambientais e sociais da região (CAPELATO; CARDOSO, 2018).

A implantação da Zona Franca de Manaus reforçou o posicionamento subalterno da região Amazônica dentro do sistema mundo. A maneira como esse projeto se desenvolveu e seus diversos rebatimentos no espaço demonstram o quanto se desconsiderou a sociobiodiversidade, prejudicando a manutenção de formas de vida daqueles que sobrevivem em uma relação de reciprocidade com o meio ambiente. A partir desse período, Manaus se conectou com uma dinâmica industrial global, que

subitamente suplantou as práticas de base extrativista que predominavam na região.

O Estado se colocou claramente na defesa dos interesses das elites, detentoras do poder econômico, contrário aos das populações locais, evidenciando-se como instrumento de reprodução social diferenciada, que se materializa espacialmente, na dissolução de estruturas naturais ou sociais. Uma série de políticas públicas contribuiu para a produção diferenciada do espaço urbano, promovendo áreas para reprodução do capital com consequentes desigualdades socioespaciais. O espaço citadino de Manaus subordinou-se às dimensões do global e do poder político do Estado, impactando diretamente nas populações tradicionais locais (CAPELATO; CARDOSO, 2018).

Durante décadas sucessivas a região portuária foi responsável pelo dinamismo local. Nesse estágio da urbe havia o lócus do excedente econômico, do poder político e da festa cultural. (Re)produzia-se a dimensão do espaço vivido lefebvriano e a prática do direito à cidade em seu sentido mais amplo. Os habitantes ribeirinhos posicionavam-se de modo a ter acesso à dinamização comercial existente. Reconfiguravam o lugar, produzindo arranjos socioespaciais baseado no modo de saber e fazer locais, contrastando-se com a ordem urbana da metrópole em

formação. A aproximação desses moradores à capital tornou possível a fixação de locais de habitar e trabalhar, em áreas até então pouco supervisionadas pelo controle público (RIBEIRO FILHO, 2011; HEIMBECKER, 2015).

Esse contexto foi profundamente alterado com a implantação de diversos projetos estatais representantes do capital industrial. A expressão máxima de exclusão socioespacial promovida pela expansão da fronteira urbano-industrial consistiu na extinção da “cidade flutuante” de Manaus (1920-1967). Este assentamento teve seu início com o declínio do ciclo da borracha, período em que uma multidão de seringueiros passou a construir suas casas sobre as águas do Rio Negro, na área portuária de Manaus e subindo os Igarapés. Em 1966 esse assentamento (fig. 4 e 5) apresentou aproximadamente 1.950 flutuantes e 12.000 moradores (SOUZA, 2016). Os arranjos socioespaciais baseados no modo de saber e fazer locais contrastavam muito com a ordem urbana da metrópole em formação. A extinção desse assentamento tornou-se a expressão máxima da exclusão socioespacial praticada na época, marcada por um discurso higienista que estigmatizava essa população, denominando-a de “favela flutuante” (fig. 6). O discurso hegemônico, os planos oficiais e projetos estatais ignoravam as

dimensões subjetivas dessa experiência urbana enraizada no saber e fazer locais.

Figura 4: Mancha de ocupação dos flutuantes de Manaus.



Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Serra e Cruz (1964, s.p.).

Figura 5: Postal de Manaus Cidade Flutuante no Rio Negro, (circa 1964).



Fonte: Arquivo Particular do Professor Dr. Otoni M. de Mesquita.

Figura 6: Imagem da Notícia do jornal A Crítica anunciando o desmonte da Cidade Flutuante.



Fonte: acervo Cristina Grob.

O remanejamento dos ribeirinhos objetivou reinseri-los na periferia da capital, em conjuntos habitacionais desvinculados das áreas de várzea, a partir da lógica estabelecida pela política nacional de habitação, que assumia que os moradores seriam trabalhadores com moradia e locais de trabalho fixos, não mais vinculados às práticas informais, não supervisionadas pelo controle público⁶. Fórmulas de intervenção adotadas nas cidades brasileiras ignoravam as especificidades urbanas, sociais, culturais locais (HEIMBECKER, 2015), resumindo o direito à cidade ao direito ao teto.

O Urbanismo que se desenvolveu no Brasil do século XX teve seus rebatimentos no contexto ora analisado. Investimentos priorizavam áreas da cidade hegemônica ou oficial, levando a processos de segregação e a diferenciações na ocupação do solo e na distribuição dos equipamentos e serviços urbanos (MARICATO, 1997). No contexto da instituição de uma política nacional de habitação e da incorporação da cidade à lógica produtiva industrial em andamento no país e no Amazonas, a população ribeirinha foi remanejada para loteamentos e conjuntos habitacionais em

⁶ A partir desse processo, a urbe se reestrutura com a expansão da mancha urbana de Manaus, a partir dos loteamentos oficiais e de novas ocupações suburbanas. Surgem outros bairros como Alvorada, Coroado, Conjunto Costa e Silva e Santo Antônio.

áreas periféricas da cidade⁷, observando-se a redução do direito à cidade ao direito ao teto.

Era o planejamento urbano do “Novo Amazonas”. Neste contexto, o rumo e ritmo de expansão de Manaus e a transformação desta em metrópole moderna, interferiram nos modos de vida locais, condenando tudo que se mostrasse contrário à racionalidade urbano-industrial. O planejamento urbano proposto constituiu ferramenta para a proteção dos interesses do capital industrial e imobiliário⁸.

⁷ A propriedade privada do solo urbano condiciona a ocupação do solo urbano a um determinado grupo detentor de poder aquisitivo, enquanto a uma grande parte da população não consegue pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano, o que a leva a ocupar áreas em que não vigoram os direitos da propriedade privada (áreas de propriedade pública, glebas mantidas vazias com fins especulativos, entre outros) (SINGER, 1978). No caso das cidades amazônicas, os fragmentos de organizações socioespaciais ribeirinhas guardam forte relação identitária com os rios, igarapés, várzeas, ou seja, qualquer território líquido que possa servir de base para a construção socioespacial ribeirinha.

⁸ O capital imobiliário atua através da incorporação de glebas de terra localizadas próximas ao tecido urbano, em conjunto com a expansão desse tecido gera mudanças na demanda do solo urbano e oscilações violentas no preço destas, fator que predomina em um mercado imobiliário essencialmente especulativo, que se faz presente nas cidades brasileiras, alinhado a produção habitacional. A existência de áreas mal servidas em contraposição a de áreas bem servidas de serviços urbanos leva à valorização exacerbada destas últimas. O mercado imobiliário trabalha de modo a beneficiar as camadas de maior renda para a ocupação destas áreas privilegiadas, com consequente exclusão de camadas pobres que se façam presentes no local (SINGER, 1978).

A concepção do remanejamento das populações ribeirinhas representa um choque de visões de mundo, quando se espera que uma população de matriz extrativista possa se tornar mão-de-obra assalariada na indústria em ascensão. A própria construção de conjuntos habitacionais por meio do endividamento, para que estes pagassem a prazo sua moradia, era uma solução contraditória em sua origem. Nesse processo de implosão da metrópole em formação, os assentamentos ribeirinhos foram desmanchados, mas não destruíram a força do modo de vida ribeirinho. Esta resiste ainda hoje na dimensão do espaço vivido, (re)produzindo organizações socioespaciais metamorfoseadas no urbano extensivo amazônico, que incluem o próprio espaço metropolitano, e constituem fragmentos e espaços de resistência à lógica homogeneizante do espaço abstrato.

A implantação do distrito industrial trouxe impactos significativos na paisagem local, com o aumento expressivo da população da cidade, agravamento da situação social e impactos ambientais (RIBEIRO FILHO, 2011). Grandes investimentos na melhoria da infraestrutura foram implementados, como a construção do aeroporto internacional Eduardo Gomes, a reforma das instalações do porto e a implantação de serviços de

telecomunicações. A produção do espaço da cidade (re)produziu-se em função da lógica urbano-industrial, com consequentes rebatimentos no modo de vida dos habitantes locais, inseridos em uma nova lógica de produção no contexto da ZFM (OLIVEIRA, 1998; OLIVEIRA, 2000).

Manaus tornou-se uma metrópole, conectando-se à dinâmica industrial global com a expectativa de integração econômica baseada no consumo. Tornou-se um ponto focal cujas decisões influenciam até hoje a região amazônica, e para além desta. A reprodução do espaço abstrato em Manaus ocasionou a implosão da experiência imediata e a explosão das singularidades, em um processo intenso e excludente.

2.5 Considerações finais do capítulo

O capítulo apresentado responde ao objetivo específico 1. Partiu-se da perspectiva do urbano extensivo para compreender o fenômeno do urbano na RMM, contexto em que a comunidade se desenvolve. As contribuições teóricas apresentadas sobre a dialética da produção social do espaço ajudam a compreender o desenvolvimento dos mais diversos assentamentos humanos presentes no contexto amazônico, subalternos dentro do paradigma do urbano-industrial, com consequentes rebatimentos na dimensão do espaço social. A partir da perspectiva da urbanização extensiva, a região amazônica é tomada como espaço para múltiplas

experiências e novas lógicas de povoamento que manifestem uma relação desalienada e construtiva entre sociedade e natureza.

A implantação da ZFM na década de 1960 (dentre outros projetos regionais) evidenciou a chegada da fronteira urbano-industrial na região, o que levou à implosão da sociobiodiversidade existente, que teve a extinção da “cidade flutuante”, em 1967, como expressão máxima do processo de exclusão socioespacial da época. Em um lado estava a chegada da fronteira urbana-industrial na região amazônica, e em outro a realidade dos assentamentos tradicionais.

Em meio aos extremos surgiram assentamentos híbridos na região amazônica, cujos modos de vida absorvem elementos do universo urbano-industrial, ao mesmo tempo em que mantiveram a relação desalienada com o meio ambiente, a capacidade de adaptação aos ciclos da natureza, e a manutenção da subsistência a partir do manejo dos recursos naturais. Tais assentamentos constituem formas de resistência à homogeneização do urbano-industrial, através de práticas cotidianas e produção de habitats vinculados a formas passadas (vilas, comunidades integradas à floresta e à bacia hidrográfica) que integram natureza ao modo de vida, e que são portadores de lições para a produção social de novos arranjos espaciais de baixo impacto, valiosas no atual contexto do planeta. A diversidade de

matrizes urbanas e periurbanas presentes nesse contexto torna-se inspiração importante para o debate do urbano-utopia, capaz de resgatar a simbiose entre pessoas, biodiversidade, floresta e recursos hídricos, que se manifestam há séculos na Amazônia.

Apesar do urbano pleno ainda não ser realidade, a urbanização contemporânea tem no urbano virtualmente estendido o potencial para a emancipação social. Desejos e anseios de sociedades pós-industriais estão cada vez mais alinhados com a busca de qualidade de vida e com a conservação e integração com a natureza. Esses foram pontos prioritários nas sociedades pré-industriais amazônicas, que guardam lições cada vez mais valiosas para a superação do paradigma urbano-industrial, no atual contexto de mudanças climáticas, através da inclusão da sociodiversidade e da biodiversidade. O urbano extensivo abre possibilidades para novas lógicas de povoamento e para a construção de um paradigma pós-industrial alinhado com a utopia do equilíbrio do urbano-natural. A comunidade estudada neste trabalho é reconhecida como um espaço heterotópico, um híbrido e protagonista na construção do paradigma pós-industrial congruente com a utopia de equilíbrio do urbano-natural.

3. O ESPAÇO DA VÁRZEA DA ILHA DE XIBOREMA COMO LÓCUS PARA O HABITAT RIBEIRINHO

O presente capítulo responde ao objetivo específico 2. Inicialmente são apresentadas as condições das várzeas da ilha de Xiborena, localizada na confluência dos rios Negro e Solimões, evidenciando as lentas metamorfoses da geomorfologia do relevo de várzea e as variações sazonais dos ciclos hidrológicos (cheias e vazantes). Na sequência, apresenta-se como o modo de vida ribeirinho e a produção socioambiental do espaço moldam uma identidade territorial. O estudo do sítio é pressuposto apresentado pela Escola de morfologia italiana para compreensão da inserção, formação e estabilidade dos assentamentos humanos observados na comunidade estudada (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

3.1 A bacia hidrográfica e a ilha de Xiborena

Na região Amazônica localiza-se a maior rede hidrográfica do mundo, cuja bacia estende-se por área de sete milhões de km². Os rios amazônicos estão intrinsecamente ligados à vida dos ribeirinhos. Há uma grande variedade de ambientes aquáticos como praias, igarapés, rios e lagos de várzea (LOWE-MCCONNEL, 1999). Os lagos de várzea são formados na planície de inundação dos rios (JUNK, 1997) e beneficiam-se

do aporte anual de sedimentos ricos em nutrientes trazidos dos Andes e pelo transbordamento dos rios (JUNK, 1983; JUNK; FURCH, 1993).

A relevância de se estudar a geomorfologia da área de várzea da comunidade Lago Catalão está na extensão da várzea amazônica, que conta com uma área de inundação de aproximadamente 300.000 km² (JUNK; FURCH, 1993). Trata-se de um ambiente altamente dinâmico, onde a movimentação de sedimentos, altera a conformação de lagos, canais e ilhas (SIOLI, 1967; JUNK, 1980), e que apresenta variações do nível da água em ambientes de rios com planícies alagáveis (JUNK, 1997; BITTENCOURT; AMADIO, 2007).

Sobre a variação do nível dos rios, Custódio (2002, p. 21) afirma: “ao extravasarem o canal dos rios, as cheias formam, ao longo do tempo, as planícies de inundação”. Ou seja, trata-se de um processo natural que se apresenta em ciclos hidrológicos cujos comportamentos variam, apresentando em determinados episódios cheias e vazantes mais extremas. As enchentes são fenômenos hidrológicos resultantes do transbordamento das águas em relação ao leito menor do curso d’água, e as inundações são fenômenos geomorfológicos específicos das áreas marginais atingidas pelas águas da cheia (CUSTÓDIO, 2002, p. 21). Na fig. 7 verifica-se a ilustração esquemática dos tipos de leitos e planície de

inundação. A compreensão sobre tipos de leitos e geomorfologia das áreas de várzea é essencial para a compreensão do habitat ribeirinho flutuante. A diversidade de configurações do espelho d'água (substrato do habitat ribeirinho flutuante) varia em razão da organicidade da geomorfologia e dos diferentes níveis de volumes dos rios.

Figura 7: Esquema dos tipos de leitos e planície de inundação de um rio.



Fonte: GUERRA; CUNHA, 1998, p. 213. Elaboração da autora (2019).

Durante o último século, atividades antrópicas vêm impactando demasiadamente os ecossistemas aquáticos (JUNK; PIEDADE, 2004). As mudanças climáticas refletidas nas temperaturas (HANSEN et al., 2006), ciclo hidrológico (FEARNSIDE, 2006), distribuição das chuvas e grandes flutuações nos níveis da água dos rios da bacia Amazônica (JUNK, 1997) têm gerado cheias e secas mais extremas. Segundo Nunes de Mello & Barros (2001), fortes alterações do período hidrológico já ocorreram na região Amazônica. Os períodos de seca e cheia podem variar quanto à

intensidade e duração, gerando alternâncias nos sistemas aquáticos, e demandar dinamismo na forma de adaptação dos assentamentos humanos que fazem parte desse sistema. Via de regra, as populações ribeirinhas desenvolvem capacidade adaptativa e estratégias para superar os desafios das dinâmicas ambientais supracitadas, melhor sucedidas quando o suporte ao modo de vida dessa população é mantido e simbiótico à reconfiguração do sítio⁹.

A bacia do rio Solimões apresenta aproximadamente 1.600 km de comprimento e 40.000 km² de planície de inundação (GOULDING *et al.*, 2003). É representada pelas várzeas e seus sistemas lacustres, especialmente como os da área do Catalão, próxima à confluência com o rio Negro.

A ilha do Xiborena dista cerca de 10 km da cidade de Manaus e localiza-se na região do Catalão, que por sua vez se localiza dentro da planície de inundação da Amazônia Central (BRITO, 2006). A comunidade estudada está inserida na região do lago Catalão, que dá nome à comunidade, como veremos no capítulo 4. Este sistema flúvio-lacustre

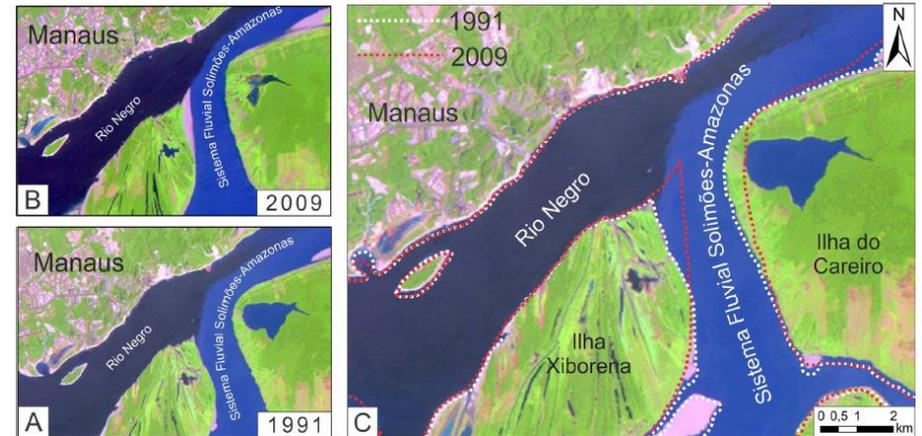
⁹ No século XXI constitui-se em uma espécie de citadismo, ou vinculação do urbano à mancha urbana de uma cidade, sem considerar a diversidade de tipologias espaciais e modos de vida existentes em contextos metropolitanos em geral, e muito mais ressaltados no contexto amazônico.

apresenta uma área de terras baixas e lagos interconectado, que de acordo com a variação do nível dos rios podem formar uma unidade contínua, isolar-se ou até mesmo secar quase por completo (ÁVILA, 2011; VALE, 2003). Apresenta variações em sua profundidade ao longo do ano que variam aproximadamente de 7 a 10 metros ou mais. A área apresenta topografia uniforme e plana resultante da acumulação fluvial, com altitudes de aproximadamente 100 metros acima do nível do mar (ALMEIDA, 2008).

Importante ressaltar o estudo de Passos & Soares (2016), que realizou análise multitemporal de imagens *Landsat-5/TM* da fase final de evolução do sistema fluvial Solimões-Amazonas, no trecho entre os tributários Purus e Negro, no decorrer dos anos de 1991 e 2011 (fig. 8). Os autores concluíram que:

uma taxa de migração média de 0,32%/ano. Os processos deposicionais se concentram principalmente na parte convexa dos meandros e nas áreas a jusante das ilhas, incluindo a formação de novas ilhas, e os erosivos na parte côncava dos meandros e a montante das ilhas. Apesar da dinâmica de erosão e deposição observada no trecho estudado deste sistema, foi possível constatar o elevado padrão de estabilidade dos canais” (2016, p. 1).

Figura 8: Modificações morfológicas na região de confluência do rio Negro com o sistema fluvial Solimões-Amazonas entre 1991 (A) e 2009 (B), demonstrado pelas áreas de deposição (linha pontilhada vermelha) e erosão (linha pontilhada branca) (C).



Fonte: Passos, 2017, p. 68.

Através desse estudo é possível constatar a predominância de mutações na geomorfologia dos relevos de várzea. A comunidade flutuante Lago Catalão, que se desenvolve neste local desde a década de 1960, tem desenvolvido reconfigurações do assentamento ao longo do tempo, para adaptar-se às lentas mutações da paisagem.

Outro fenômeno importante presente no rio Solimões e que se relaciona com o modo de vida dos habitantes da várzea se refere ao fenômeno das “terras caídas”, cuja terminologia é utilizada na linguagem popular amazônica. Segundo Carvalho (2006), trata-se de um processo geomorfológico-fluvial natural complexo. São fenômenos erosivos

determinados pela dinâmica fluvial. A esta erosão pode-se associar a instabilidade do material que compõe os terraços de várzea. A ação intensa dos banzeiros, causada por embarcações também pode contribuir para acelerar esta modalidade erosiva (CARVALHO, 2006; FREITAS, ALBUQUERQUE; 2008). As árvores que se encontram nos terraços de várzea em processo de erosão fluvial despencam junto ao solo. A madeira que flutua no rio é “pescada”, ou seja, amarrada e levada por embarcações a motor para serem beneficiadas e vendidas para madeiras ou para as comunidades locais (fig. 9). Sobre o fenômeno das terras caídas e as dinâmicas da geomorfologia dos relevos de várzea, Alencar (2009) afirma:

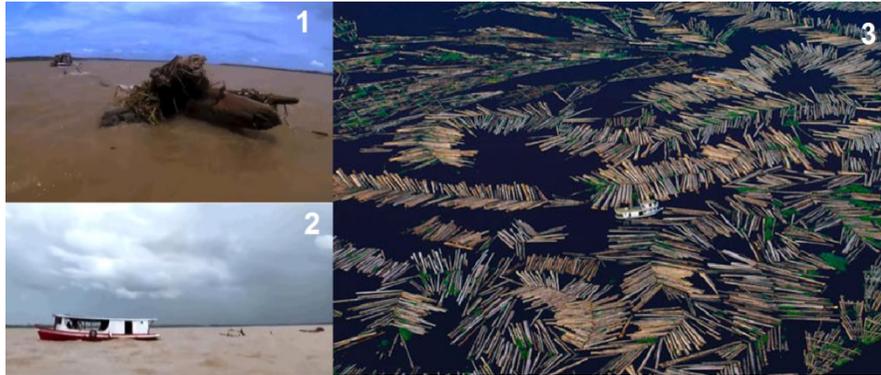
Nesse contexto, o fator ambiental possui um papel importante devido às variações sazonais expressas nas cheias e vazantes dos rios, e as mudanças que ocorrem na paisagem física causadas pela terra caída e pela formação de novas terras (como praias e ilhas) que alteram a configuração da paisagem física, mudam o curso dos rios, formam paranás, e também formam ou destroem lagos. (ALENCAR, 2009, p. 184).

A composição vegetal presente nas margens da ilha é bastante variada, formada por pastagens, matas ciliares e macrófitas aquáticas. No período de cheia e vazante, formam grandes bancos de vegetação

flutuante (VALE, 2003). Atualmente, a Ilha do Xiborena vem sofrendo consideráveis impactos antrópicos como a modificação da mata de várzea para o cultivo, criação de búfalos, pesca intensiva e poluição (ÁVILA, 2011), fatores que prejudicam os assentamentos ribeirinhos, que por sua vez são protagonistas na conservação do meio ambiente, devido à relação simbiótica com este e à manutenção de atividades apenas para subsistência própria.

Portanto, as mutações da paisagem e as dinâmicas ambientais presentes, principalmente no que se refere aos ciclos hidrológicos, tornam o ambiente aquático e de várzea extremamente dinâmicos, e são condicionantes desafiadoras, presentes no cotidiano das populações ribeirinhas, que demandam um aprimoramento constante da capacidade adaptativa dessas populações. Mais adiante, veremos como as experiências acumuladas por essas populações compõem um modo de vida que tem como destaque a capacidade adaptativa ao sítio e às dinâmicas ambientais existentes neste.

Figura 9.1 e 2: Embarcação a motor transportando madeira "pescada" no rio Solimões para o Rio Negro. 9.3: madeiras "pescadas" organizadas pelas embarcações a motor



Fonte: TV Amazon (2017).

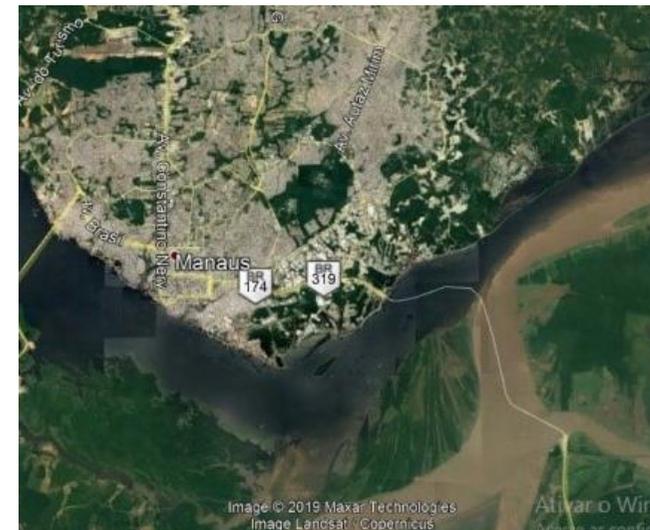
3.2 A rede de fluxos globais e locais na região do encontro das águas

A seguir serão apresentados os fluxos existentes na escala da microrregião estudada, que se utilizam do sistema hidroviário da bacia amazônica, a exemplo do fluxo de pessoas e mercadorias entre Manaus e regiões adjacentes (através de balsas e lanchas); do fluxo do turismo ecológico (através de lanchas e cruzeiros); e fluxo de produtos comercializados e matéria prima (através dos navios estaleiros).

A principal via de acesso à região é a BR-319 (fig. 11), uma rodovia idealizada dentro do projeto do governo militar brasileiro, projeto este apresentado em linhas gerais no capítulo 2. A rodovia BR-319 foi inaugurada na década de 1970, e interliga as capitais dos Estados do

Amazonas e de Rondônia. Sua construção está no contexto de tentativa de integração da Amazônia como alternativa para colonizar as terras mais férteis e desabitadas desta região amazônica (TAMER, 1971).

Figura 10: Macrorregião e a rodovia BR 319.



Fonte: Google Earth (2019).

Em Manaus, por meio da BR-319, percorrem-se 2 quilômetros até o Porto da Ceasa, ao lado da comunidade Vila da Felicidade, ponto onde a travessia acontece por meio de embarcações, até a outra margem, onde a estrada continua. O Porto apresenta a instalação do Terminal Hidroviário que serve a Cooperativa Encontro das águas, nome alusivo à confluência entre os rios, localizado a cerca de 8 quilômetros. Nessa estação, turistas

contratam os serviços de transporte de embarcações com o intuito de contemplar o fenômeno natural. O terminal também comporta a Associação dos Canoeiros dos Portos da Ceasa e do Careiro da Várzea. Os fluxos de embarcações são da atividade do turismo ecológico e de moradores, comerciantes e visitantes que transitam entre as comunidades adjacentes, movimentando o negócio do transporte fluvial. As embarcações, de pequeno, médio e até grande porte, são o meio convencional para trafegar pelas hidrovias. Do porto, saem as balsas que realizam a travessia de veículos, mercadorias e passageiros da cidade de Manaus com destino ao Careiro da Várzea, localizado na travessia dos rios. Na região também é possível verificar fluxos de maiores embarcações, a exemplo dos cruzeiros, para atividade turística internacional, e dos navios estaleiros, voltados em direção ao Alto Rio Negro, que se utilizam da bacia amazônica como sistema hidroviário (fig. 11). A presença desses fluxos impacta no ambiente aquático, nos relevos de várzea e nos assentamentos locais. Os fortes banzeiros advindos do fluxo de grandes embarcações levam a processos erosivos mais intensos nos relevos de várzea, acelerando a alteração da paisagem, além de prejudicar a estrutura das casas inseridas no ambiente de várzea, principalmente as flutuantes, que acompanham o movimento dos banzeiros.

Figura 11.1: Vista panorâmica do cais do Porto da Ceasa. 11. 2: Navio estaleiro para transporte de containers. 11.3 – Posto de combustível em plataforma flutuante. 11.4: Queren-Victoria-2ª.



Fonte: Google Earth (2019); Site www.acritica.com; Autora (2017).

O contexto do urbano extensivo é marcado por uma rede de fluxos (locais e globais) e pelo acesso a serviços urbanos que alteram a relação dos usuários com o ambiente natural, que mescla ações associadas à exploração econômica da cultura pelo turismo, conforme exemplos de contextos pós-industriais. A indústria do turismo explora o exótico, com consequente (re)valorização das singularidades das culturas não-urbanas, ou “culturas tradicionais” criando “mercados étnicos” e o “consumo de identidades” (YÚDICE, 2005). Harvey (2014) contribui com a temática quando afirma que “os comuns culturais são mercantilizados (e quase

sempre atenuados) por uma indústria de turismo histórico que tende à disneyficação, por exemplo” (p.142). A lógica da financeirização é tornar espaços ribeirinhos, considerados incomuns para o público urbano, como algo exótico, transformando-os em espaço de visitação. Através do turismo cultural, há o consumo daquele bem comum. Porém, Harvey (2014) alerta que “quanto melhores as qualidades comuns que um grupo social cria, mais provável é que sejam tomadas de assalto e apropriadas por interesses privados de maximização de lucros” (p.153).

Em paralelo, impactos da atividade turística no cotidiano dessas comunidades, como o aumento do fluxo das embarcações, a presença de turistas nos ambientes comunitários, dentre outros, prejudicam suas vidas cotidianas. Na imagem a seguir verificam-se os pontos mais visitados na região do Rio Negro, nas proximidades de Manaus, destacando-se a comunidade Lago Catalão como um dos principais pontos desta rota turística (fig. 12).

Figura 12: Pontos turísticos principais na rota do rio Negro.



Fonte: Google Earth (2019); Fotos da autora (2017). Elaborado pela autora (2019).

3.3 O modo de vida ribeirinho e a relação simbiótica com o meio ambiente

A partir da compreensão das condições e dinâmicas ambientais presentes nas regiões de várzea, apresentam-se as relações dos grupos humanos com esse tipo de ambiente. Além das dinâmicas ambientais, faz-se necessário o reconhecimento de dinâmicas sociais que permeiam o modo de vida ribeirinho tais como os laços sociais e de parentesco, as formas de uso e apropriação do território e dos recursos naturais visando garantir sua subsistência (ALENCAR, 2002, 2009).

Os processos de transferência do meio rural para o contexto urbano são cada vez mais intensos, graças à forma como a lógica industrial se apropria do território como um todo, tornando essa situação mais frequente e apontando para a necessidade de reflexões sobre novas possibilidades de configuração desse urbano, articulado à natureza e à sociodiversidade local (GOMES *et al*, 2019; CARDOSO *et al*, 2018). O crescimento da metrópole ressignificou a várzea como sua periferia. Diante dessa nova relação centro-periferia, é possível verificar a diversidade de configurações existentes entre urbe e natureza.

Nos ambientes de várzea, os ribeirinhos vivem um eterno recomeço, seja pela prática da reprodução artesanal e cotidiana, seja pela

dinâmica dos ciclos hidrológicos. Apropriam-se da água como um recurso primário de subsistência, assim como ocorre com a terra (FRAXE, 2004) e a biodiversidade, vivenciando anos de ciclos hidrológicos, entre cheias e vazantes, que lhe permitem adquirir conhecimento suficiente para responder aos desafios impostos pela interação com os elementos ambientais presentes no ecossistema de inserção. Trata-se de esquemas conceituais, práticas e habilidades, resultantes de um processo histórico de aprendizagem, capaz de orientar as decisões de ocupação, desde a escolha do local mais adequado para a construção, às técnicas construtivas propriamente ditas e à configuração dos arranjos espaciais. Esse conjunto de saberes e fazeres são repassados de geração em geração, responsável por manter a boa relação com o meio, garantindo a sobrevivência do sistema ao longo dos anos (ALENCAR; SOUSA, 2016). Produzem, dessa forma, tipos vernaculares, como a palafita e o flutuante, definido por Castelnou (*et. Al.*, 2003) pelo modo característico de construção, a partir de materiais encontrados na região e da utilização de técnicas transmitidas de geração em geração. A simbiose estabelecida entre a população ribeirinha e seu ambiente de inserção, a abundância dos materiais construtivos locais, permite o desenvolvimento de diferentes tipologias moldadas a partir da relação socioambiental estabelecida. São organismos adaptativos que

se multiplicam; o ribeirão está sempre reiniciando o seu modo de habitar, de forma cíclica, em um eterno recomeço, até a próxima cheia ou a próxima vazante (SOUZA; ALMEIDA, 2010). Trata-se de um modo de reconfiguração que apresenta permanências e alternâncias, moldando-se em diversas configurações de assentamentos buscando adaptar-se ao território e aos desafios ambientais intrínsecos a este.

Essa forma de entender a produção de assentamentos a partir da cultura de determinado grupo social foi apresentada pela Escola Italiana de Morfologia Urbana, através da abordagem tipo-morfológica. Esta escola foi fundada por Sarverio Muratori, que defendia a existência de um modo de construir edificações, um modelo que se manifesta em cada momento e em cada cultura, intrínseco a determinado povo. Esse fazer é inerente às pessoas, como um protótipo na mente de alguém que se propõe a construir uma casa. A capacidade de reprodução desse modelo por parte de um construtor é denominada pela Escola de Morfologia Italiana como a “consciência espontânea”. Refere-se ao estado que possibilita a um cidadão reproduzir e construir um edifício, representante de sua cultura e inserido em seu subconsciente, como um modelo (COSTA; GIMMLER, 2015).

Muratori buscou na cultura italiana o modelo que se encontra intrínseco na consciência espontânea, a que ele denomina “tipo”, considerando-o análogo a um organismo e por ele definido como síntese, *a priori*, da cultura de um povo. Os edifícios emergem como parte da experiência humana, o que significa que nossos habitats vivem em nossas mentes, como uma consciência espontânea. Para a Escola de Morfologia Urbana Italiana, o edifício integra nosso ser biológico, como um organismo, considerando uma estrutura celular passível de possuir tipo-morfológico, ou seja, o edifício é parte integral do ser humano. Os edifícios emergem da natureza tal como os seus materiais construtivos são modificados por humanos para construir abrigos (COSTA; GIMMLER, 2015). Neste trabalho veremos como a consciência espontânea opera na comunidade estudada, em um contexto de várzea, onde não existe rua, lote, quadra, cercamento ou propriedade privada do solo, onde predominam o uso comum do espaço natural, autogerido pelos moradores locais através de uma relação simbiótica com o meio natural.

3.4 O rio como espaço de múltiplas vivências

Os rios amazônicos foram e ainda são, referências de múltiplas vivências e relações cotidianas, e o principal “referente geográfico” do modo de vida ribeirão (DIAS, 2005). As manifestações do urbano

extensivo nesse contexto resultam em transformações e permanências que afetam o modo de vida das populações ribeirinhas. Essa realidade híbrida marcada por contradições e combinações entre o novo e o velho, o lento e o rápido, o moderno e o tradicional revela uma diversidade de temporalidades e identidades territoriais (CRUZ, 2008). A compreensão dessas identidades pode se basear na multiplicidade de construções e artefatos socioespaciais (o lote fictício sobre as águas, o controle da zona de acesso dos barcos, a estratégia de inserção das casas, o acesso à energia e ao saneamento), e nas interferências impostas por práticas conflitantes oriundas do sistema hegemônico (impacto da navegação de transatlânticos, do turismo, da contaminação das águas) que distinguem os modos de viver e os sujeitos sociais.

A diversidade de configurações socioespaciais existente na Amazônia tem sido invisibilizadas e estigmatizadas historicamente na medida em que o urbano-industrial se tornou hegemônico. Nesse contexto, as populações ribeirinhas e seus modos de vida são vistos como um desvio da racionalidade capitalista. Isso fica claro quando se atribui a essas populações o estereótipo de “ignorante”, “atrasado”, “lento”, “indolente”, “improdutivo”, olhares reducionistas e colonialistas sobre a identidade ribeirinha (CRUZ, 2008).

A superação desse entendimento demanda a compreensão da construção da identidade territorial dessas populações, que tem como pressuposto a relação desalienada com o meio ambiente. Através das relações de interação com as dinâmicas e os ciclos ambientais, e com os ecossistemas da várzea, do rio e da floresta, é que as populações ribeirinhas constroem todo o seu modo de vida e habitat. A (re)construção constante de um conhecimento tradicional sobre o uso e manejo dos recursos naturais, compõe um *ethos* ribeirinho que compõe uma matriz de racionalidade ambiental de uso e significado da natureza. Além da relação com a natureza, as relações socioespaciais e histórico-culturais contribuem para a construção da identidade ribeirinha e de um sentimento de pertencimento (CRUZ, 2008).

A identidade ribeirinha é uma construção histórica, que se redefine e se ressignifica, considerados neste trabalho como importantes elementos para o debate do urbano-natural e do urbano-utopia. O debate sobre a identidade não deve se restringir à questão “quem nós somos”, mas também “quem nós podemos nos tornar”. E indo mais além: Que espaço social desejamos? Verifica-se que mesmo que a identidade ribeirinha seja produto de um longo processo de adaptação dessas populações ao meio natural, a consciência socioespacial de pertencimento e a afirmação de um

discurso identitário, valorizando essa condição, é recente. Nasce em um contexto de lutas sociais na busca de resistência dessas populações ao projeto excludente de modernização (HALL, 2004).

Para analisar a diversidade territorial da Amazônia é preciso reconhecer que as diferenciações dos lugares que se apresentam hoje na região se dão pelas manifestações do urbano extensivo, de uma inserção desigual em movimentos mais globalizados, ligados a uma nova lógica de divisão territorial do trabalho, fruto da inserção no urbano-industrial, e pelas permanências e mudanças das singularidades locais, da dimensão do espaço vivido, onde se reproduz a vida cotidiana. Nesse sentido, a compreensão das identidades existentes na Amazônia deve basear-se na existência de multiplicidade de construções socioespaciais, e na compreensão do conflito das diferenças entre as imposições hegemônicas e as condições locais, expressas nos diferentes modos de viver dos diferentes sujeitos sociais.

Haesbaert (1999) defende que a identidade ribeirinha é uma identidade territorial, que se constrói a partir da relação concreta/simbólica e material/imaginária dos grupos sociais com o território. A identidade social é também uma identidade territorial nas situações em que o referente simbólico central da construção dessa identidade parte ou perpassa o

território. A construção da identidade territorial pressupõe dois elementos fundamentais: o *espaço de referência identitária*, expressão cunhada por Poche (1992) para o estudo da região numa perspectiva culturalista, onde se baseia a construção de uma determinada identidade social e cultural, e a *consciência socioespacial de pertencimento*, que representa a construção do sentimento de pertencimento e auto reconhecimento, ou seja, quando nos reconhecemos como pertencentes a um grupo e território específicos.

Duarte (2010) apresenta o termo moldagem do lugar, como sendo “a metáfora do processo que leva o espaço a ser lugar” (DUARTE, 2010, p. 1), no qual o ambiente é modificado, apresenta relações de afetividade, ressignifica-se, modifica os seus habitantes e retorna a ser modificado a cada momento. A metáfora da moldagem ressalta a interação entre as pessoas e espaço construído, incluindo aqueles espaços cunhados no dia-a-dia pelos seus habitantes. Duarte (2010) afirma que:

Quando um grupo social compartilha da mesma visão de mundo, suas aspirações, expectativas e respostas às dificuldades apresentadas pelo cotidiano funcionam como um cimento de união social que encontra nos espaços construídos o locus de experimentação, vivência e sociabilidade para se consolidar. A construção socioespacial se torna locus de experimentação, vivência e sociabilidade. O afeto ao

lugar torna-se suporte à comunidade, em seu sentido social (DUARTE, 2010, p.3).

Cruz (2008) defende que o rio é um referencial fundamental na construção das identidades na Amazônia. Enquanto *espaço físico-natural* (paisagem natural) é o meio de transporte, fonte de recursos naturais e matriz da organização espacial em grande parte da Amazônia. Enquanto *espaço social* é o meio e a mediação do modo de vida ribeirinho, com seus saberes, fazeres e (re)produção da vida cotidiana. Enquanto *espaço simbólico* é matriz do imaginário, mitos ligados à floresta e ao misterioso universo das águas, que constituem elementos fundamentais na construção da cultura ribeirinha na Amazônia (CRUZ, 2008).

A *consciência socioespacial de pertencimento*, ou seja, o sentimento de pertencimento, permeado por laços de solidariedade, de reconhecimento de indivíduos ou grupos em relação a uma comunidade, lugar, território, constitui um processo de construção socioespacial (CRUZ, 2008), processo este que pode ser relacionado ao conceito de consciência espontânea, desenvolvido pela Escola de morfologia italiana. Esta última relacionada às formas de apropriação do território, com um modo de construir edificações, um modelo que se manifesta em cada momento e em cada cultura, intrínseco a determinado povo. Esse fazer é inerente às

pessoas, como um protótipo na mente de alguém que se propõe a construir uma casa (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015). Ainda conforme as autoras (2015, apud Moudon, 2001) os edifícios emergem como parte da experiência humana, o que significa que nossos habitats vivem em nossas mentes. Este fenômeno é presenciado nas formas de uso e ocupação dos territórios de várzea, baseadas nos saberes e fazeres locais que compõem a cultura ribeirinha, e que evoluem com o passar das experiências.

Os conceitos supracitados permeiam a relação dialética entre sociedade e território. As vivências e experiências que compõem a dimensão do espaço social permeiam a cultura de determinado grupo, transformando-a. Cruz (2008) defende que para compreendermos a identidade das populações ribeirinhas na Amazônia, é preciso entender a dimensão do “espaço vivido”, nos termos de Lefebvre (1974), (re)conhecendo seus modos de vida, sua territorialidades, seus saberes e fazeres. Para além da dimensão do “vivido” é preciso compreender a forma com o urbano-industrial se apropria dessas territorialidades, por meio dos diversos agentes que atuam em determinado contexto (frações do capital nacional e internacional, Estado, dentre outros), representando a dimensão do “espaço concebido”, conforme apresentado no capítulo anterior.

A partir da relação dialética entre o “espaço concebido” e “vivido” é que se constroem a consciência socioespacial de pertencimento e as identidades territoriais. Essa relação dialética entre o “concebido” e o “vivido” leva a diferentes formas de construção das identidades territoriais, dependendo do grau de atuação dessas dimensões espaciais lefebvrianas. A partir da obra de Lefebvre, é possível afirmar que as populações ribeirinhas têm tanto direito à cidadania, ao desenvolvimento de seus modos de vida (o que inclui a (re)produção do espaço social no território com o qual se identificam), como quaisquer outras, a exemplo das populações localizadas nas periferias das cidades, em conjuntos habitacionais formais.

Faz-se necessário a construção de um olhar de base endógena que vislumbre a existência e protagonismo das populações ribeirinhas dentro da diversidade de construções socioespaciais existentes na Amazônia. Reconhecer e caracterizar as identidades territoriais ribeirinhas é um passo importante para entendermos a diversidade e formas de assentamentos humanos presentes na Amazônia, e a partir destas discutir o urbano-utopia dentro do nosso contexto, levantando a seguinte questão: a partir da compreensão dos assentamentos humanos existentes na Amazônia, que espaço social desejamos?

3.5 Considerações finais do capítulo

Este capítulo responde ao objetivo específico 2. O estudo do sítio é levantado como pressuposto para o estudo dos assentamentos pela Escola Italiana de Morfologia, que apresentou o conceito de consciência espontânea (COSTA; GIMMLER, 2015), conceito este relacionado ao acúmulo de esquemas conceituais, que resultam em práticas e habilidades resultantes de um processo histórico de aprendizagem, capaz de orientar as decisões de ocupação do assentamento. Tal conceito foi adotado neste trabalho para compreender a produção dos habitats ribeirinhos, e tornou o estudo da várzea e das dinâmicas ambientais (como as alterações geomorfológicas e os ciclos hidrológicos) requisito importante para a compreensão do assentamento ribeirinho flutuante estudado.

A diversidade de configurações do ambiente aquático, substrato do habitat ribeirinho flutuante, varia em razão da organicidade da geomorfologia e dos diferentes níveis de volumes dos rios, fato possibilitado pela relação simbiótica entre o ribeirinho e o sítio, resultando em reconfigurações do assentamento flutuante, em busca da estabilidade e desenvolvimento dele naquele local. As paisagens cada vez mais imprevisíveis advindos do contexto de mudanças climáticas (HANSEN *et al*, 2006, NUNES DE MELLO; BARROS, 2001) demandam um dinamismo e

uma capacidade de resposta do assentamento flutuante cuja resiliência se aprimora a cada ciclo. Conclui-se que o ambiente aquático e de várzea, substratos para a vida ribeirinha, são extremamente dinâmicos, constituindo um ambiente desafiador para o cotidiano desses grupos sociais, que demanda um aprimoramento constante da capacidade adaptativa destes. A resiliência dessas comunidades é marcada por permanências e alternâncias como formas de resposta à dinâmica supracitada.

Impactos antrópicos advindos da exploração de recursos naturais em maior escala (ÁVILA, 2011), predominantes no paradigma urbano-industrial, afetam a Ilha de Xiborena, contexto físico do objeto de estudo desse trabalho. Por conseguinte, a vida cotidiana das comunidades ribeirinhas é prejudicada. Paradoxalmente, são exatamente essas comunidades as protagonistas no desenvolvimento de práticas de conservação dos recursos naturais, devido a uma relação de reciprocidade com o meio ambiente.

Na macrorregião estudada, observam-se outros impactos devido ao fluxo de embarcações, modos convencionais de transporte nos rios amazônicos. A diversidade dos tipos de embarcações e atividades (comerciais, turísticas, entre outras) que circulam na área reflete a mistura de paradigmas industrial e pós-industrial em curso na região. Porém o fluxo

das grandes embarcações acelera o processo erosivo das margens dos rios e prejudica o cotidiano das comunidades ribeirinhas. Outra atividade ligada aos fluxos locais e globais é o turismo cultural, baseado em um “mercado étnico” e “consumo de identidades” (YÚDICE, 2005). A apropriação dos bens comuns por interesses privados (HARVEY, 2014), para maximização de lucros, leva a impactos consideráveis para a vida cotidiana das comunidades locais. A realidade supracitada está diretamente ligada à comunidade estudada neste trabalho, um dos pontos de visita mais procurados na região do Rio Negro pertencentes à RMM.

No contexto do urbano extensivo e do desenvolvimento do paradigma pós-industrial, a várzea tornou-se periferia dentro da metrópole. Do centro à periferia, é possível constatar a existência de uma diversidade de configurações espaciais advindas de diferentes formas e níveis de interações entre elementos urbanos e naturais. Esse é o contexto da construção da identidade territorial ribeirinha que se apresenta na comunidade estudada, construída a partir da relação concreta/simbólica e material/imaginária dos grupos sociais com o território (HABESBAERT, 1999). O desenvolvimento da consciência socioespacial de pertencimento, (CRUZ, 2008), ou seja, o sentimento de pertença a uma comunidade e de , solidariedade que a permeia, de reconhecimento de indivíduos ou grupos

em relação a uma comunidade, constitui um processo de construção socioespacial (CRUZ, 2008), Neste trabalho correlacionamos o conceito supracitado como conceito de consciência espontânea, relacionado a um tipo (ou tipologia) que se manifesta e se adapta ao longo do tempo, de acordo com o desenvolvimento da cultura de determinado grupo social, e na forma como esse tipo serve de referência para a ocupação do território, e modo de construir edificações. Esse fazer relaciona-se a um protótipo na mente de alguém que se propões a construir (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

Os conceitos apresentados permeiam a relação dialética entre as dimensões do “espaço vivido” e do “espaço concebido” (LEFEBVRE, 1974). Essa relação dialética entre o “concebido” e o “vivido” leva a diferentes formas de construção das identidades territoriais, dependendo do grau de atuação dessas dimensões espaciais lefebvrianas. A partir de Lefebvre, é possível concluir que as populações ribeirinhas tem tanto direito à cidadania, ao desenvolvimento de seus modos de vida (o que inclui a (re)produção do espaço social no território com o qual se identificam), como quaisquer outras, a exemplo das populações localizadas nas periferias das cidades formais consolidadas. Reconhecer e caracterizar as identidades territoriais ribeirinhas é um passo importante para entendermos a

diversidade e formas de assentamentos humanos presentes na Amazônia, e a partir destas vislumbrar e atuar para a construção do urbano-natural a partir deste contexto.

4. A COMUNIDADE LAGO CATALÃO, IRANDUBA (AM) E A PRODUÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO ESPAÇO

O presente capítulo responde ao objetivo específico 3. Serão apresentadas informações sobre a origem e formação do assentamento, as estratégias de adaptação ao sítio e às dinâmicas ambientais, as formas de subsistência e captação de renda, os meios de locomoção e rotas, os usos e apropriações do espaço natural, evidenciando a comunalidade existente no assentamento. Conceitos da Escola de Morfologia Italiana foram adotados como chave de análise para revelar como a consciência espontânea opera em um assentamento flutuante localizado na várzea amazônica, em um contexto livre da rua, do lote, da quadra e da propriedade privada da terra, marcado pelo uso comum desse espaço natural, autogerido pelos moradores locais através de uma relação simbiótica com este espaço. A partir da análise morfológica, evidenciam-se o gradiente entre as dimensões pública e privada, as formas de proteção do espaço e rotas comuns e a capacidade de adaptação dos flutuantes às dinâmicas do ambiente aquático.

4.1 O lago Catalão e a comunidade flutuante

O lago Catalão situa-se na planície de inundação da Amazônia Central, na várzea do rio Solimões, próximo de sua confluência com o Rio

Negro, distante cerca de 10km da cidade de Manaus. Trata-se de um sistema singular, por estar localizado na confluência dos dois rios (fig. 13). Vale (2003) afirma que a formação geológica do Catalão é um sistema de área de várzea constituído por unidades morfológicas particulares, representadas por lagos e penínsulas. Dentre os lagos do sistema Catalão há o lago do Padre, um pequeno bolsão em forma de “U”, além do Poção, de forma circular, localizado no centro do Sistema. A composição da vegetação marginal é formada em sua maioria por pastagens. Nas porções mais altas também ocorre a formação de matas ciliares, contudo, grande parte já é secundária. Outro importante componente da vegetação são as macrófitas aquáticas, que, principalmente no período da cheia, formam grandes bancos de vegetação flutuante (VALE, 2003, p. 10). O lago Catalão constitui referente geográfico da comunidade estudada. A construção do habitat na comunidade baseia-se na relação simbiótica com as dinâmicas ambientais presentes no ecossistema da várzea, a partir de uma racionalidade ambiental de uso e significado da natureza, como veremos mais adiante.

Figura 13: Localização Lago Catalão, Iranduba AM.



Fonte Google Earth (2015).

O assentamento investigado localiza-se na “boca” do Catalão (fig. 14), como os moradores do lugar costumam se referir. A abertura principal do Paraná é denominada de “Avenida” pelos moradores locais, uma espécie de hidrovia que desemboca no leito do Rio Negro e volta-se para frente da cidade de Manaus. Nela se localiza a maior parte das edificações. Atualmente existem cerca de 110 flutuantes e população de 350 habitantes, conforme informação da presidente da associação comunitária.

Figura 14: Foto da comunidade Lago Catalão, Iranduba AM (período da cheia), localizada na ilha de Xiborena, na confluência dos rios Negros e Solimões. Perspectiva da hidrovia principal do lago, denominada popularmente de “Avenida”.



Fonte: Disponível em: www.trilhasetrips.blogspot.com.br. Acesso em Maio/2017.

O trânsito de grandes embarcações (navios) e a própria agitação do rio Negro em dias de tempestade geram fortes banzeiros, o que dificulta a permanência de flutuantes nas suas margens. As restingas adjacentes, como o caso do Lago Catalão, são locais mais adequados para a permanência e desenvolvimento de assentamentos flutuantes. Os relatos informam que os primeiros moradores chegaram no final da década de

1960, posteriormente à extinção da “cidade flutuante” de Manaus. Segundo Santos (2013), o processo histórico de formação do assentamento remonta ao auge da produção madeireira da região, período em que o Lago Catalão constituía uma espécie de grande depósito a céu aberto, para armazenamento das árvores extraídas de outras regiões do Estado. O material era transportado até o local e absorvido pelas serrarias localizadas em Manaus. A proximidade com Manaus permitiu a criação do assentamento e seu posicionamento como sua periferia.

Ainda segundo o autor, consta que as décadas de 1980 e 1990 apresentaram maior concentração populacional naquela área. A falta de infraestrutura da cidade de Manaus nas zonas periféricas levou as famílias a se instalarem no lago, como alternativa ao ambiente urbano conturbado e repleto de problemas sociais. Mesmo na margem oposta de Manaus, a relação de proximidade entre o assentamento e a cidade de Manaus permitiu o acesso a melhores condições de moradia. Dona Raimunda Viana, líder comunitária e presidente da associação local, relata sobre sua chegada no local em 1989, período em que havia alguns grupos familiares. Segundo relatos dos comunitários locais, as primeiras famílias se instalaram na década de 1960: “Eu tenho aqui 28 anos, quando eu cheguei já tinha. Tem pessoas aqui que já moram há 50 anos. Não era uma

comunidade com esse tanto de habitante né? Mas já existia aquele povo, já tinha” (VIANA, Raimunda, 2017)

Desde sua origem, a forma de ocupação do assentamento se dá através de edificações flutuantes, que se deslocam em busca de uma melhor adaptação ao nível dos rios, gerando um movimento cadenciado pela sazonalidade dos ciclos hidrológicos. A comunidade apresenta autogestão territorial, que responde aos anseios coletivos e à sazonalidade dos ciclos hidrológicos. Funciona como um grande “organismo vivo”, um espaço “fluido” que se estabelece no mesmo local há mais de 50 anos, vencendo os desafios cotidianos através do acúmulo de saberes e fazeres locais, e a partir do acesso a serviços urbanos, advindos do contexto do urbano extensivo da RMM. A cada ano, a cada ciclo hidrológico, estes saberes e fazeres evoluem. Aprimora-se a capacidade adaptativa para superar continuamente as dinâmicas ambientais.

No lago Catalão, ocorre exploração de recursos naturais do ecossistema local para subsistência e geração de renda, complementado por política de transferência de renda. A comunidade apresenta um portfólio de atividades (fig. 15) para captação de renda e subsistência, conforme quadro 1, a seguir. Apesar de falta de informação sobre a renda média *per capita*, é possível verificar *in loco* e através dos depoimentos dos

moradores que não há carências materiais. As casas em sua maioria são bem mantidas e o depoimento das pessoas demonstra que elas estão satisfeitas e felizes por morar neste local.

Quadro 1: Elaboração de renda, subsistência e benefícios.

Atividades para captação de renda:

“Pesca” e beneficiamento de madeira: a atividade é considerada a principal fonte de renda (SANTOS, 2013). A Política Nacional do Meio Ambiente e os instrumentos reguladores instituídos nesta política levaram a um declínio do setor madeireiro nas últimas décadas, devido às exigências legais que se tornaram rígidas, principalmente após a institucionalização dos órgãos reguladores. A atividade local relacionada ao setor madeireiro refere-se ao beneficiamento da madeira “pescada”. Os “pescadores de madeira” capturam o tronco que permanece à deriva no rio Solimões, beneficiam a madeira e vendem as serrarias. A pirangagem, como é chamado pelos moradores locais, constitui-se como um meio de subsistência para algumas famílias. No período de seca, a alternativa é o mergulho para resgatar as madeiras que se soltaram e foram parar no fundo do rio. Trata-se do beneficiamento da matéria-prima *in natura* que não é extraída naquele ecossistema local.

Postos de trabalho locais: Prefeitura de Iranduba (servidores municipais)

Postos de trabalho em Manaus: Os comunitários têm possibilidade de acesso a trabalho e renda na metrópole de Manaus, para atividades como vigilância, serviços domésticos, motoristas, carpinteiros etc. A relação de proximidade com a cidade faz com que a comunidade estabeleça forte relação com esta. O percurso de moradores entre a comunidade e a cidade de Manaus é frequente, podendo ser diário ou semanal, em função das relações de trabalho e renda ofertadas na capital, além dos laços familiares e afetivos estabelecidos na comunidade.

Atividades de subsistência da pesca: conforme pesquisa de Santos (2013), não há família que viva exclusivamente da venda do pescado. A concorrência e a constituição de cartéis nas bancas de peixe da feira do Porto da Ceasa ditam o baixo preço do produto para que aqueles atravessadores possam obter algum lucro com a comercialização.

Atividades de subsistência da criação de animais (galinhas, patos) e produção de hortaliças: Os arranjos flutuantes conjugados às moradias flutuantes são reproduzidos para dar suporte à criação de animais destinados ao abate, como galinhas e patos. Os

canteiros flutuantes de plantas (ervas medicinais e temperos) aparecem principalmente quando o rio inunda todas as porções de terra. Durante o período da estiagem, cultivam-se hortas em terra firme. Moradores relatam que há conflitos com pecuaristas, devido ao fato de as criações encontrarem-se próximas ao assentamento. As ilhas criadas, que servem como novos locais para o cultivo da agricultura comunitária, tornam-se alvos da ação dos pecuaristas, que liberam o gado para pastar nessas áreas, prejudicando seriamente o cultivo das hortas comunitárias.

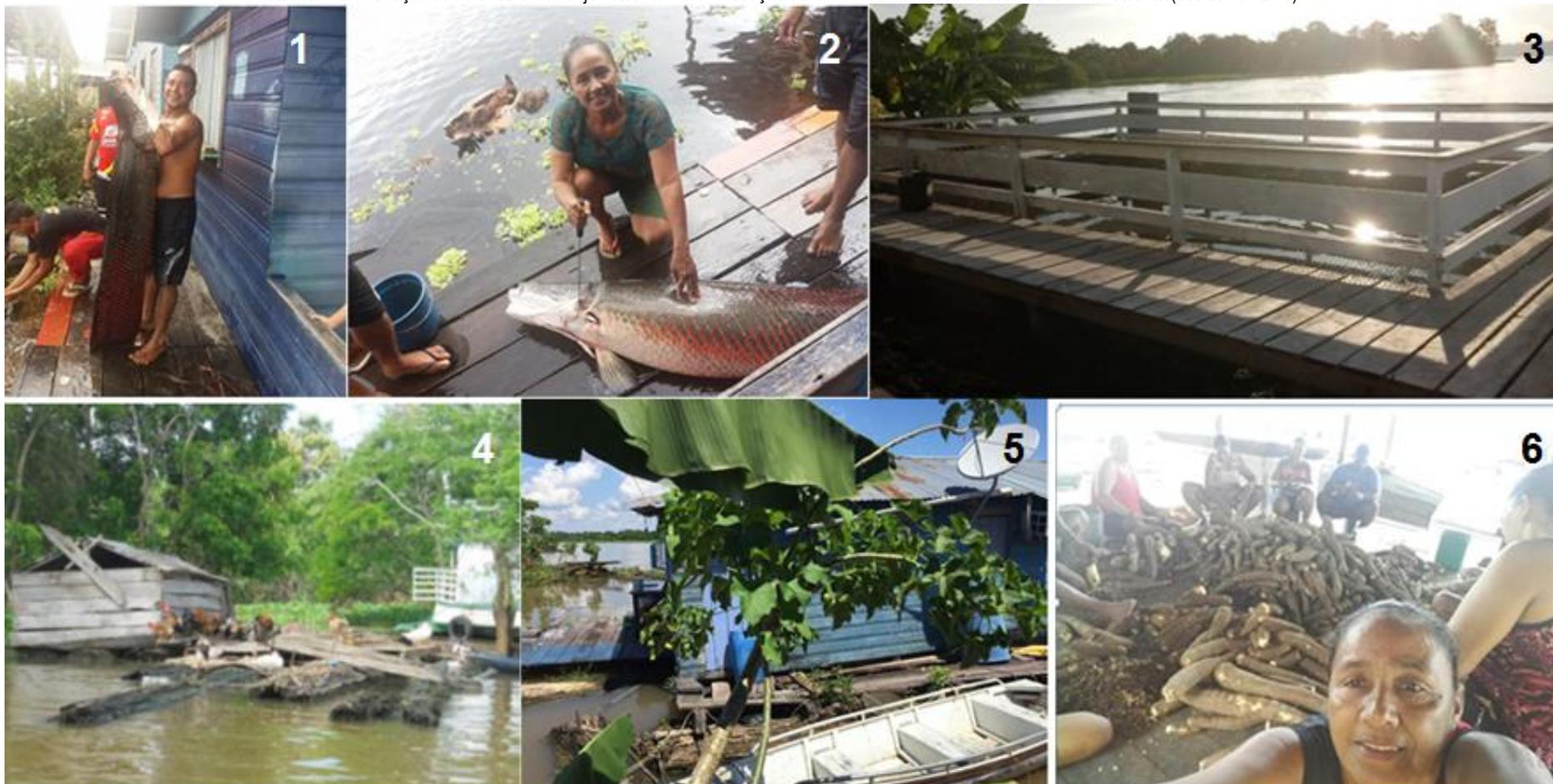
Criação de pirarucu: Uma prática presente na comunidade é a criação de pirarucus, realizadas em viveiros. No período da cheia, esses viveiros localizam-se na comunidade, próximos às habitações flutuantes. No período da estiagem, os viveiros são levados para fora da área, estabelecendo-se no rio Negro.

Produção de farinha de mandioca: A produção é realizada na casa de farinha flutuante, edificação comunitária que rodizia dentro da comunidade de acordo com as necessidades específicas de cada grupo familiar. A organização do rodízio é realizada pela líder comunitária.

Benefício social Programa Social Bolsa Família: Recebido por cerca de 40 famílias (SANTOS, 2013).

Benefício social Seguro-desemprego do defeso: Conforme pesquisa de Santos (2013), a atividade pesqueira, de modo indireto, acaba se tornando outra fonte de renda para uma grande parcela das famílias, graças ao seguro-desemprego do defeso. Essa categoria de seguro-desemprego foi criada em 2009 através da sanção da Lei nº 11.958. O benefício é uma política estratégica que visa proteger as espécies de peixes e garantir renda aos pescadores.

Figura 15.1 e 12.2: Comunitários com o pirarucu extraído de viveiro local. 15.3: Criadouro de pirarucu. 15.4: Criação de animais em arranjo flutuante. 15.5: Criação de hortifruti em arranjo flutuante. 15.6: Produção de farinha de mandioca na casa de farinha flutuante (uso comunitário).



Fonte: Raimunda Viana (2017); Santos (2013); Autora (2017).

Os meios de transporte utilizados na comunidade são embarcações de pequeno e médio porte que utilizam do recurso hídrico como substrato para a locomoção. As mais frequentemente utilizadas pelos próprios moradores são a canoa e a voadeira. Conforme constatado em campo e por meio de depoimentos dos moradores locais, desde tenra idade, os moradores aprendem a utilizar a canoa. Fazendo uma analogia com a terra firme, seria como aprender a andar de bicicleta. Além dos meios de transporte supracitados, há o uso da “escolancha”, conforme denominado pelos moradores locais, para o transporte dos estudantes entre residência e escola (fig. 16 e 17).

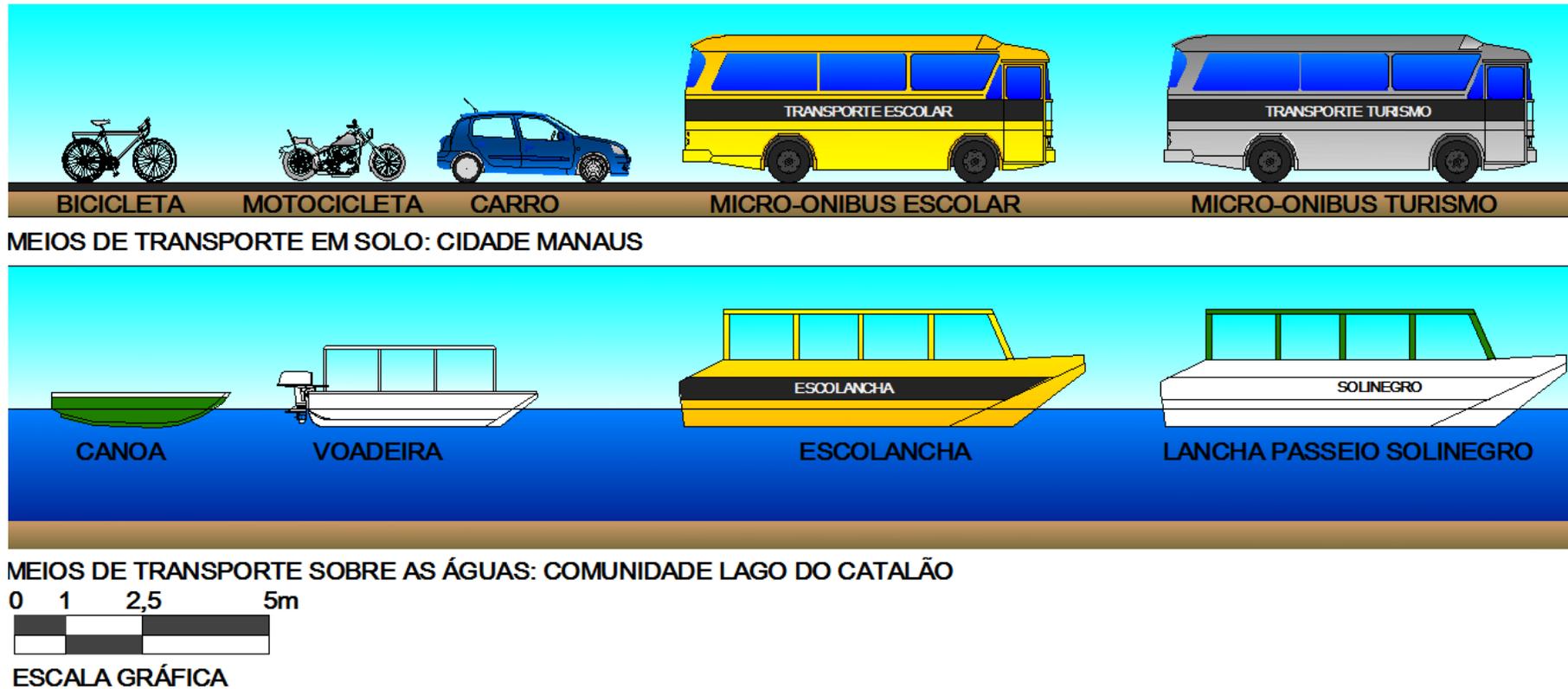
No período da cheia, a largura dos paranás permite a passagem de embarcações maiores, incluindo a circulação de barcos de passeio de turistas. Os pilotos da Cooperativa Solinegro, que prestam serviço de passeios turísticos na região, destacam a importância de se trafegar em baixa velocidade ao adentrar a comunidade, pois a circulação de embarcações em alta velocidade perturba a vida dos moradores locais, devido aos banzeiros. No período da seca, a distância entre as casas e a profundidade dos paranás permite apenas a circulação de canoas e voadeiras dentro da comunidade, não havendo tráfego para fins turísticos.

Figura 16.1: Moradores locais locomovem-se com canoas em aberturas em meio as restingas. 16.2: Voadeira Solinegro. 16.3: Transporte escolar, denominado pelos moradores como Escolancha. 16.4: Voadeira particular de morador da comunidade.



Fonte: Cooperativa Solinegro (2017); Antônio Cesar (2016); Autora (2018).

Figura 17: Exemplos de meios de transporte utilizados na cidade formal e na comunidade Lago do Catalão.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

4.2 A construção do direito ao urbano em ambiente natural

O Lago do Catalão está inserido no contexto do urbano extensivo da região metropolitana de Manaus, o que resulta na natureza híbrida do assentamento (natural e urbano). A comunidade se beneficia da relação de proximidade com esse centro de poder e por meio da articulação do movimento social local para a conquista dos serviços urbanos neste ambiente. A relação de proximidade com Manaus influencia mais intensamente o modo de vida dessa comunidade, em comparação a outras comunidades mais distantes. Outro aspecto importante é a qualidade de vida conquistada pelos moradores, fato relatado por eles. Ao comparar a vida na cidade e na comunidade, D. Raimunda relata os laços de solidariedade presentes na comunidade, e do quanto isso é importante para a conquista da qualidade de vida comunitária e desejo de permanência e desenvolvimento naquele local:

Na cidade, se você não tem uma renda fixa, você passa fome. Aqui não, tipo assim, meu vizinho, se eu não tenho nada, mas ele tem, ele já me reparte. A vida de cidade é outra. Esse é o medo. Aqui é a tranquilidade que a gente tem. O povo já tá habituado, acostumado, enraizado. Tem pessoas aqui que tem condições de vida de comprar casa em Manaus, mas pensam que não iam ter a condição que eles têm aqui. Com 28 anos que eu moro aqui, graças a Deus nunca houve um homicídio. A gente só tem mais é que agradecer. E sair daqui por quê? (VIANA, Raimunda, 2017).

Conforme apresentado na pesquisa de Santos (2013), a senhora Cleide, de 55 anos, professora na escola municipal, apresenta uma de suas experiências em sala de aula, a forma pela qual concluiu que muitos dos seus alunos não pensam em sair da comunidade. Ao passar uma atividade didática aos alunos em sala de aula, que consistia em cada aluno desenhar numa folha de papel bens de consumo que gostariam de adquirir quando se tornassem adultos, a mesma relata que a grande maioria desenhou casas flutuantes e embarcações, o que demonstra os laços afetivos estabelecidos com o lugar de morada.

Experiências como as supracitadas destacam a questão da solidariedade e relações de afeto existentes, bem como a relação de identidade que os comunitários desenvolvem com o lugar. Cruz (2008, p.59) define essa relação como “consciência socioespacial de pertencimento”, quando ocorre a construção do sentimento de pertencimento e autorreconhecimento, ou seja, quando nos reconhecemos como pertencentes a um grupo e território específicos. A comunidade molda o lugar, vivendo em meio natural, produzindo um modo de vida baseado no conhecimento tradicional, ao mesmo tempo em que constrói o direito ao urbano. Ocorrem relações de afeto com o lugar, que fortalecem sentimentos de pertencimento e ações de apropriação simbólica do espaço,

onde o grupo social molda o lugar para si enquanto reconstrói sua própria identidade (DUARTE, 2010).

São exemplos de conquistas a implantação da escola municipal, a infraestrutura de energia elétrica e os serviços de comunicação. A escola foi inaugurada em 1987 (fig. 18). Trata-se de uma conquista do esforço de moradores que reconheciam a importância e a necessidade da educação formal para as gerações posteriores. A escola funciona até os dias de hoje e atende a alunos da comunidade, apresentando os ensinamentos infantil, fundamental e médio, além do programa do governo de Educação para Jovens e Adultos (EJA).

Figura 18: Escola flutuante inaugurada em 1987..



Fonte: Autora (2017).

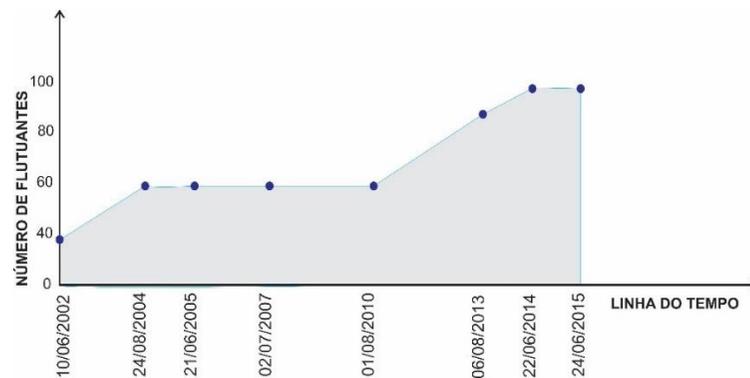
A implantação de infraestrutura de energia elétrica foi viabilizada em 2010, através do Programa do Governo Federal “Luz para Todos”, pela pressão do movimento social local. Conforme relato de dona Raimunda, antes da inserção da energia elétrica, quem tinha condições, comprava gelo. Quando não era possível, consumia-se a água em temperatura ambiente. Utilizava-se a luz de lamparina ou vela. Atualmente, com a energia, todas as unidades têm eletrodomésticos como ventilador, geladeira, freezer, televisão, dentre outros. Foram quatro anos de articulações e lutas, havendo, inclusive, contribuição financeira dos comunitários para a implantação do projeto. A inserção da energia elétrica na comunidade (fig. 19) tornou-a mais atrativa para o retorno de antigos habitantes e de outros que passaram a se estabelecer ali, o que afetou a organização da comunidade, levando à necessidade de acordos tácitos, propostos pela liderança comunitária e acatada pelos moradores, para limitar a densidade local, determinando limite na quantidade de moradias, bem como regras de convivência. O gráfico a seguir demonstra o crescimento de número de flutuantes após a implantação da infraestrutura de energia elétrica na comunidade (gráfico 1).

Figura 19: Energia elétrica na comunidade.



Fonte: Autora (2018).

Gráfico 1: Número de flutuantes entre 06/2002 e 06/2015, baseado em imagens de satélite do Google Earth.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Castells (2011) afirma que a revolução tecnológica provocou novas reconfigurações quanto ao reagrupamento de pessoas, alterando a experiência social no tempo e no espaço. Em várias épocas, presenciaram-se outros processos históricos de revoluções tecnológicas. A grande diferença em relação a da tecnologia da informação é a abrangência e a velocidade com que se fez difundido o fenômeno pelo globo, em menos de duas décadas. As novas tecnologias da informação agem sobre todos os domínios da atividade humana, e estão presentes no contexto do urbano extensivo estudado, influenciando atributos culturais e institucionais de todo o sistema social.

Os relatos e as formas de interação dos moradores com o grupo social e com o meio demonstram o quanto estes se reconhecem como pertencentes a este grupo e ao território, desenvolvendo assim uma consciência socioespacial de pertencimento (POCHE, 2012). A relação de afeto com o lugar fortalece os laços sociais e serve de fio condutor para a reconstrução socioespacial de um lócus de experimentação, vivência e sociabilidade. Há dificuldades e desafios a serem superados pelos comunitários, a exemplo da ausência de saneamento básico adequado para a realidade local. Atualmente, o único flutuante que apresenta solução para os dejetos é a escola municipal, através da solução do banheiro seco,

porém ele está inutilizado. A líder comunitária descreve que há resistência e falta de adaptação por parte dos usuários da escola para o seu uso. Como desafio prioritário, a líder comunitária destaca a necessidade de aplicação de tecnologia que viabilize solução de saneamento para todas as edificações da comunidade.

O segundo desafio refere-se à coleta de lixo. O serviço da prefeitura de Iranduba passa na comunidade em média a cada três meses. Em última conversa com dona Raimunda, ela afirmou que a comunidade estava se articulando para construir um flutuante que serviria de depósito de materiais reciclados, fazendo a coleta seletiva dos resíduos sólidos produzidos pelos moradores locais, com possibilidade de retorno financeiro através da venda do material selecionado.

O terceiro desafio refere-se à construção de um flutuante para venda de artesanatos produzidos por moradoras locais, como uma forma de captação de renda para a comunidade, tendo em vista o público de turistas que visita a comunidade no período da cheia dos rios. Existe no assentamento a peixaria *El Shaday* com esse tipo de serviço, porém este é particular, não havendo retorno para a comunidade.

O quarto desafio se refere ao armazenamento de água para a comunidade para uso no período da estiagem, tendo em vista as

dificuldades enfrentadas nesse período. Na estiagem, a água do lago se torna imprópria para uso. Os moradores utilizam reservatórios para armazenar água que buscam no rio Negro, utilizando-se do transporte de voadeiras. Para o transporte de água é necessário estabelecer um limite de peso, pois o peso excessivo pode fazer com que as embarcações encalhem no canal, trazendo danos ao motor da embarcação. Em conversa com dona Raimunda, elaborávamos a ideia de implantação de infraestrutura de água servida, viabilizado com a instalação de reservatório a ser instalado na ilha do meio (como os moradores costumam chamar).

O contexto supracitado aponta para a possibilidade de aplicação/adequação de tecnologias sociais já existentes. Esse tipo de solução não consta no repertório oferecido pelo poder público, que foca apenas na produção habitacional em terra firme, no contexto urbano-industrial, tornando essas populações invisibilizadas. Para superar este fato, mostra-se necessária articulação entre a comunidade científica e os habitantes do lago. Foi possível constatar em campo, através dos depoimentos dos moradores locais, que essa articulação é pouco frequente, e, quando ocorre, não apresenta retorno de benefícios para a comunidade. Apesar de existir na vizinhança uma base flutuante do INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia), não há quaisquer interações

entre a comunidade e este instituto, o que demonstra a falta de aplicação de conhecimentos técnicos disponíveis, que seriam úteis e de fácil aplicação no contexto estudado, porém continuam inacessíveis devido à inexistência de relação entre as instâncias supracitadas.

A comunidade reproduz um espaço diferencial que se contrapõe ao espaço homogêneo do protagonismo industrial, através de práticas individuais e coletivas que permeiam a reprodução cotidiana. Esta reprodução cotidiana a torna uma heterotopia e uma protagonista para a emancipação social através da busca pelo direito ao urbano e ao natural. A comunidade é marcada pela vida cotidiana presente nos espaços comuns, produzidos pelos moradores locais, permeados por laços de solidariedade e pelo acesso à cidadania baseados nos seus desejos e anseios. A apropriação e decisões sobre esses espaços sociais elevam-nos a condição de comuns políticos, nos quais é possível testemunhar a busca da prática da cidadania.

A comunidade estudada apresenta-se como uma forma de resistência à homogeneização do protagonismo industrial, através da reprodução cotidiana, com destaque para a produção de um habitat vinculado a formas passadas, através da integração com a floresta e bacia hidrográfica. Ao mesmo tempo, o contexto da urbanização extensiva

permite que a comunidade reivindique o acesso ao universo urbano em meio ambiente natural, em busca de cidadania através do acesso a diversos serviços desse universo em busca de uma melhor qualidade de vida no ambiente em que pertencem. Tal prática evidencia o potencial de comunidades como a que aqui estudamos enquanto lócus da utopia de equilíbrio do urbano-natural (MONTE-MÓR, 1994, 2006, 2015). A ressignificação da várzea como periferia da metrópole possibilita a diversidade de configurações existentes entre urbe e natureza, e a apresentação da comunidade estudada como um exemplo disso.

A inserção no contexto metropolitano possibilitou acessos híbridos ao urbano e ao natural, que delineiam o direito ao urbano-natural. Este está relacionado ao atendimento de demandas específicas dessas populações predominantes na Amazônia, cujos modos de vida foram historicamente negligenciados. O direito ao urbano se manifesta nesse contexto, com a conquista de infraestrutura e serviços urbanos. O direito ao natural na forma como a população se estabelece em espaço natural, intervindo minimamente para se adaptarem e estabelecerem o *habitat* ribeirinho. A partir de Lefebvre é possível constatar que os ribeirinhos têm tanto direito de viver a sua maneira, (re)produzindo o espaço social através do uso e apropriação do espaço natural, como quaisquer outros assentamentos, a

exemplo daqueles que se encontram na periferia da cidade consolidada. O direito dos catalãonenses de viver neste local, sob aquelas condições, a sua maneira, com a sua cultura, que se transforma para beneficiar-se de determinados elementos do universo urbano, representa o ideal lefebvriano de prática da cidadania neste local (PINHEIRO; CARDOSO, 2019).

4.3 O assentamento flutuante

A comunidade estudada vive um eterno recomeço marcado pelas dinâmicas dos ciclos hidrológicos. A interação entre os ciclos da natureza e a reprodução cotidiana permite o aprimoramento de sua capacidade adaptativa evidenciada através das reconfigurações espaciais para adequar-se ao território líquido, apresentando permanências e alternâncias nesse processo. O assentamento reconfigura-se constantemente em busca de estabilidade e desenvolvimento naquele ambiente aquático, que por sua molda-se em razão da organicidade da geomorfologia e dos ciclos hidrológicos, resultando em paisagens diversas, cada vez mais imprevisíveis no atual contexto de mudanças climáticas (HANSEN et al, 2006, NUNES DE MELLO; BARROS, 2001). Nesse contexto, a resiliência do assentamento flutuante para adaptar-se à essa diversidade e imprevisibilidade das paisagens aprimora-se a cada ciclo hidrológico. A base biofísica modifica-se ao longo do tempo, através das lentas e

constantes mutações da geomorfologia dos relevos de várzea, demandando uma constante capacidade adaptativa da comunidade, que se desenvolve e se estabiliza neste local desde a década de 1960. Os ciclos hidrológicos anuais e as lentas mutações da paisagem tornam o ambiente aquático e da várzea extremamente dinâmicos, resultando em um ambiente desafiador para o presente assentamento, que aprimora sua capacidade adaptativa de forma constante para responder ao desafio supracitado.

A análise morfológica associada às informações coletadas através da pesquisa de campo exploratória, bem como a análise de imagens de satélites, permite evidenciar as configurações espaciais assumidas pelo assentamento, a relação de adaptação com o ecossistema e como se deu a sua estruturação ao longo dos anos. Alguns conceitos da Escola Italiana de Morfologia Urbana foram adotados como chave de análise para revelar como a consciência espontânea opera em um contexto livre das imposições da rua, do lote, da quadra, do cercamento e da propriedade privada da terra, em um contexto de várzea, onde prevalece a autogestão territorial dos espaços naturais comuns por parte dos moradores, caracterizada pelo gradiente entre dimensões pública e privada, as formas de proteção do espaço e rotas comuns, e a capacidade de adaptação dos flutuantes à dinâmica do ambiente aquático. A investigação do

assentamento sob múltiplas escalas, seguiu as orientações desta Escola, partindo do(s) elemento(s) isolado(s) (os tipos de edifícios existentes), ampliando a escala à concepção geral do assentamento (PINHEIRO; CARDOSO, 2019).

A tipologia flutuante ocorre nas margens dos rios amazonenses e em lagoas interligadas a estes. Embora apresente a possibilidade de locomoção, a habitação flutuante permanece no local escolhido, conectada às árvores ou toras fixas em terra firme, ancoradas em espécie de fundação denominada “poita”, conforme constatado em campo e através do depoimento de moradores locais (Raimunda Viana e Alexandro Viana). Estabelece-se, dessa forma, a relação entre água e vegetação de várzea ou relevo de várzea. O assentamento se beneficia do fenômeno das “terras” caídas, através da pesca da madeira no rio Solimões, para a produção das habitações flutuantes (PINHEIRO; CARDOSO, 2019).

A tipologia flutuante é utilizada em todos os usos presentes na comunidade, sejam estes básicos ou especializados (quadro 2), a exemplo de moradias, pequenos comércios, igrejas, escola, casa de farinha, quadra de futebol, hortas e criações de galinhas em arranjos flutuantes (fig. 20) (PINHEIRO; CARDOSO, 2019).

Quadro 2: Conceitos da Escola Italiana. Tipos edifícios básico e especializado.

Análise tipo-morfológica da Escola Italiana: estrutura-se na definição do tipo. A interpretação do tipo edifício distingue o modelo da edificação mais comum de determinada cultura.

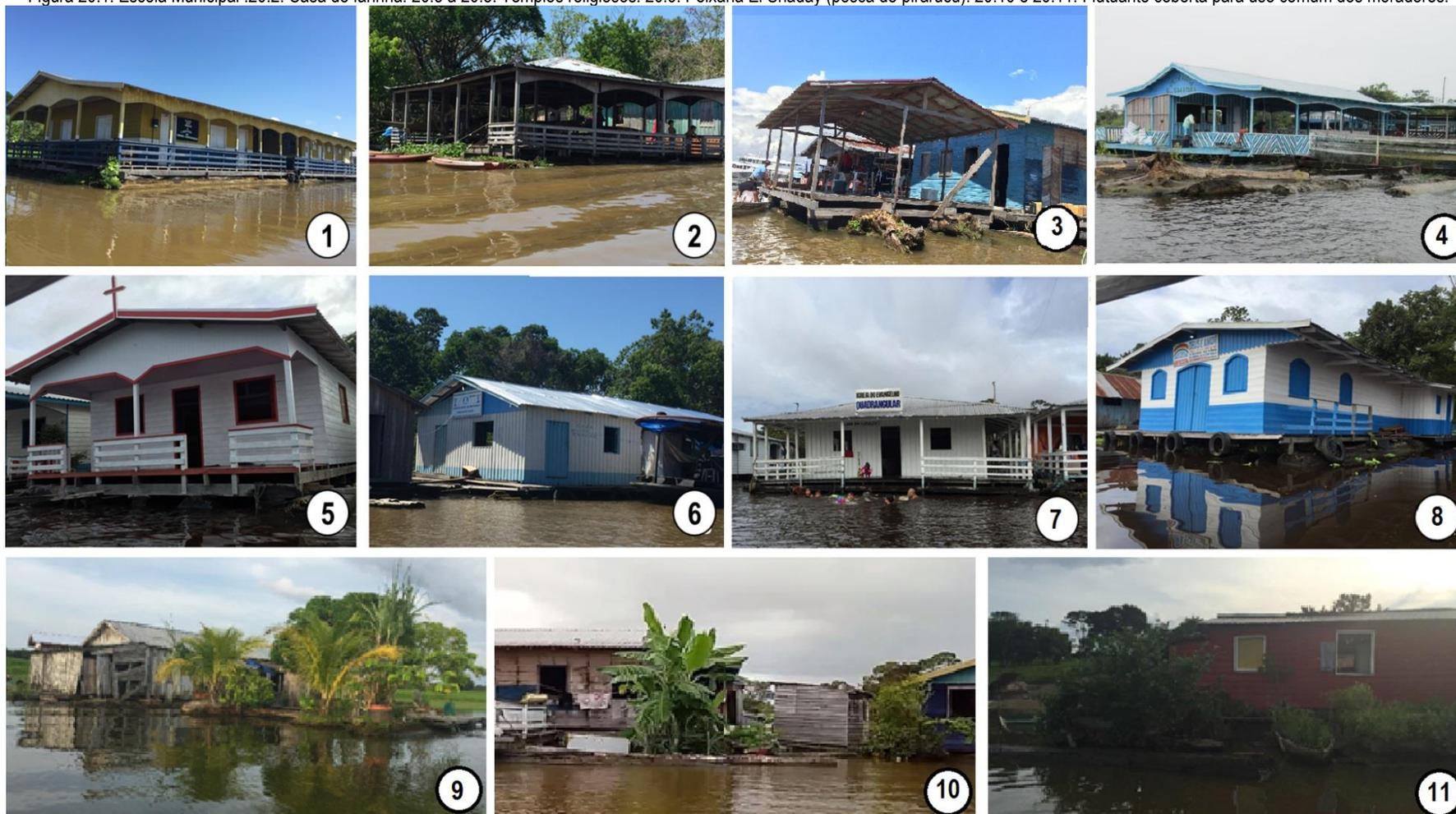
Tipo edifício: expressa o conceito da habitação historicamente estabelecida, em que são reconhecidos na construção um conjunto de regras pertencentes a um local e tempo específicos, que sintetizam a experiência prévia das mesmas características absorvidas pelo seu construtor como uma diretriz, antes de agir. Identifica-se como um projeto compartilhado por todos (COSTA; GIMMLER NETO, 2015; MARZOT, 2001).

Tipos edifícios básicos: são as residências (unifamiliares ou multifamiliares).

Tipos edifícios especializados: são aqueles que têm funções específicas e se diferenciam na malha urbana da cidade por possuírem características mais complexas. Estes se tornam marcos de referência na paisagem urbana, devido às características que o diferenciam do tipo básico, como proporções, localização e demais características formais da edificação (COSTA; GIMMLER NETO, 2015).

Elaborado pela autora (2019).

Figura 20.1: Escola Municipal .20.2: Casa de farinha. 20.3 a 20.8: Templos religiosos. 20.9: Peixaria El Shaday (pesca do pirarucu). 20.10 e 20.11: Flutuante coberta para uso comum dos moradores.



Fonte: Autora (2017).

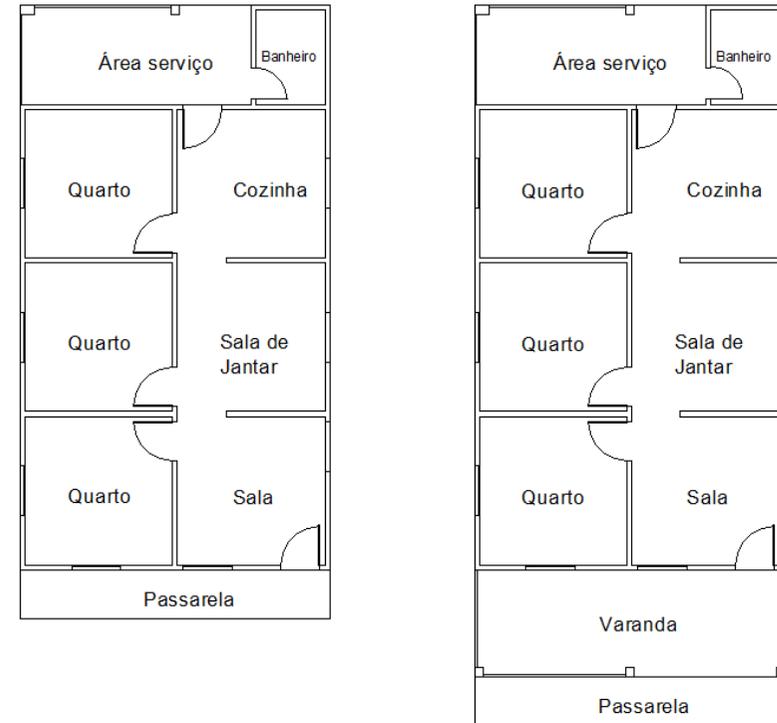
Os flutuantes se estabelecem ao longo das margens, sobre o lago. Variam em tamanhos, sendo normalmente bastante espaçosos e bem mantidos. A frente da habitação volta-se para o lago, enquanto o fundo se volta para a margem. A frente consiste no acesso principal e varanda (quando existe). Deste local, é possível o vislumbre da paisagem e a interação com as pessoas que circulam no rio por meio de embarcações. O fundo da casa é de acesso privado, seja físico ou visual, e abriga área de serviço, banheiro e cozinha.

Figura 21: Fachada de tipos edifícios encontrados na comunidade.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

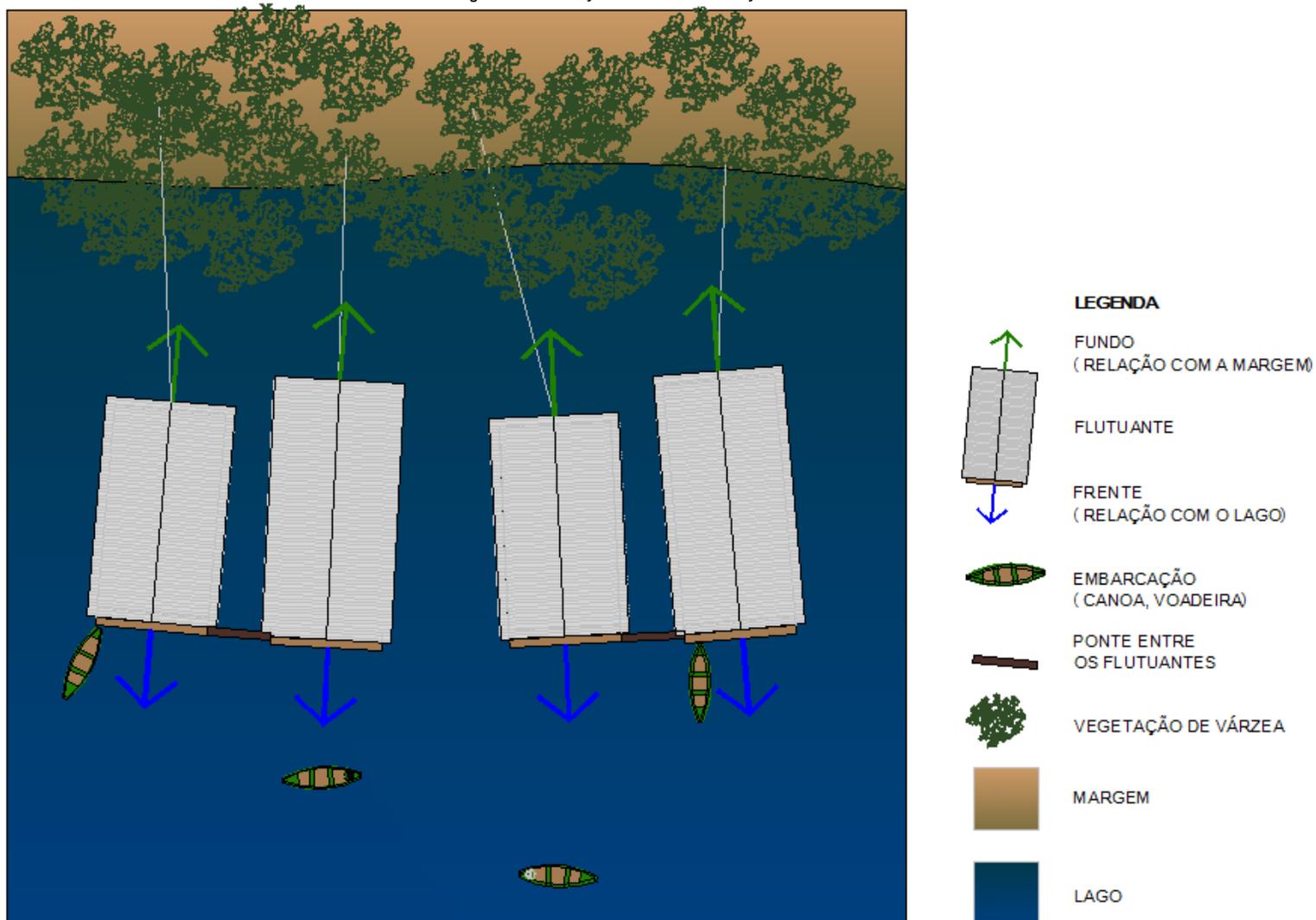
Figura 22: Planta baixa do tipo edifício (e variação) encontrado na comunidade.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

As edificações sobre os flutuantes possuem o padrão de cobertura com duas águas e tipo edifício com pouca variação para o uso residencial, onde a planta baixa é definida pela modulação imposta pelo sistema construtivo e pela distância entre os troncos de madeira (fig. 21, 22 e 23) (PINHEIRO; CARDOSO, 2019).

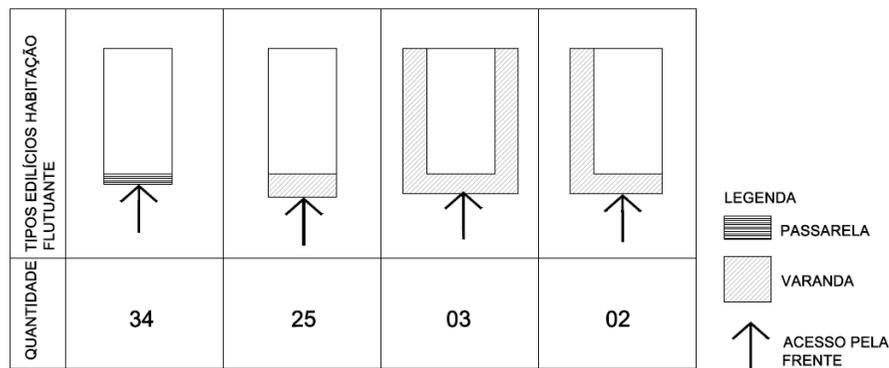
Figura 23: Habitações flutuantes e relações com o sítio.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Observa-se em campo que os tipos básicos de habitações flutuantes existem em maior número no assentamento. Algumas habitações apresentam diferenciações expressas em diferentes soluções para o ambiente de varanda, em “L”, em “U” e lateral conforme esquema da fig. 24).

Figura 24: Tipos edifícios de habitações flutuantes observados em campo. Sem varanda, com varanda (em “L” e em “U”).



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Na comunidade estudada, é possível identificar agrupamentos de flutuantes que formam a silhueta da paisagem, emoldurando o corpo hídrico. De modo geral, os flutuantes se estabelecem ao longo das margens, sobre o lago, com acesso principal e varanda (quando existe) voltada para frente, e a área de serviços voltada para a terra firme. É convencional pelos moradores locais que o acesso sempre se dá pela

frente, com raras exceções, mas pode ocorrer também pela lateral. Dependendo da proximidade entre os flutuantes, há o uso de pontes que interligam os flutuantes lateralmente, pela parte frontal (fig. 23) (PINHEIRO; CARDOSO, 2019).

Conforme apresentado anteriormente, os materiais aplicados nos tipos edifícios (quadro 3) são, em sua maioria, madeiras originadas do fenômeno das terras ou barrancas caídas, capturada por embarcações a motor, beneficiadas e encaminhadas para madeiras ou para comunidades locais. O sistema construtivo adotado no tipo edifício flutuante presente na comunidade estudada é resultado de um conjunto de saberes e fazeres locais, que buscam se beneficiar dos materiais naturais existentes, ao mesmo tempo em que adequa o sistema construtivo com o uso de material industrializado, adquirido em centros urbanos próximos (a exemplo de Manaus). Os saberes e fazeres ribeirinhos se adequam, tirando partido tanto dos recursos naturais como dos industriais, demonstrando a capacidade de construir híbridos que servem de referência para soluções de habitação sobre as águas. Dona Raimunda Viana descreve assertivamente o tipo de moradia existente na comunidade: “Nossas casas são que nem peixe. Se ficarem fora d’água, morrem”. Refere-se à madeira

do açacu, que se deixada fora d'água, deteriora-se mais rapidamente, e estando mergulhada, perdura por décadas.

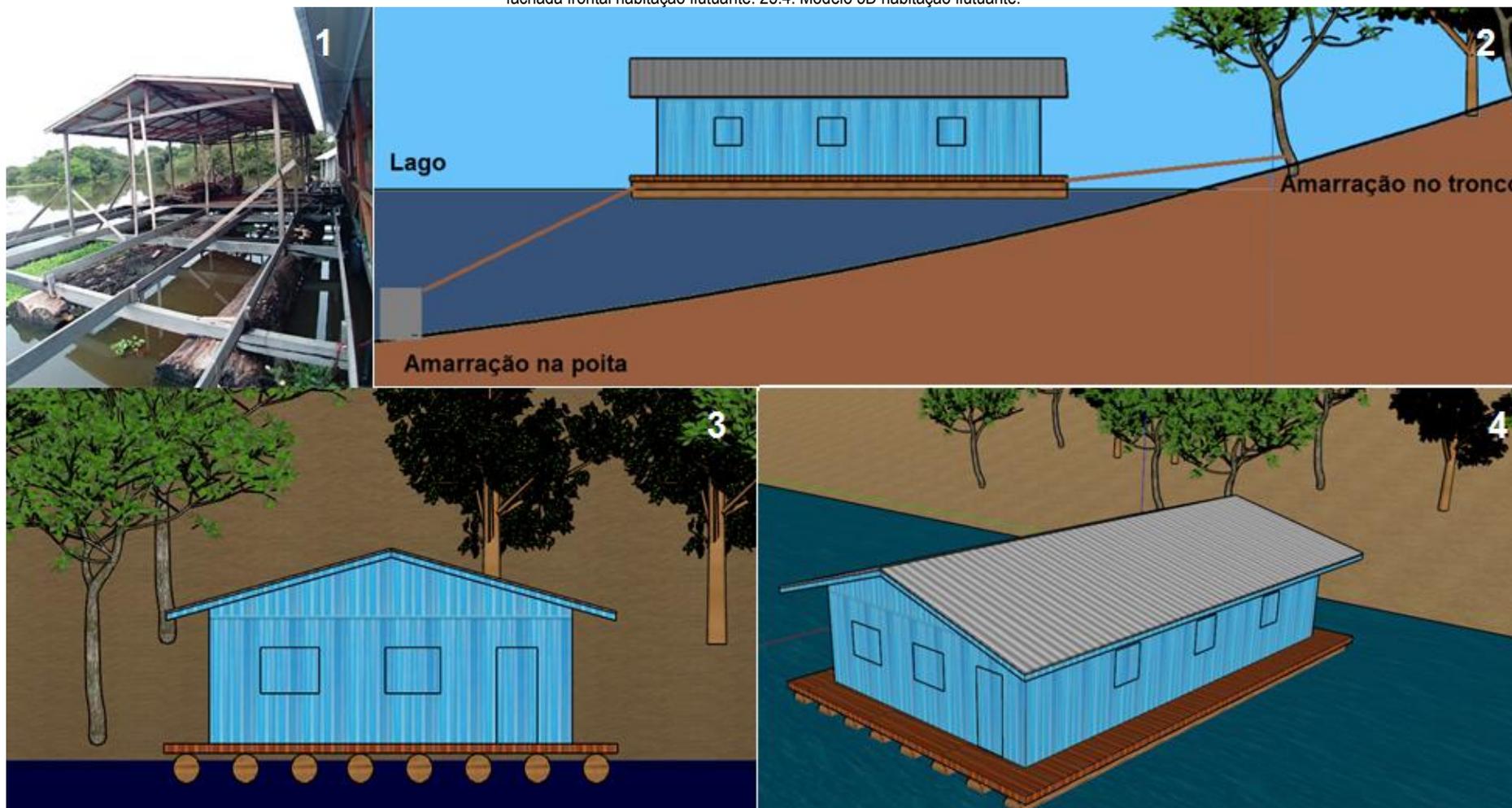
Quadro 3: Sistema estrutural dos flutuantes.

Sistema estrutural dos flutuantes: é constituído pela base flutuante em contato com a água, e estrutura de cobertura e fechamentos. As toras de açacu (*Hura crepitans*) são o principal elemento de flutuação. Trata-se de uma árvore característica da floresta de várzea, com tronco retilíneo e de baixa densidade, espesso com cerca de 70 centímetros de diâmetro e altura máxima de 40 metros. Para a confecção da base, as toras são usadas inteiras. Os madeireiros constroem uma espécie de travejamento que une as toras, (ver. fig. 25). O tronco de açacu não apresenta tendência a envergar ou rachar, e só se deteriora antes de ser colocado em contato com a água. Sua difícil extração e o alto valor no mercado valorizam ainda mais seu caráter de durabilidade. É constantemente reaproveitado, tendo prioridade no reuso quando a casa é desmontada, podendo estar com a mesma família por gerações (LECIONE, 2013).

A tecnologia construtiva consiste em três sistemas de vigas de madeira (fig. 25). O primeiro é responsável por realizar a junção e fixação das toras flutuantes, são instaladas transversais a elas, sendo nessa etapa realizado o nivelamento e alinhamento das “boias”. Longitudinalmente em relação às toras de açacu, e transversalmente ao primeiro sistema, é fixado o segundo conjunto de vigas, denominadas de madres, responsáveis pela base de montagem do acabamento lateral e instalação de caibros. O terceiro sistema, transversal ao conjunto de madres, recebe tablado construído em pranchas de madeira que compõe o piso, criando um tipo de assoalho suspenso, característico dessas construções (OLIVEIRA JÚNIOR, 2016). Esse conjunto de sistemas constitui a “fundação” flutuante. Os tipos de madeiras utilizados para travejamento, assoalho, vigamento, paredes, cobertura e esquadrias são as chamadas madeiras duras. Referem-se ao louro, jacareúba e maçaranduba, madeiras aplicadas também nas palafitas. O telhado segue o sistema de tesouras de madeira, e a cobertura de telha metálica, adquirida nos centros urbanos, e adotada por ser um material mais adequado devido à alta resistência aos “banzeiros” (balanço das águas devido ao movimento natural dos rios, ou causado pelo fluxo de embarcações). No passado, e mesmo atualmente, em contextos onde o acesso a materiais industrializados é mais restrito, utilizava-se a cobertura em palha, a exemplo dos flutuantes da “cidade flutuante” de Manaus (1920-1967).

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Figura 25: 1: Base flutuante em construção. 25.2: Elevação fachada lateral habitação flutuante com detalhe de amarração da base na “poita” (leito do lago) e no tronco da vegetação de várzea. 25.3: Elevação fachada frontal habitação flutuante. 25.4: Modelo 3D habitação flutuante.



Fonte: Autora (2019).

A análise morfológica do assentamento na escala da paisagem abrange as relações entre os tipos edilícios que formam uma reduzida silhueta na paisagem. De acordo com a Escola italiana, interpretar a junção das estruturas edilícias significa compreender, utilizar os instrumentos lógicos e as estruturas do ambiente construído. É a compreensão dos componentes de um complexo artefato feito pelo homem. Avalia-se um sistema harmonioso na formação da paisagem por trás da aparente causalidade (COSTA, GIMMLER NETTO, 2015).

No assentamento estudado, observa-se a co-presença de tipos básicos e especializados flutuantes, bem como a presença de outros flutuantes no mesmo lago, não pertencentes à comunidade: a base flutuante do INPA¹⁰ e a pousada flutuante (fig. 26). O conceito de co-presença é apresentado pela Escola Italiana de Morfologia e refere-se ao fato de duas ou mais edificações de diferentes períodos e tecnologias coexistirem em uma mesma forma urbana. A co-presença ocorre em dois níveis: entre objetos de escalas semelhantes, entre edificações ou entre

¹⁰ O lago Catalão tem sido objeto de estudo de pesquisas referentes ao conhecimento da ictiofauna e suas interações ecológicas com outros organismos no tempo e no espaço, o que justifica a permanência de plataforma flutuante do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) nesta área.

objetos de escalas diferentes. Os conceitos de co-presença e derivação referem-se, respectivamente, a resultantes históricas no espaço e no tempo. A co-presença é uma correlação espacial e a derivação é uma correlação temporal (COSTA, GIMMLER NETTO, 2015).

Figura 26: 1 - Pousada flutuante; 2 – Base do INPA.



Fonte: Autora (2017).

Outro fenômeno observado refere-se ao caso dos flutuantes da elite manauara, localizados no Igarapé Açu, na orla de Manaus. Estes flutuantes são produzidos por construtores do Lago Catalão, com o uso das

tecnologias tradicionais, como a base flutuante, idênticos aos dos flutuantes ribeirinhos. Diferenciam-se em seu aspecto projetual, com um programa de necessidades mais complexo, nas dimensões adotadas, inclusive com mais de um pavimento, e uso de materiais de acabamento de padrão industrial em seu interior, características condizentes com habitações de luxo (fig. 27). Esse fenômeno é denominado pela Escola Italiana como derivação, referindo-se às origens que permitem as distinções do tipo básico, condicionadas por uma sequência de fatos passados. Os códigos possibilitam a nossa interpretação, permitindo a compreensão de como os edifícios são produzidos, de onde vieram e como se modificam (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

Figura 27: 3D de residência flutuante de usuário/morador do Tarumã, Manaus AM.



Fonte: Projeto Arquiteta Marina Teixeira (2019)

A permanência destes flutuantes da elite local na orla de Manaus evidencia a exclusão socioespacial local dos tipos flutuantes de grupos sociais de baixo poder aquisitivo. Historicamente, flutuantes de populações de baixa renda são extintos da orla de Manaus, conforme verificamos com o caso da “cidade” flutuante exposto no capítulo 2. Atualmente, esse fenômeno de rejeição ainda ocorre. Santos (2013) apresenta descrição de matéria jornalística do site Amazonas 24h, intitulada: “Operação orla do Rio Negro para retirada dos flutuantes”, que informa sobre o cumprimento de ordem judicial para retirada de flutuantes instalados à margem da orla do Rio Negro. A decisão do juiz da Vara do Meio Ambiente foi emitida em 2004 por ocasião da Ação Civil Pública Ambiental movida contra a Prefeitura de Manaus, no ano de 2000, sob o argumento de que a permanência dos flutuantes ao longo da orla em frente a Manaus (margem esquerda do Rio Negro) geraria “poluição hídrica e visual”. O Juiz considera que, além de

“fonte de poluição”, o efeito visual que estas moradias promovem representa um “insulto estético”, afirmando que algumas unidades são “cloacas flutuantes”. Seriam, ainda, dutos de nefastas, como a exploração da prostituição infantil, tráfico de drogas, além de um perigo ao tráfego naval.

Observa-se na narrativa do Juiz uma tentativa de estereotipar negativamente os moradores dos flutuantes, a fim de coibir a presença destes na orla de Manaus, retirando-os da vista, como frequentemente ocorre com grupos sociais de baixa renda nas cidades brasileiras. Por outro lado, grupos sociais de alto poder aquisitivo se apropriam desse tipo de solução (flutuante), e podem permanecer na orla de Manaus, enquanto comunidades de baixa renda, como a investigada neste trabalho, são invisibilizadas, principalmente no que se refere a políticas públicas, ora invisibilizadas, ora tomadas pelo mercado do turismo cultural para venda da imagem do exótico (fenômeno descrito no capítulo anterior). Reconhecer a existência dessas comunidades e investigar seu modo de vida e habitat constituem ações importantes para a permanência e desenvolvimento delas.

Os flutuantes se organizam dentro de grupos familiares, localizados em diferentes zonas do corpo hídrico, mantendo um distanciamento que

pode variar entre os grupos. No período da cheia, a presença dos grupos familiares é mais perceptível, quando se espalham nas duas largas hidrovias. Há, também, em menor número, aqueles que não estão agregados a nenhum grupo familiar. No período da estiagem, ao invés de duas largas hidrovias, há apenas uma estreita restinga, localizada na região leste do lago. Nesse período, a maior parte dos grupos familiares se aproximam, de modo a formar um grande grupo, separado apenas pelo espaço residual do paraná, para a passagem das canoas e voadeiras locais. Há também os grupos que se transferem para o rio Negro, como é o caso da família Borges, que permanece a sul da estreita hidrovia remanescente. Os tipos edifícios associados formam os grupos familiares, que, por sua vez, formam o assentamento como um todo (PINHEIRO; CARDOSO, 2019).

Conforme a Escola Italiana, os edifícios reunidos e alinhados formam uma série completa de edificaes, que constituem a forma original da organizao urbana. Forma-se um tecido urbano, no qual cada elemento  também um organismo em menor escala. As séries distintas formam-se pela menor ou maior autonomia da funo, as quais, por sua vez, dependem de uma maior ou menor capacidade de fragmentao entre os elementos componentes. Cada elemento pode ser visto como um todo ou

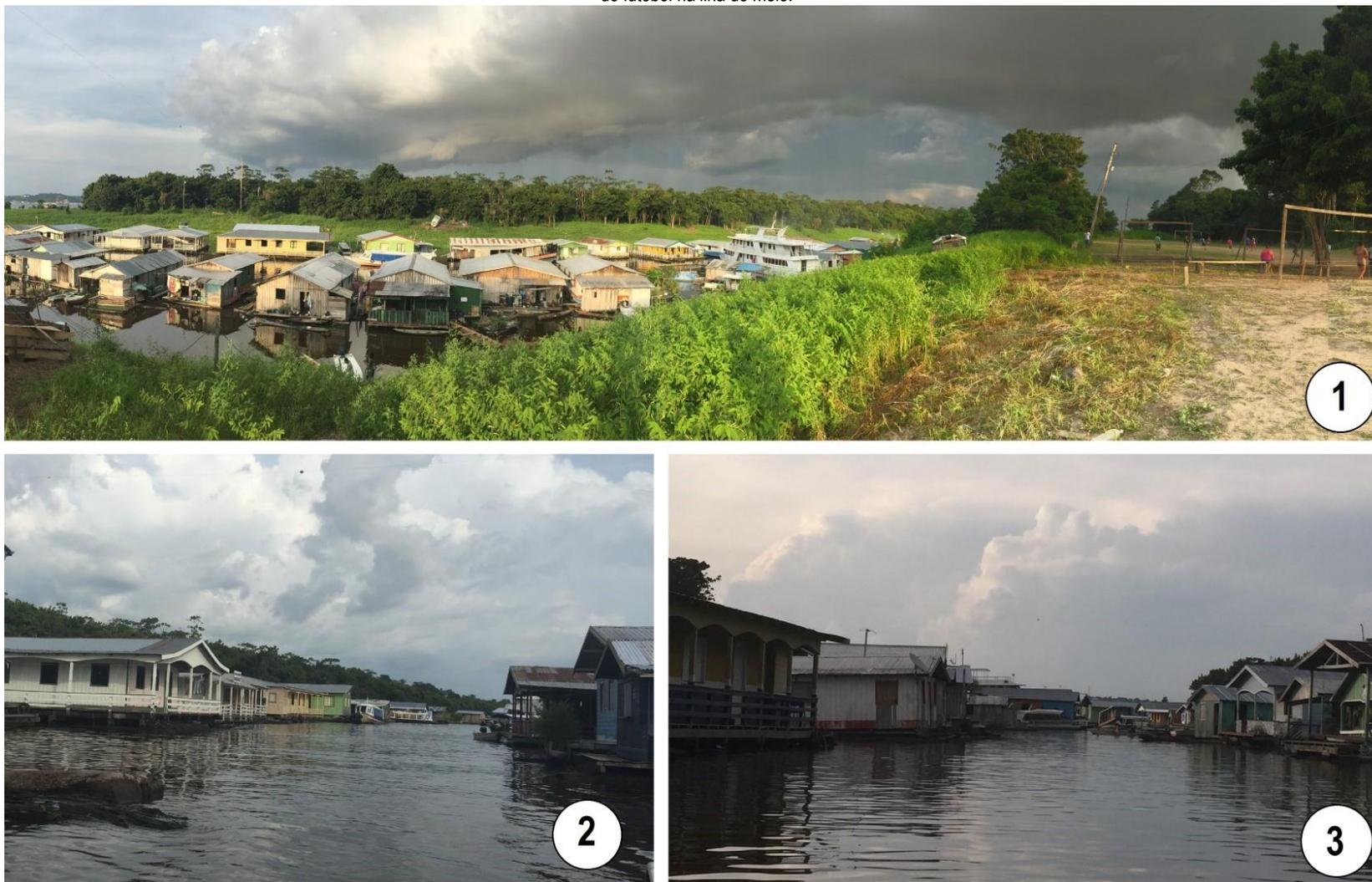
como uma parte. Para o caso concreto, a série completa de flutuantes constitui o assentamento humano. Analogamente, uma célula é um organismo individualizado que forma o organismo humano, sendo a célula o flutuante, e o organismo humano, o assentamento. Destaca-se a capacidade de adaptação aos fatores ambientais, principalmente os ciclos hidrológicos, que exigem do assentamento a reorganização de acordo com as mutações cíclicas da paisagem, como detalharemos mais adiante (PINHEIRO; CARDOSO, 2019).

Conforme observado nas cinco visitas de campo realizadas em 2017, 2018 e 2019, as configurações do assentamento variaram ano a ano, o que demonstra a diversidade de configurações possíveis para a comunidade, devido à mobilidade da edificação flutuante e à autogestão presente na comunidade. Na análise morfológica da escala da paisagem¹¹,

¹¹ A análise tipo-morfológica da Escola Italiana apoia-se na definição tipológica, define tipo edifício como expressão do conceito da habitação historicamente estabelecido, que reconhece um conjunto de regras pertencentes a um local e tempo específicos, que sintetizam a experiência prévia das mesmas características absorvidas pelo seu construtor como uma diretriz, antes de agir. Identifica-se como um projeto compartilhado por todos. As residências (unifamiliares ou multifamiliares) são tipos edifícios básicos. Os tipos edifícios especializados têm funções específicas e se diferenciam na malha urbana por possuírem características mais complexas, que os tornam marcos de referência na paisagem, devido às características que o diferenciam do tipo básico, como proporções, localização e demais características formais da edificação (COSTA; GIMMLER NETO, 2015).

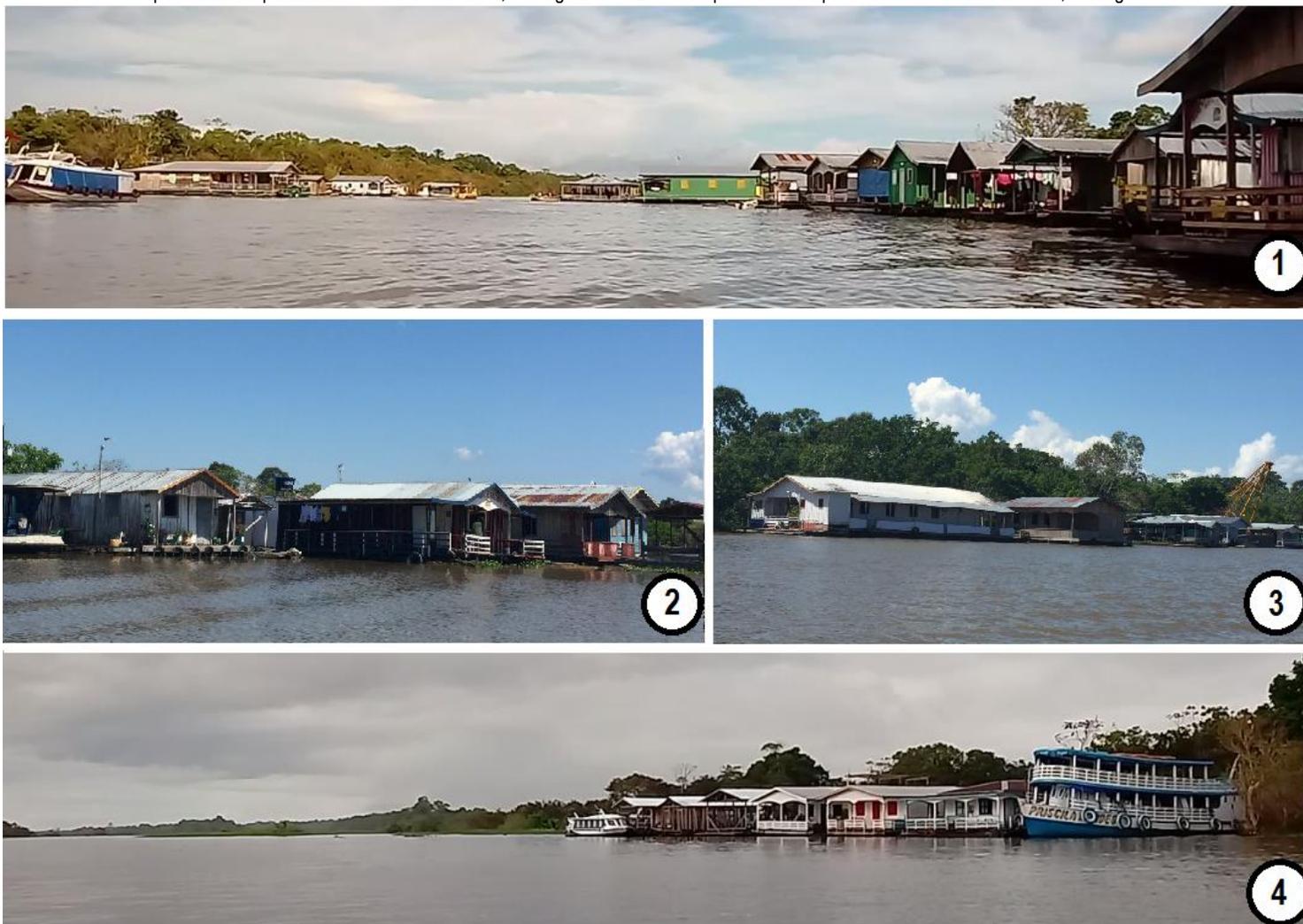
é possível reconhecer o relevo, o corpo hídrico, a vegetação de várzea, elementos apropriados pelo assentamento. Dentre os paranás que formam o sistema do Lago Catalão, existem dois principais (figura 3), localizados a leste e a oeste da ilha do meio (denominação dada pelos moradores ao relevo central). Os paranás do lago são base para os flutuantes e para o fluxo de embarcações, sendo o paraná a leste comumente denominado de Avenida, onde apresentam-se a maior parte das edificações do assentamento, tendo em vista ser o único paraná a permanecer no período da estiagem. A ilha do meio serve de base para a infraestrutura de energia elétrica (postes). Nas margens, presencia-se a vegetação de várzea, utilizada para amarração dos flutuantes, de modo permitir estabilidade destes sobre as águas, além de fornecer área de sombreamento. Verifica-se que entre os períodos de cheia e estiagem os arranjos espaciais e as formas de uso e apropriação do sítio mudam, como exposto mais adiante (fig. 28 e 29). A comunidade estudada apresenta diferentes arranjos espaciais ao longo do tempo e a cada experiência de ciclo hidrológico. Trata-se de uma estratégia adotada para permanência no local através da adaptação ao sítio, às dinâmicas ambientais e transformações da paisagem, fatores que delineiam a dimensão do espaço vivido, desenvolvendo a autogestão territorial.

Figura 28: Período de transição Estiagem-Cheia. 29.1: Paraná principal, sentido norte-sul. 29.2: Paraná principal, sentido sul-norte. 29.3: Panorâmica dos flutuantes no espaço residual do Paraná principal e campo de futebol na ilha do meio.



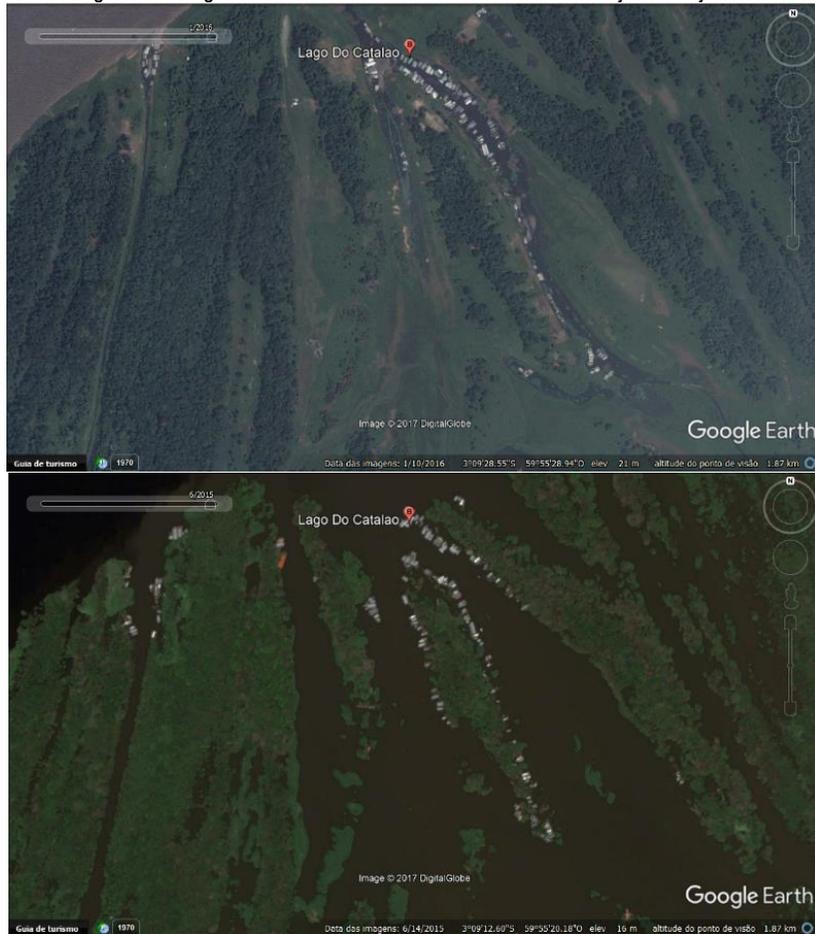
Fonte: Autora (2017; 2019).

Figura 29: Período da Cheia. 28.1: Paraná principal. “Avenida”. Largura do paraná e distanciamento entre as faixas de pertencimento. 28.2 – Grupo familiar no paraná principal. “Avenida” à margem oeste.28.3: Grupo familiar no paraná a oeste da ilha do meio, à margem leste.28.4: Grupo familiar no paraná a oeste da ilha do meio, à margem oeste.



Fonte: Autora (2017).

Figura 30: Imagem de satélite das comunidades nos meses de janeiro e junho.



Fonte: GoogleEarth (2015).

Deste modo, a comunidade desenvolve autogestão territorial, funcionando como um “organismo vivo” e um espaço “fluido”. Esta tipologia de assentamento é caracterizada pelo uso comum da várzea (corpo hídrico, margens, vegetação) (PINHEIRO; CARDOSO, 2019).

Dona Raimunda descreve a mudança de paisagem entre o período da cheia e estiagem e como isso resulta em diferentes configurações espaciais com o reposicionamento dos flutuantes (fig. 30, 31, 32), além de falar sobre a decisão de estabelecer um limite de moradias na comunidade:

Hoje há um limite. Até em terra tem um limite. E na água, não é diferente. Hoje você está vendo, tem bastante água. Se vocês vierem daqui 5 meses, já está 99% diferente. Essa água praticamente foi toda embora. Fica bem pouca água. Nossas casas, é como eu digo pra todas as pessoas que vem aqui, nossas casas é que nem peixe. Se ficar fora da água, elas morrem. No caso, elas se quebram, então onde tem a água... vai indo embora, e vai acabando e a gente vai chegando e vai chegando, vai afastando a casa pra onde tem água. Aí onde tem a água vai ficando todo mundo assim, no verão mesmo, quando tá seco, todo mundo, por mais que não queira é vizinho. Fica só o espaço pra passar somente uma lancha aqui. Mas assim, é normal. Quando fica o laguinho, todo mundo fica ali. Só que quando a seca é muito grande, pra quantidade de casa, aí não tem como escapar, acaba gente ficando na terra. Aí então por isso houve a necessidade de fazer documento e a partir de hoje a comunidade cresce só quando um filho, um neto realmente arranjar uma família, e aí tem que ter um espacinho pra ele (VIANA, Raimunda, 2017).

As figuras a seguir comparam a área dos espelhos d’água do Lago Catalão nas paisagens de cheia e estiagem extremas. É possível verificar também as configurações espaciais estabelecidas nessas datas (junho de 2015 e janeiro de 2016). Dentro do quadrante estabelecido, para efeito comparação, a área de espelho d’água no período da estiagem equivale 10% da área do espelho d’água, no período da cheia (fig. 31).

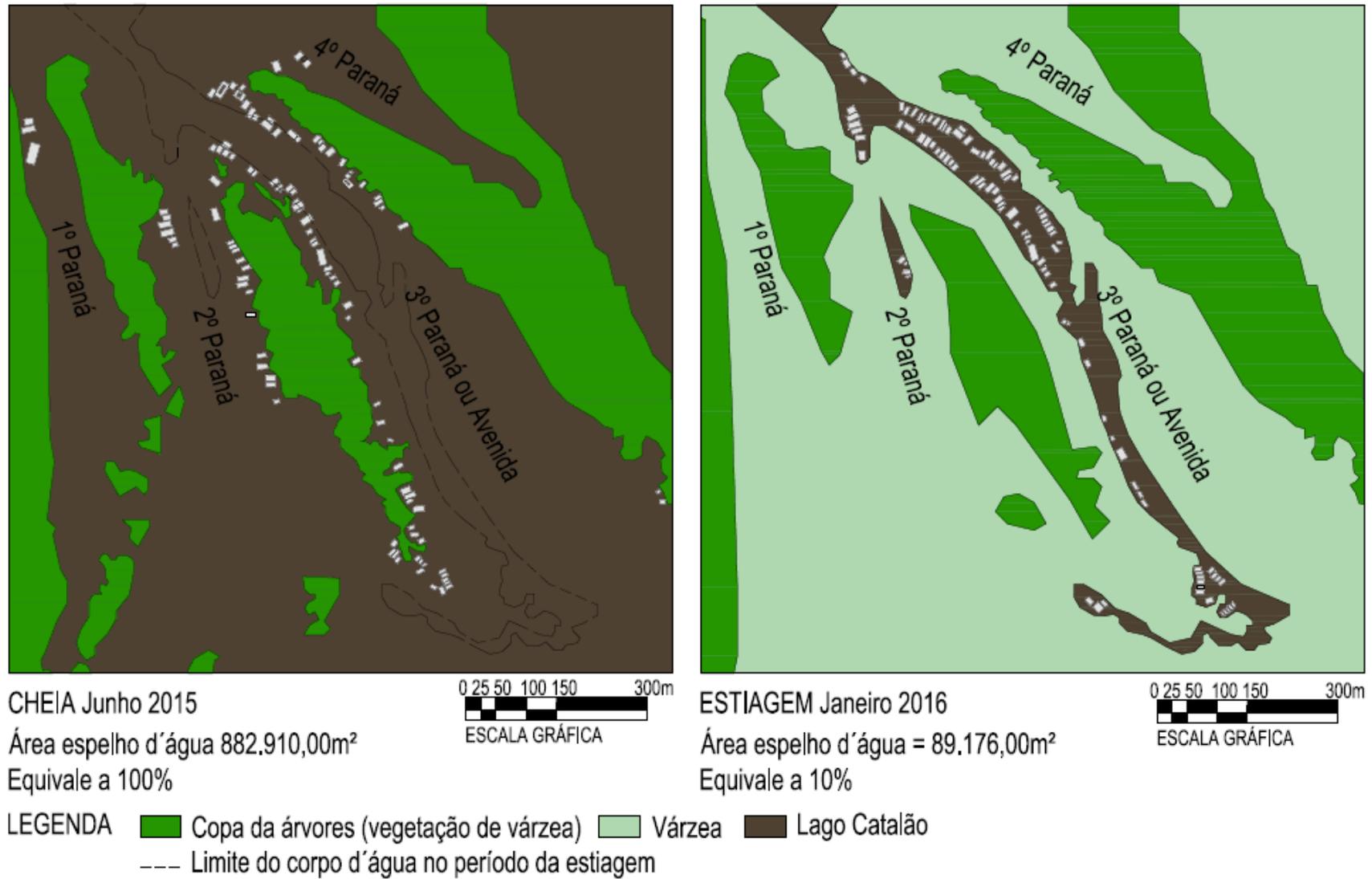
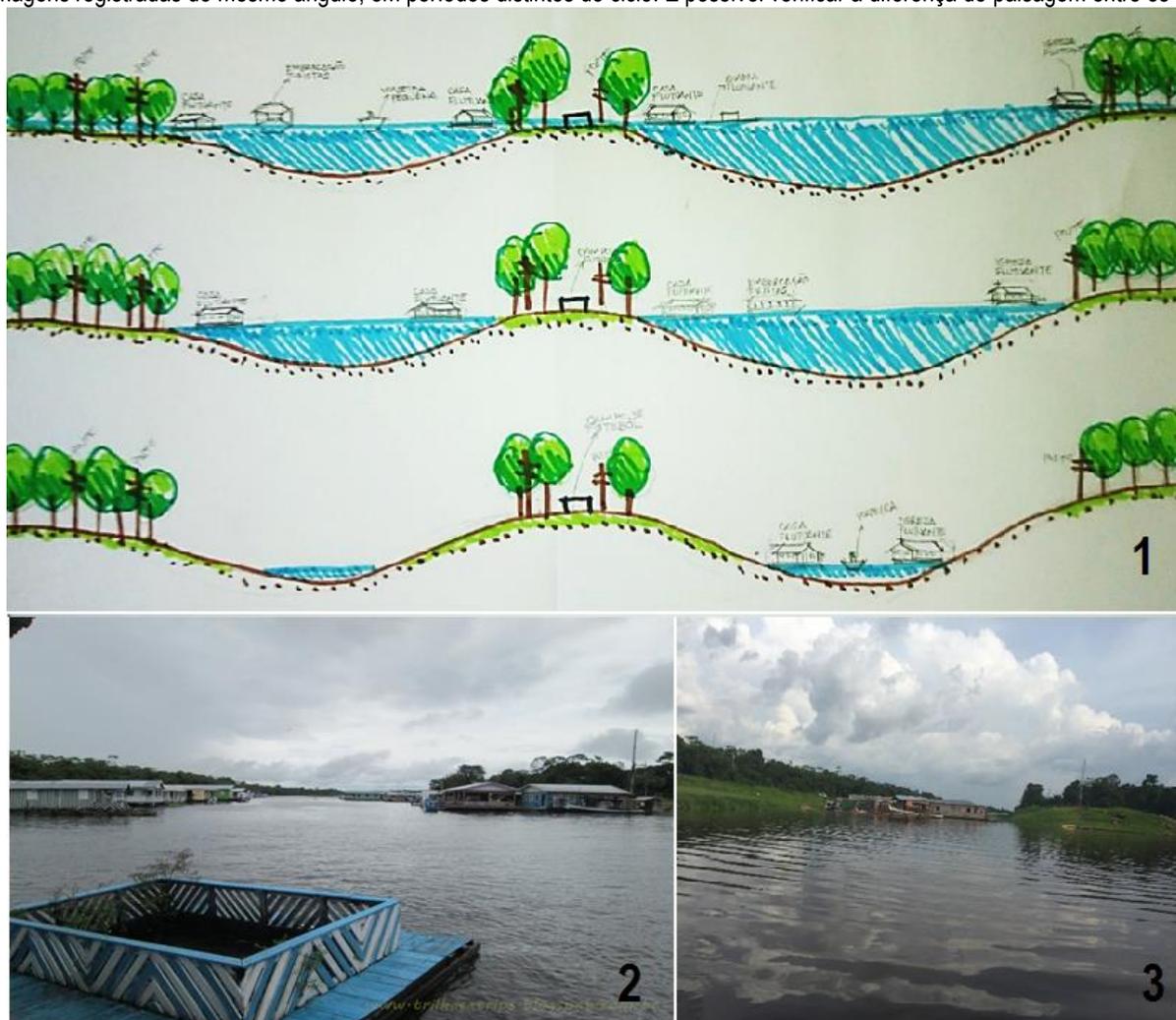


Figura 31: Comparação entre espelhos d'água nos períodos da cheia e estiagem. Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Figura 32.1: Esquema corte transversal lago catalão nos distintos períodos do ciclo hidrológico. 32.2: Imagem da comunidade no período da cheia. 32.3: Imagem da Comunidade no período da estiagem. Imagens registradas do mesmo ângulo, em períodos distintos do ciclo. É possível verificar a diferença de paisagem entre os dois períodos.



Fonte: Disponível em: www.trilhasetrips.blogspot.com.br, Acesso em Maio/ 2017; Autora (2017).

A autogestão territorial da comunidade baseia-se no conjunto de acordos tácitos estabelecidos pelos moradores para gerir a densidade ocupacional, o posicionamento e distância entre os flutuantes, a organização em grupos familiares, dentre outros, o que define o gradiente público-privado, e na gestão dos espaços comuns e de rota. As decisões que perpassam a autogestão se adaptam anualmente por meio das experiências das configurações do assentamento, entre o período de cheia e de estiagem (PINHEIRO; CARDOSO, 2019).

No período da cheia, o corpo hídrico se alarga e os flutuantes se organizam em grupos familiares, localizados em diferentes zonas, mantendo distâncias variáveis entre esses grupos e dentro deste. A relação com as margens é sempre mantida e os flutuantes de mesmo grupo familiar constituem faixas de pertencimento, cujo domínio é privado (fig. 34). Entre as faixas de flutuantes localizadas em margens opostas, há uma zona para o fluxo de embarcações de moradores locais e a serviço do turismo local¹². Essa faixa de fluxos pode ser bastante ampla, conforme a largura do espelho d'água, constituindo-se como a área de domínio público. Entre a faixa de pertencimento e a zona de fluxos de embarcações, apresenta-se a faixa de transição público-privado (fig. 34). Esta faixa corresponde à zona

localizada imediatamente à frente dos flutuantes. Abriga os usos comuns, como o banho no rio, a plataforma coberta utilizada como casa de farinha, a plataforma coberta utilizada como espaço de confraternização¹³, a plataforma utilizada como quadra de futebol. Estes flutuantes posicionam-se de acordo com a necessidade dos habitantes, rodiziando na faixa de transição público-privada, através de acordos tácitos estabelecidos entre eles. Nessa faixa, também se estabelecem os criadouros de pirarucu, à frente dos flutuantes das famílias proprietárias (PINHEIRO; CARDOSO, 2019).

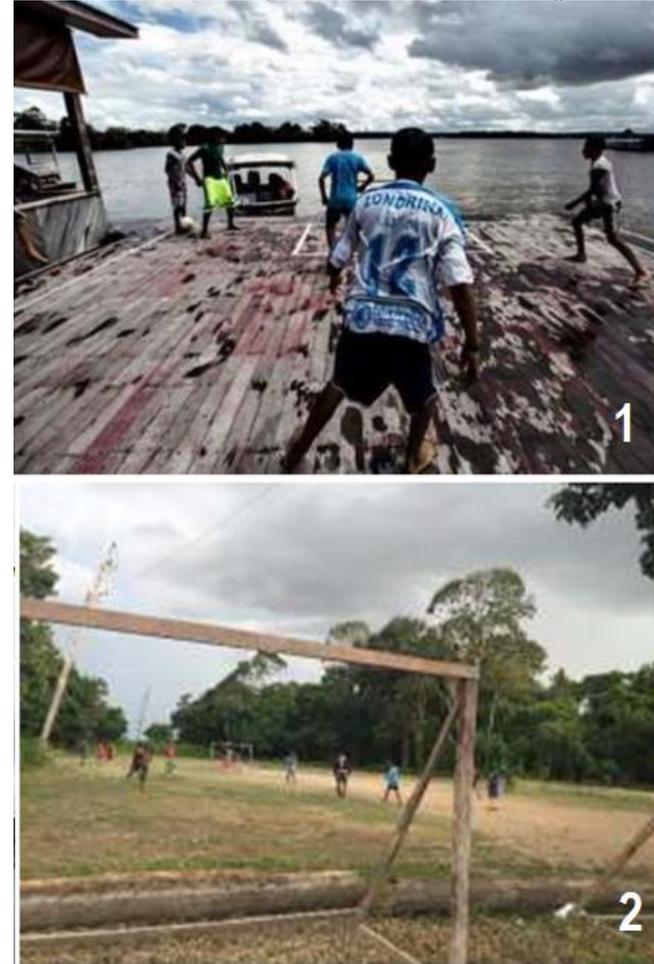
No período da estiagem, permanece apenas um estreito corpo d'água, localizado na região leste do lago. Nesse período, a maior parte dos grupos familiares se aproxima, constituindo um grande grupo, dividido apenas pelo espaço residual que serve para a passagem das embarcações locais. Esta zona é de domínio privado. Em determinados anos, parte do grupo se transfere para o rio Negro, e parte permanece a sul da estreita hidrovia remanescente. A ilha do meio se torna espaço das rotas por terra (situada à margem do lago) e de usos comuns, como a prática esportiva nos campos de futebol (fig. 33) (PINHEIRO; CARDOSO, 2019).

¹² Curiosamente, a comunidade é parte do itinerário turístico metropolitano.

¹³ A plataforma flutuante coberta pode funcionar como uma grande varanda quando disposta em frente a uma igreja, ou a uma residência.

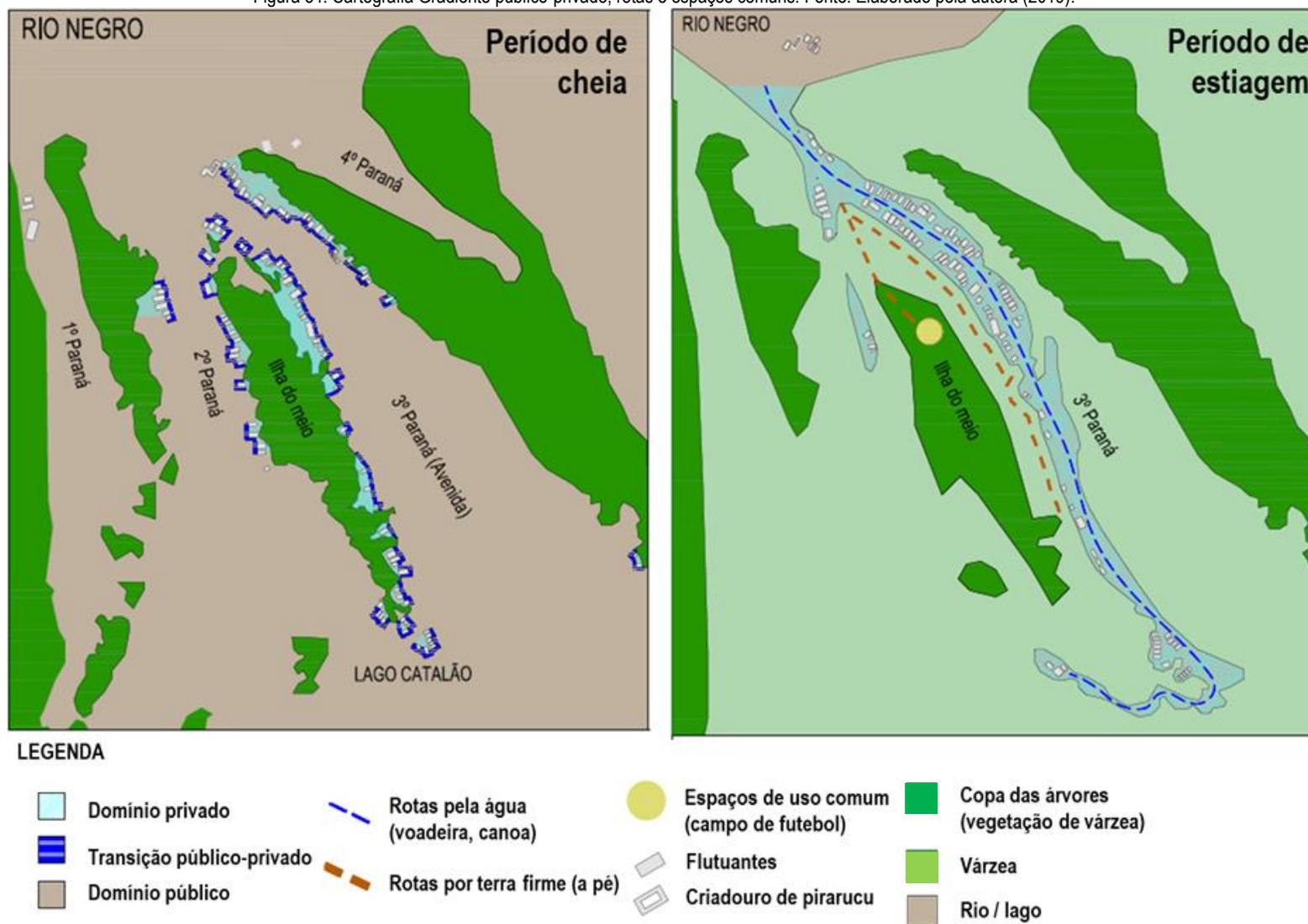
Os tipos edifícios associados formam grupos familiares, bem como o assentamento como um todo. Conforme a Escola italiana, os edifícios reunidos e alinhados formam uma série completa de edificações que constituem a forma original da organização urbana. Forma-se um tecido urbano, no qual cada elemento é também um organismo em menor escala. Analogamente, uma célula é um organismo individualizado que forma o organismo humano. Nesse caso, a célula é o flutuante, e o organismo humano, o assentamento. O assentamento é reconfigurado em novos arranjos espaciais, conforme um ritmo mais rápido imposto pelas variações ambientais, das águas e do sítio – que demandam movimentos harmônicos ao longo do ano, e o ritmo lento das modificações geomorfológicas do relevo e cursos d’água, que alteram a paisagem demandando mutações do assentamento a longo prazo (PINHEIRO; CARDOSO, 2019).

Figura 33.1: Quadra flutuante. 33.2: Campo de futebol na ilha do meio (período da estiagem).



Fonte: Sergio Ranalli/Folha de Londrina (2016); Autora (2018).

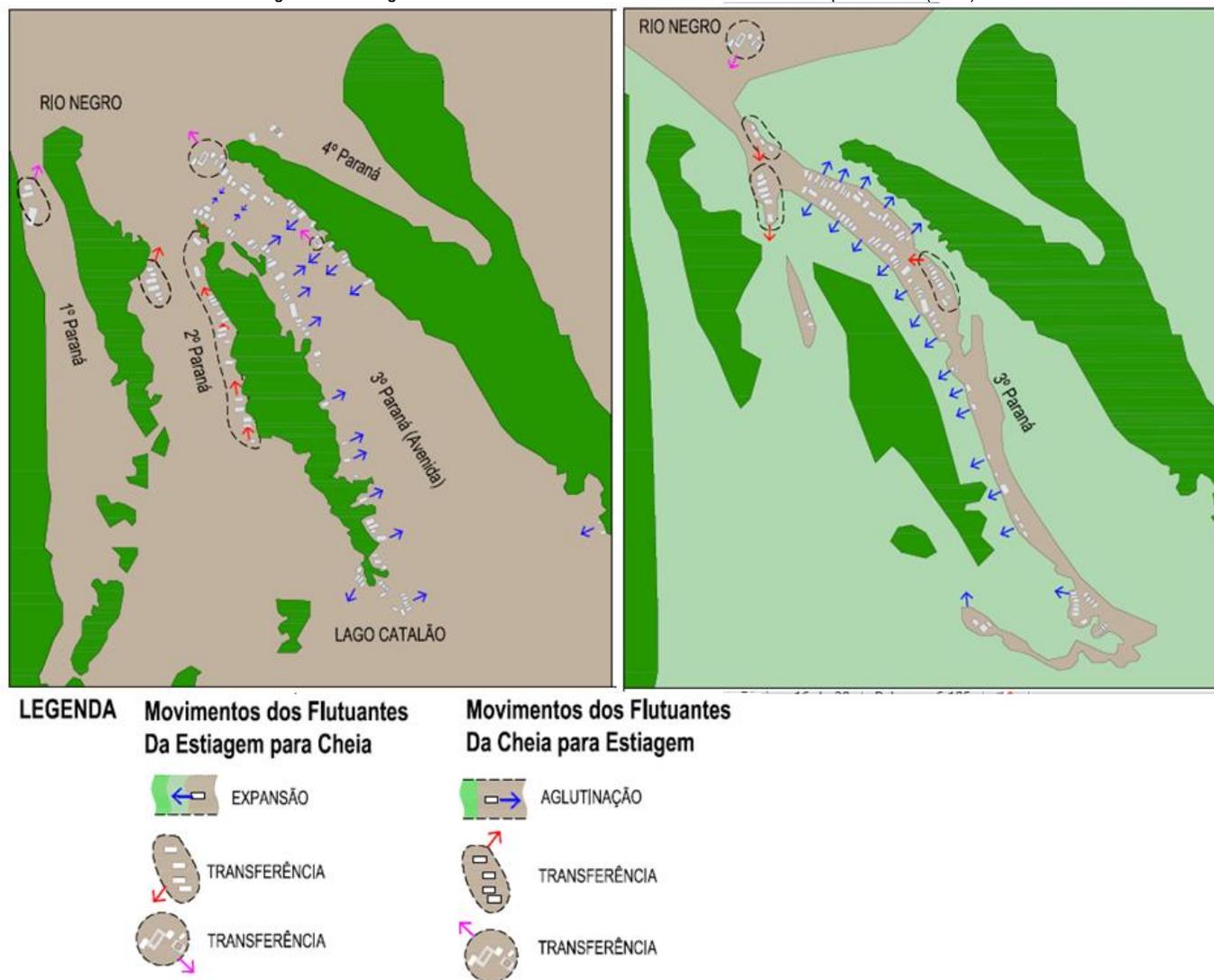
Figura 34: Cartografia Gradiente público-privado, rotas e espaços comuns. Fonte: Elaborado pela autora (2019).



As edificações movimentam-se periodicamente devido à subida e descida do nível dos rios. As diversas possibilidades de configurações possíveis são alcançadas pelos movimentos principais entre períodos de cheia e estiagem, que denominamos aqui de *aglutinação* (aproximação entre os flutuantes, devido redução do volume do lago) e *expansão* (afastamento entre os flutuantes devido ao aumento do volume do lago) (fig. 36). As habitações flutuantes permanecem sempre dentro de um mesmo grupo familiar, que se amplia de tempos em tempos. Dentro do grupo familiar, também ocorre o movimento de *permuta* entre edificações, ou seja, troca de posições entre si, o que origina novas relações de vizinhança (fig. 36). Ocorrem também os movimentos de *transferência* de flutuantes entre diferentes áreas do lago, e do lago para o rio Negro. As edificações existentes no paraná a oeste são transferidas para o Rio Negro e para o paraná a leste. Os criadouros de Pirarucu são transferidos para o rio Negro. Na transição entre o período da estiagem e cheia, ocorre o movimento contrário. A rea de superfície do corpo hídrico se amplia. Reduz-se a densidade de ocupação e amplia-se a distância entre as edificações. O paraná a oeste volta a encher, permitindo a transferência dos flutuantes de volta para esta rea. Os criadouros de Pirarucu

transferem-se do Rio Negro para o paraná a leste (fig. 36) (PINHEIRO; CARDOSO, 2019).

Figura 35: Cartografia dos movimentos dos flutuantes. Fonte: Elaborado pela autora (2019).



4.4 Considerações finais do capítulo

O presente capítulo responde ao objetivo específico 3. A comunidade está sob influência do urbano extensivo da RMM, mantendo relação de proximidade com a cidade de Manaus e posicionando-se como periferia desta. Este posicionamento em relação à metrópole permite que a comunidade se beneficie do acesso a serviços urbanos em meio ambiente natural, produzindo a natureza híbrida desta comunidade.

O modo de vida apresenta permanências e alternâncias, marcada por aspectos naturais e urbanos. Ao mesmo tempo em que os comunitários se beneficiam do acesso à urbanidade, conservam métodos tradicionais. As soluções utilizadas pelos moradores são de baixo custo, com uso de tecnologias elaboradas a partir do saber e fazer tradicionais, que se baseia no manejo dos recursos naturais existentes e em uma relação simbiótica e desalienada com o meio natural e seus recursos. O contexto da agência social e da ausência do poder público no fornecimento de serviços adequados para o contexto, aponta para o uso/adaptação de tecnologias sociais existentes, que permitam a melhoria contínua da qualidade de vida coletiva, através do acesso dos moradores a serviços urbanos adaptados para este contexto, ampliando-se o direito ao urbano em meio ambiente natural.

O lago ao mesmo tempo é lugar da locação dinâmica dos flutuantes e hidrovia para o fluxo das embarcações, sejam da comunidade ou fora desta. Neste os comunitários se locomovem na hidrovia por meio de embarcações como a canoa e a voadeira. Também é possível verificar o transporte de estudantes através da escolancha, um serviço de natureza urbana, comumente encontrado na cidade, adaptado para o contexto das águas.

A comunidade desenvolve estratégias adaptativas e simbióticas com o meio, desenvolvidas ao longo do tempo, em busca de estabilidade e sociabilidade no local. Comportam-se dessa forma como um sistema harmônico, um “organismo vivo” e um espaço “fluido” marcado pelo uso comum da várzea, configurando uma autogestão territorial nesse contexto. Os acordos tácitos definidos pela comunidade delineiam a autogestão territorial, para a organização em grupos familiares, a posição dentro do grupo familiar no lago, a apropriação das margens para uso da terra (com hortas comunitárias, campos de futebol, rotas por trilhas) no período da estiagem, delimitação da densidade ocupacional, dentre outros. Estes aspectos refletem no gradiente público-privado, e gestão dos espaços comuns e de rota. Abre-se um campo de possibilidades de configurações espaciais do assentamento em busca da sociabilidade e estabilidade

naquele local. A cada visita de campo, foi possível perceber que a existência de configurações diversas, não só em razão das dinâmicas dos ciclos hidrológicos, mas de acordo com os anseios e desejos coletivos e individuais daquele grupo social. A comunidade se molda e se renova a cada ciclo, ao longo do tempo, e é assumida como evidência de que o contexto do urbano extensivo permite derivações com novas lógicas/soluções para tipos edifícios, assentamentos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO TRABALHO

Este trabalho objetivou compreender a produção socioambiental de um tecido urbano sobre as águas, da comunidade Lago Catalão, Iranduba AM. Tal objetivo desdobrou-se em: (1) compreender o contexto em que a comunidade estudada se desenvolve a partir da perspectiva do urbano extensivo e da utopia de equilíbrio do urbano-natural; (2) compreender o espaço de várzeas da ilha de Xiborena, a partir do sítio e das dinâmicas sociais e ambientais, que subsidiam a produção socioambiental do espaço do assentamento flutuante Lago Catalão, sua uma identidade territorial ribeirinha e sua condição de periferia da metrópole, dentro do urbano extensivo da RMM; (3) compreender a dimensão do espaço vivido da comunidade Lago Catalão, Iranduba (AM), sob a perspectiva do urbano extensivo, e das relações estabelecidas entre o modo de vida ribeirinho, o sítio e as dinâmicas ambientais, e sua capacidade de adaptação aos períodos de cheia e estiagem dos ciclos hidrológicos dos rios amazônicos.

Partiu-se da ideia de que o urbano industrial equivale ao preâmbulo da sociedade urbana, sendo esta última considerada a fase em que ocorrerá a superação das estruturas capitalistas a partir da reconstrução da vida urbana, marcada pela conquista de urbanidade e cidadania plena (LEFEBVRE, 1999). O surgimento dos espaços sociais heterotópicos a

partir das práticas cotidianas constitui além de uma reação a hegemonia urbano-industrial, a prática do comum político, onde reivindica-se o poder democrático para tomada de decisões sobre esse espaço (HARVEY, 2014). O urbano extensivo amazônico oferece múltiplas experiências e lógicas espaciais de natureza híbrida, por tratar-se de um território até então não convertido inteiramente ao urbano-industrial, e onde assentamentos vinculados à formas passadas são marcados pela relação desalienada e construtiva com a natureza e manutenção de práticas e saberes locais, acumulados ao longo da história da civilização amazônica, que embasam sua subsistência e desenvolvimento até hoje, e que se tornam cada vez mais valiosos para a conservação da vida em nosso planeta. No urbano extensivo, a urbanização contemporânea pode oferecer uma possibilidade de emancipação social, na medida em que sociedades pós-industriais em formação apoiem sociedades pré-industriais amazônicas, na busca de qualidade de vida e integração com a natureza.

A implantação da ZFM na década de 1960 marcou a chegada do paradigma urbano-industrial em Manaus, orientado por um processo excludente que implodiu a sociobiodiversidade existente para dar suporte ao capital industrial e imobiliário em formação, e que teve como principal ícone a extinção da “cidade flutuante” em 1967. Em meio à lógica urbano-

industrial e aos saberes e fazeres locais, reproduzem-se espaços heterotópicos no contexto da RMM, uma diversidade de matrizes urbanas e periurbanas com potencial conciliação entre urbe e natureza, baseada na simbiose entre pessoas, biodiversidade, floresta e recursos hídricos, que se manifestam há séculos na Amazônia e que apontam para uma utopia de equilíbrio, apresentada por Monte-Mór (1994, 2006, 2015) como urbano-natural.

A comunidade Lago Catalão, localizada na ilha de Xiborena, na região do encontro dos rios Negro e Solimões, torna-se uma importante protagonista neste processo, por sua capacidade adaptativa e de autogestão, baseadas na relação simbiótica com as dinâmicas ambientais e da absorção de práticas urbanas em busca de uma melhor qualidade de vida, estabelecimento e desenvolvimento naquele local.

A partir da perspectiva da integração entre urbe e natureza, este trabalho adotou o estudo da várzea e das dinâmicas ambientais como requisito indispensável para a compreensão do assentamento ribeirinho flutuante estudado, compreendendo a inter-relação entre as dinâmicas ambientais da várzea (principalmente as geomorfológicas e hidrológicas), as mutações da paisagem e do assentamento ali vinculado, evidenciando uma capacidade adaptativa que se supera continuamente concomitante ao

desenvolvimento dessas dinâmicas, intensificada pelo atual contexto de mudanças climáticas e marcada por permanências e alternâncias.

O ambiente aquático, espaço da produção do habitat ribeirinho flutuante, apresenta-se como um ambiente desafiador, marcado por alternâncias em razão das dinâmicas geomorfológicas e dos ciclos hidrológicos, que exigem capacidade de resposta para a permanência no local escolhido ao longo do tempo, resultando em diferenciações do assentamento. A imprevisibilidade das paisagens possíveis, devido ao contexto de mudanças climáticas é um fator que potencializa a resiliência desse grupo, em um processo de evolução contínua.

As atividades para exploração de recursos naturais em maior escala presentes na região estudada (ÁVILA, 2011) baseiam-se na maximização dos lucros sem considerar a conservação desses recursos. Tais práticas contrastam com as atividades de subsistência baseadas no manejo dos recursos naturais dos assentamentos ribeirinhos. Ao mesmo tempo em que as comunidades dessa natureza são prejudicadas pelos impactos antrópicos, tornam-se exemplo de como se beneficiar e conservar tais recursos. Outros impactos antrópicos para o ambiente aquático advêm de fluxos de embarcações presentes na região. Por meio destes, acelera-

se o processo erosivo dos relevos de várzea, prejudicando o cotidiano das comunidades ribeirinhas.

Enquanto no contexto da formação da sociedade pós-industrial, desenvolve-se a atividade do turismo cultural, baseado em um “mercado étnico” e “consumo de identidades” (YÚDICE, 2005), advindo da mercantilização dos comuns culturais, ocorre a apropriação desses bens comuns por interesses privados (HARVEY, 2014), através da venda do “exótico”, o que gera impactos consideráveis para a vida cotidiana da comunidade estudada, que é um dos pontos mais procurados nos passeios turísticos realizados na região do Rio Negro, estudada neste trabalho.

Isto reforça a conversão da várzea estudada em periferia da metrópole de Manaus, como urbano extensivo, afeta a consciência socioespacial de pertencimento (CRUZ, 2008) e a consciência espontânea (COSTA; GIMMLER, 2015), fatores que constroem a identidade territorial ribeirinha (HAESBAERT, 1999) da comunidade estudada. O sentimento de pertencimento ao grupo social, permeado por laços de solidariedade combina-se à forma como o grupo desenvolve um modelo de ocupação do território. A relação dialética entre o espaço concebido e o espaço vivido leva a diferentes identidades territoriais, que variam de acordo com o grau de atuação dessas dimensões. Reconhecer as identidades territoriais

ribeirinhas ajuda no entendimento da diversidade de formas de assentamentos amazônicos, e dá um vislumbre de como se apoiar a construção do urbano-natural a partir deste contexto.

Ao mesmo tempo em que a comunidade Lago Catalão posiciona-se como periferia de Manaus, beneficiando-se do acesso a serviços urbanos em meio ambiente natural, é um híbrido, marcado por um modo de vida que apresenta permanências e alternâncias, resultantes da inter-relação entre aspectos urbanos e naturais. As soluções utilizadas por esta comunidade na produção do assentamento baseiam-se no uso de tecnologias tradicionais, vinculadas a saberes e fazeres locais, mas também na busca por melhores condições de vida, que diante da omissão do poder público quanto ao fornecimento de serviços adequados para a comunidade, recorre ao uso/adaptação de tecnologias sociais disponíveis (como o rodízio de flutuante) para melhorar a qualidade de vida coletiva, e ampliar o direito ao urbano em meio ambiente natural.

O assentamento flutuante do Lago do Catalão se apresenta como um laboratório de arranjos espaciais, cuja ocupação sobre águas está relacionada ao direito à moradia, aos recursos naturais (biodiversidade) e à capacidade de adaptação às dinâmicas ambientais, aspectos negligenciados sob a perspectiva do urbano-industrial, porém de grande

relevância para a compreensão da condição de vida de comunidades mantidas fora da concepção de cidade formal brasileira, tão comum no contexto amazônico. Há na comunidade uma produção socioambiental do espaço, a partir da inter-relação entre pessoas e natureza, que permite que o natural seja protagonista evidente na produção do espaço neste contexto, em contraposição ao contexto do urbano-industrial, que invisibiliza e subjuga tudo o que é natural.

A qualidade de vida comunitária conquistada é relatada pelos moradores e está relacionada um sentimento de pertencimento e identificação com o lugar, que por sua vez demonstra a relação dialética entre moldagem da identidade territorial e moldagem do lugar. A busca contínua de melhores condições de vida, através da conquista de novos elementos urbanos e da conservação de práticas tradicionais, mobiliza a comunidade, e evidencia a realização do direito ao urbano e ao natural. A consciência de pertencimento socioespacial associada à consciência espontânea, mobiliza a produção de soluções criativas, experimentadas ao longo do tempo, que ampliam a capacidade de autogestão territorial, baseada em acordos tácitos que se firmam ao longo da história da comunidade, através das experiências acumuladas das (re)configurações do assentamento ao longo dos ciclos hidrológicos.

Em termos morfológicos esta pesquisa apresenta uma categoria de análise que busca evidenciar uma dinâmica singular presente no assentamento flutuante, que se refere aos movimentos harmônicos de aglutinação, expansão, transferência de flutuantes, determinados pelos ciclos hidrológicos, aos movimentos de permuta entre flutuantes, determinados pela relações de vizinhança dentro do grupo familiar, e de rodizio dos flutuantes de uso comum, movimentos possíveis pela fluidez permitida no ambiente aquático, que, diferentemente da terra, não prende as edificações ao solo, havendo a dissolução dos conceitos de lote, quadra e rua. As (re)configurações espaciais e as formas de uso e ocupação na água são marcadas por uma capacidade adaptativa e durabilidade no tempo. Tais categorias são uma vertente ainda não explorada pelos estudos morfológicos, desenvolvidos em sociedades terrestres e citadinas. O uso da água para a construção do habitat ribeirinho e para outros habitats flutuantes em curso ao redor do planeta, guarda lições valiosas, alinhadas à necessidade contemporânea de revisão de valores (como o controle privado dos lotes urbanizados) e de superação de adversidades criadas por eventos extremos ou associadas ao atual contexto planetário de mudanças climáticas.

Diante do exposto, é possível afirmar que a Amazônia oferece as bases de realização do urbano-natural, onde a base biofísica se apresenta como parte intrínseca e como subsídio à vida, em suas múltiplas esferas, com espaços que utilizem da ideia de coletivo e comum, em oposição a um padrão de urbanização extensiva baseada no paradigma de uma sociedade (urbano-industrial) de consumo e conversão de terras em mercadoria (MONTE-MÓR, 2015). Diversos modos de vida resistem e se adaptam historicamente. Estes devem ser estudados, entendidos e preservados, em prol da justiça socioambiental, com a conservação do meio ambiente e fazendo deste base para o desenvolvimento endógeno, com erradicação da pobreza através da garantia do acesso à terra, opondo-se à ideias de preservação de uma natureza intocável, que acaba por torná-la reserva de valor para o mercado, ou de proteção supérflua, com empresas “verdes” que não são comprometidas de fato com a causa socioambiental.

Para que haja justiça ambiental, faz-se necessário reconhecer que a população não sofre de maneira igual aos impactos causados na natureza. A parcela mais pobre é a mais vulnerável, especialmente em comunidades que estão diretamente ligadas à natureza e dependem dela para subsistência (DIEGUES, 2008; ACSELRAD, 2010).

A pesquisa demonstra que os moradores deste assentamento têm tanto direito de permanecer ali, onde estabelecem simbiose com o meio, vivem à maneira própria, (re)produzindo suas relações cotidianas, como quaisquer outros assentamentos da Região Metropolitana de Manaus, a exemplo dos que se localizam na periferia da cidade consolidada. Praticam, à sua maneira própria, a cidadania defendida por Lefebvre (1999, 2001).

Na Comunidade Catalão o espaço não existe para produção e circulação, mas para as pessoas. O caso desta comunidade é um exemplo do quanto essa proposta é possível e necessária a partir de uma diretriz de inclusão e atendimento das necessidades de todos os grupos sociais, vinculados a quaisquer matrizes étnico-raciais, em particular daqueles dependentes do acesso direto a recursos primários (rio, biodiversidade, terra), tão comuns na Amazônia, e tão raramente compreendidas em suas manifestações de resistência em outros contextos do país. O *locus* de experimentação, vivência e sociabilidade ribeirinho e caboclo e a capacidade de resiliência desses grupos sociais, adquirida ao longo de séculos, são elementos da identidade ribeirinha da Amazônia do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais-o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos avançados*, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ALENCAR, Edna. Ferreira. *Terra caída: Encante, lugares e identidades*. Tese de doutorado em Antropologia, Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia. Brasília. 245p. 2002.

ALENCAR, Edna Ferreira. O tempo dos padrões 'brabos': fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. *Amazônica - Revista de Antropologia*, Belém, v. 1, n. 1, p. 178-199, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/148>>.

Acesso em: agosto/2019.

ALENCAR, Edna Ferreira; SOUSA, Isabel Soares de. Tradição e mudanças no modo de habitar as várzeas dos rios Solimões e Japurá, AM. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 17, n. 41, p.203-232, jan/jun 2016. Disponível em: <http://www.academia.edu/25724147/TRADIÇÃO_E_MUDANÇAS_NO_MODO_DE_HABITAR_AS_VÁRZEAS_DOS_RIOS_SOLIMÕES_E_JAPURÁ_AM>. Acesso em: jan. 2019.

ALMEIDA, Fabiane Ferreira de. *Fitoplâncton de um lago de inundação amazônico* (Lago Catalão, Amazonas – Brasil): estrutura da comunidade, flutuações espaciais e temporais. Dissertação de mestrado, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia / Fundação Universidade do Amazonas, Manaus, 61p, 2008.

ÁVILA, Leandro Cortes. *Dinâmica das assembléias de peixes em bancos de macrofitas flutuantes do sistema flúvio lacustre da área do Catalão*, Amazonas, Brasil. 54 f. Dissertação (Mestrado em Diversidade Biológica) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

BECKER, Berta K. *A urbe amazônica: a floresta e a cidade*. Rio de Janeiro: Garamond. 2013.

BITTENCOURT, Maria Mercedes; AMADIO, Sidinéia Aparecida. Proposta para identificação rápida dos períodos hidrológicos em áreas de várzea do rio Solimões-Amazonas nas proximidades de Manaus. *Acta Amazonica*, v. 37, n. 2, p. 303-308, 2007.

BRITO, Janaina Gomes. *Influência do pulso de inundação sobre variáveis limnológicas de um lago de várzea da Amazônia Central, lago Catalão*.

Dissertação de mestrado, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia Fundação Universidade do Amazonas, Manaus, 111p, 2006.

CAPELATO, Rodrigo; CARDOSO, Renata Carrero. Manaus, crise e territorialidade: o espaço-tempo dilacerado. In *Revista Regional Studies Association*, v.07, 2018.

CARDOSO, Ana Cláudia; Melo, A. C. ; GOMES, T. V. . Tracking variants of urbanisation in the Eastern Amazonian Region through the spatial transformation patterns in six cities of Pará, Brazil.. *Dialog*, v. 122, p. 19-23, 2017.

CARDOSO, Ana Claudia; SILVA, Harley ; MELO, Ana Carolina ; ARAÚJO, Danilo. Urban Tropical Forest: Where Nature and Human Settlements Are Assets for Overcoming Dependency, but How Can Urbanisation Theories Identify These Potentials?. In: HORN, P.; D'ALENÇON, P.; CARDOSO, A. C. (Org.). *Emerging Urban Spaces*. 1ed.Cham: Springer International Publishing, v. 1, p. 177-199, 2018.

CARNEIRO FILHO, Arnaldo. Manaus: fortaleza extrativismo – cidade, um histórico da dinâmica urbana amazônica. In: ROJAS, Luisa Basilia Iñiguez;

TOLEDO, Luciano Medeiros de (org.). *Espaço & Doença: um olhar sobre o Amazonas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

CARVALHO, José Alberto Lima de. Terras Caídas e Conseqüências Sociais. Paraná da Trindade, município de Itacoatira-Am Brasil, 2006. (Dissertação). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 141p., 2006.

CASTELNOU, Antonio M. N.; FLORIANI, Dimas. Sustentabilidade socioambiental e diálogo de saberes: o pantanal mato-grossense e seu espaço vernáculo como referência. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 7, p.41-67, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. v. I. A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. 6 ed. Traduzido por Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987.

COSTA, Francisco de Assis. *Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720 - 1970)*. Coleção Economia Política da Amazônia, Belém, NAEA, 2012.

COSTA, Francisco de Assis. *Elementos para uma economia política da Amazônia*. Belém, NAEA: Coleção Economia Política da Amazônia. 2012a.

COSTA, Stael de Alvarenga Pereira; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. *Fundamentos de Morfologia Urbana*. 1.ed. Belo Horizonte: Belo Horizonte, v. 600. 236p., 2015.

CUSTÓDIO, Vanderli. *A persistência das inundações na Grande São Paulo*. 2002. 333pg. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. departamento de 18 Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CRUZ, Valter do Carmo. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs). *Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008.

DIAS, Edinéia Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus – 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999.

DIAS, E. A. P. *As faces da cidade ribeirinha de Mocajuba (PA): paisagem e imaginário-rio geográfico amazônico*. Belém: UFPA, 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 6a ed. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

DUARTE, Cristiane Rose S. *Olhares possíveis para o pesquisador em Arquitetura*. I ENANPARQ. Rio de Janeiro, 2010.

FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. *Acta Amazonica*. 36(3): 395 – 400, 2006.

FRAXE, Therezinha J. P. *Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade*. Annablume, São Paulo, 2004.

FREITAS, Francimara Torres de; ALBUQUERQUE, Adoréa Rebello. Análise das propriedades físicas dos solos de várzea na região do médio Solimões - Coari (AM). XIII Simposio Brasileiro de geografia física aplicada. Manaus-AM, 2008.

GOULDING, M.; BARTHEM, R.; FERREIRA, E. *The Smithsonian: atlas of the Amazon*. Smithsonian Hong Kong, 253 p. History. University of California Press, Berkeley, USA, 2003.

GUERRA, Antonio Jose Teixeira; CUNHA, Sandra Batista da (orgs.). Geomorfologia – uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

GOMES, Taynara do Vale; CARDOSO, Ana Claudia. Santarém: o ponto de partida para o (ou de retorno) urbano utopia. *URBE. REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO URBANA*, v. 11, p. 1-17, 2019.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Manifestações culturais no espaço*, Rio de Janeiro: EDUERJ, p15-39, 1999.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA. T. T. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, P.103-133, 2004.

HANSEN, James. Sato, Makiko; RUEDY, R; LO, K; LEA, D.W.; MEDINA-ELIZABE, M. Global temperature change. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. 203 (39): 14288 – 14293, 2006.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum. Rio de Janeiro: Record. 2016.

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEIMBECKER, Vlória Pinheiro Cantanhede. Construir, desmanchar: a implantação de conjuntos habitacionais em Manaus e a dissolução da cidade flutuante em 1967. *Libertas*, v. 15, n. 2, p.273-294, 2015.

JUNK, Wolfgang Johannes. Áreas inundáveis – um desafio para a Limnologia. *Acta Amazonica*. 10 (4): 775 – 795, 1980.

JUNK, Wolfgang Johannes. Aquatic habitats in Amazonia. *The Environmentalist*. 4: 24 – 34, 1983.

JUNK, Wolfgang Johannes. The Central Amazon Floodplain: Ecology of a Pulsing System. *Ecological Studies. Springer Verlag*, Berlim. Vol, 126. 525p. 1997.

JUNK, Wolfgang Johannes; FURCH, Karin. A general review of tropical South American floodplains. *Wetlands Ecology and Management*. 2: 231 – 238, 1993.

JUNK, Wolfgang Johannes; PIEDADE, Maria Teresa Fernandes. Status of knowledge, ongoing research, and research needs in Amazonian wetlands. *Wetlands Ecology and Management*. 12: 597 – 609, 2004.

KNUTSSON, Benjamin. The Intellectual History of Development towards a Widening Potential Repertoire. *Perspectives*, n.13, 2009. - Göteborgs Universitet. Disponível em: http://www.gu.se/digitalAssets/1272/1272997_Perspectives_13.pdf, acesso em Jan/2019.

LECIONE, Sandra. *Habitação ribeirinha na Amazônia*. São Paulo: MCB, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Ed anthropos, 1974.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ed. Ática, 1980.

LEFEBVRE, Henri. *A lógica formal e a lógica dialética*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMONAD, Ester; LIMA, Ivaldo Gonçalves. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre. Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Niterói: UFF/GECEL, p. 15-33, 2003.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Riverside communities in the Amazônia: sociocultural and political organization. *Interações (Campo Grande)*, v. 17, n. 1, p. 66-76, 2016.

LOWE-MCCONNELL, Rosemary Helen. *Estudos ecológicos de comunidade de peixes tropicais*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo. 533p, 1999.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Editora Vozes Limitada, 2017.

MELGAR, Gonzalo. Manaus, autofagia amazônica. In *Seminários Nacionais de Política Urbana e Ambiental 2016-2017: Relatório Executivo / Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil*. – Brasília: CAU/BR, 2017. 144 p., 2017

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental*. In: Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 169–181.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *O que é o urbano no mundo contemporâneo*, in Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano*. In: Costa, G.M.; Costa, H.S.M.; Monte-Mór, R.L. *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, p. 55-69. 2015.

NUNES DE MELLO, José Alberto; BARROS, Wanilze Gonçalves. *Notas e comunicações, enchentes e vazantes do Rio Negro medidas no Porto de Manaus, Amazonas, Brasil*. Acta Amazonica. 31 (2): 331 – 337, 2001.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. *Ocupação humana*. In: *Amazônia: desenvolvimento, integração, ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de todos os anos: espaço e tempo fragmentados*. Manaus: Departamento de Geografia/Universidade do Amazonas, 2000.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Ed. Valer, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Monteiro de. *Zona Franca Meu Amor*. *Amazônia em Cadernos*, nº 4, out. 1998. Manaus: EDUA, v.4, p. 231-256, 1998.

OLIVEIRA JÚNIOR, Jair Antonio de. *Arquitetura ribeirinha sobre as águas da Amazônia: o habitat em ambientes complexos*. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-30032010-54115/pt-br.php> . Acesso em: 01 jan. 2019.

PASSOS, Marcel Silva; SOARES, Emílio Alberto Amaral. *Análise multitemporal do sistema fluvial Solimões-Amazonas entre os tributários Purus e Negro, Amazônia Ocidental, Brasil*. In: *Geol. USP, Sér. cient.*, São Paulo, v. 17, no 1, p. 61-74, 2017.

PINHEIRO, Luana Campos ; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. A comunidade flutuante Lago Catalão – Iranduba AM: um tecido urbano sobre as águas. In: Anais Portuguese Network of Urban Morphology (PNUM), Maringá, p. 1072-1091, 2019.

POCHE, Bernard. La Région comme espace de référence identitaire. *Reviste Espaces et Sociétés*, Paris, n.42, p.3-12, 1992.

RIBEIRO FILHO, Vitor. Novas Centralidades em Manaus. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (org.). *Espaços urbanos na Amazônia – visões geográficas*. Manaus: Ed. Valer. 2011.

SANTOS, Fernando Alvarenga dos. *Organização socioeconômica da comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago Catalão – Iranduba/AM*. 2013. 147f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco / Universidade Federal de Roraima, Recife, 2013.

SANTOS, Mayara Queiroz dos. *Morfodinâmica na confluência dos rios Solimões-Amazonas e Rio Negro e a organização sócioespacial na costa do Rebojão e costa da terra nova no período de 1952 a 2016*. 125 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

SILVA, Harley. *Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira*. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG. 266f, 2017.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. 1978. In. MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa Ômega. 1982.

SIOLI, Harald. Studies in Amazonian waters. In: *Atas do simpósio sobre a biota amazônica*. Conselho Nacional de Pesquisas Rio de Janeiro, p. 9-50, 1967.

SOJA, Edward William. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell, 2000.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. *Confins* [Online], v. 5, 2009.

SOUZA, José Camilo Ramos de; ALMEIDA, Regina Araújo de. Vazante e enchente na Amazônia brasileira: impactos ambientais, sociais e econômicos. VI SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 2010.

SOUZA, Leno Barata. Cidade Flutuante: uma Manaus sobre as águas. *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, v. 8, n. 2, p. 115-146, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, jul-dez, p. 5-22, 1996.

TAMER, Alberto. Transamazônica: solução para 2001. 2 ed. rev. e aum. São Paulo: APEC Editora S.A., 1971.

VALE, Julio Daniel do. *Composição, diversidade e abundância da ictiofauna na área do Catalão, Amazônia Central*. 54p. Dissertação (Mestrado em Biologia Tropical e Recursos Naturais) – Universidade Federal do Amazonas e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Manaus, 2003.

VIANA, Raimunda. *Comunidade do Lago Catalão: um depoimento*. [inserir mês da entrevista, inserir ano da entrevista]. Entrevistador: PINHEIRO, Luana Campos. UFPA: 2019. Inserir material usado para gravar a entrevista (exemplo: cassete sonoro). Entrevista concedida ao projeto: A comunidade flutuante Lago Catalão, Iranduba AM: um tecido urbano sobre as águas.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Terezinha Ramos. *O processo de urbanização no Brasil*. EdUSP, 2004.

YÚDICE, George. *Conveniência da Cultura: usos da cultura na esfera global*. Editora: UFMG, Belo Horizonte, 2004.

Outras referências (sites consultados)

BAGGLEY, Kate. *How floating architecture could help save cities from rising seas*. 2019. Disponível em: <https://www.waterstudio.nl/tag/ijburg/> . Acesso em: 25 jul. 2019.

BRAÑA, Eva Rodriguez. *Las casas anfibas de Holanda y la ciudad futurista Lilypad*. 2011. Disponível em: <http://caxigalinas.blogspot.com/2011/12/las-casas-anfibias-de-holanda-y-la.html> . Acesso em: 10 jul. 2018

WATERSTUDIO. Watervilla IJburg 2, Amsterdam, *The Netherlands*. 2016.

Disponível em: <http://waterstudio.nl/projects/50> . Acesso em: 25 jul. 2019.

WITSEN, Peter Paul. *Floating Amsterdam*, 2017. Disponível em:

<http://www.monteflore.com> . Acesso em: 25 jul. 2019.